

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – ISECUB

“O principal objetivo da educação é criar indivíduos capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” Jean Piaget

Vitória - ES

Março de 2010

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - ISECUB

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

I. ENSINO: UM POUCO DE HISTÓRIA

Segundo Gauthier, 1993a, 1993b, Gauthier e Tardif, 1996, desde que a pedagogia do ensino da ciência se constitui no século XVII.

Primeiro, você pode ver a educação como método de ensino organizado. Apesar de não ser evidente a partir da aplicação de uma cultura popular para a organização da educação, aí vem a constatação de que todos são ou podem ser, a educação dos trabalhadores.

Usando as palavras de Platão, os trabalhadores do conhecimento, particularmente as de educação, tendem a ser caracterizados como funcionários municipais e professores. Escolas são caracterizados como berçários para ministros religiosos e magistrados, e ainda de grande importância histórica e estado da educação, concebida não como algo reservado para o clero, mas como a base para do Estado.

No final do século XVI tornou-se o Ratio Studiorum, que rege todo o sistema escolar dos jesuítas: a organização de aulas, horários, programas e disciplina. Eles estudaram filosofia, lógica, física, ética, metafísica, matemática, psicologia e fisiologia. Após um período repetitio Generalis e Prática do Magistério, passou a estudar teologia, que durou quatro anos. Foi a formação jesuíta. O conteúdo do legado da educação do humanismo.

A confluência destes fatores sobre a investigação, contribuiu para uma pedagogia que se iniciou no momento. A Reforma Protestante, a Contra-Reforma Católica, o surgimento de uma nova percepção da infância e as questões urbanas relacionadas com a preguiça de um número crescente de jovens que contribuiu para a frequência escolar aumentou eo número escolas. Esta nova situação vai levar ao surgimento de novos problemas da educação também. Pedagogia que surge, nasce da experiência dos professores na profissão que codifica a sua capacidade de ensinar uma pedagogia que rompe com uma forma de ensinar que o conhecimento do problema foi suficiente para manter o relacionamento com o professor o aluno. Qual foi esse ensinamento? Um método e procedimentos específicos para o discurso, ensino e prática da ordem para impedir a desordem, para ensinar tudo a

todos, nas palavras de Comenius¹. A pedagogia deste período é também a codificação de novas formas de tornar os professores experientes, e maneiras de fazer a respeito não só o conteúdo formal, mas também em todos os aspectos de gestão da classe de comportamento. Estas competências serão poucas mudanças, em seguida, um código uniforme de maneiras de tornar a educação uma tradição pedagógica real, uma espécie de dispositivo do modo de ensinar, a tradição, transmitida através do século XX, sem mudar muito importantes.

Esta tradição de ensino adquiridos por imitação e consiste em repetir fórmulas, vai ser alvo de críticas dos adeptos da nova pedagogia no início do século XX. Esta pedagogia é iniciada por investigadores não, os professores de profissão, que, então, tentar construir uma nova pedagogia empírica, mas soube da racionalidade científica.

Posteriormente, a pedagogia deve romper com a tradição e construir sua argumentação sobre a base da ciência objetiva e experimental. Na época do desenvolvimento da ciência, a pedagogia não reproduziu a ordem da natureza como um reflexo de Deus, mas ele olhou o modelo do seu método e de um processo racional e científica para desenvolver valores positivos e os meios para testar experimentalmente.

Assim, desde os anos 70, falamos sobre a educação científica. Isso mostra, no entanto, uma transformação que marca o gradual esquecimento a intenção original de pedagogia, que foi a melhoria do ensino em sala de aula. Investigação sobre o ensino foram tão imerso num mar de pesquisa em todas as disciplinas do ensino de ciências.

Assim como o ensino tradicional tem sido fortemente contestada pelos adeptos da nova pedagogia, a ciência, poder e hegemonia, mais familiar, mais descobrir seus limites. Pedagogia e quanto mais você conhecimento da real complexidade do assunto, prevê a impossibilidade de justificar a ação do professor de uma maneira científica como é, a pedagogia do ensino da ciência e tradição, cada um à sua fraquezas.

Desde o início dos anos 80 na nova estrada se abre por razões de pedagogia. As discussões são eles percebem o trabalho do professor como um profissional que

¹ Nome latino de Jan Amos Komenshy (1592 – 1670), humanista tcheco, defensor da Reforma e renovador da Pedagogia

sabe armados e enfrentaram uma situação complexa que resiste à simples aplicação de conhecimento. A razão pela qual o professor se apresenta como o novo fundamento da pedagogia; esta razão, muitos campos de alimentação, é contextualizada e deliberativo natureza. É necessário, no entanto, compreender a questão do conhecimento e como um agente para orientar a investigação em pedagogia, professor, vê a racionalidade do conhecimento.

HISTÓRICO DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA “ULYSSES BOYD” - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A História da Educação no Espírito Santo se confunde com a história de vida da saudosa Professora Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo que, desde 1949, iniciou sua carreira acadêmica, demonstrando grande desejo em promover o saber. Durante dez longos anos, normalistas de todo o Estado convergiam para Vitória, lideradas pela então professora de Didática da Escola Normal Pedro II, Adevalni Azevedo, para participar de debates e palestras proferidas por pedagogos dos mais diferentes pontos do Brasil.

Em 1968, a Professora Adevalni Azevedo cria a SEMANA DA NORMALISTA dando ao Ensino Normal dimensões relevantes para o curso primário da rede pública de ensino do Espírito Santo. Assim retrata uma história de comprometimento com a Educação.

Observando a grande carência no Espírito Santo quanto ao processo educacional, a Professora Adevalni uniu-se a pessoas do meio acadêmico e buscou alternativas para a melhoria da problemática da educação na Grande Vitória, como, também, nas cidades do interior, que foram sempre os grandes alvos das discussões do grupo.

Em decorrência desta iniciativa, em 20 de agosto de 1971, foi criado o Centro Educacional Lourenço Filho - CELF, como proposta inovadora de promover cursos de aperfeiçoamento para os professores e fóruns de discussões na área de educação no âmbito da Grande Vitória.

Dentre as atividades inovadoras desenvolvidas pelo CELF, a Professora Adevalni implantou o “Seminário de Literatura Infante-Juvenil do Espírito Santo” envolvendo a comunidade acadêmica da época. Após seu falecimento, em 1983, este evento acadêmico foi encampando pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES como forma de continuidade de sua proposta de trabalho.

Com a ausência da Professora Adevalni, mas com seus ideais presentes e ecoantes, desponta com muita expressão a sua irmã, Professora Cilaci Azevedo Boyd, que decide dar continuidade ao trabalho outrora iniciado. E, numa homenagem póstuma, mudou o nome do CELF para Centro Educacional Adevalni Azevedo.

Assim, a Professora Cilaci Azevedo Boyd, juntamente com sua equipe de docentes e pedagogos, passa a executar um dos grandes projetos de sua irmã: “Equipe Pedagógica Itinerante” com o propósito de enviar para as cidades do interior profissionais especializados em educação para atuarem como referencial de aperfeiçoamento e transformação da realidade educacional local.

Desta forma, o Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd - ISECUB foi criado como sociedade civil de direito privado com fins lucrativos conforme artigo 43 da Lei Diretrizes e Bases (LDB) Lei Nº. 9394/96, concebida e organizada especificamente para desenvolver e manter a Educação em seus diversos graus, com enfoque especial para o Ensino Superior, em todas as suas formas. Sua fundação se deu em 17 de Dezembro de 1998 a partir do registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº. 03.055.822/0001-68.

O ISECUB nasceu da vocação conjunta de seus fundadores, dispostos a repensar as práticas pedagógicas atuais com base na visão de um mundo globalizado moderno e competitivo, ávido de saberes múltiplos. Tais necessidades motivaram um projeto educacional diferenciado e capaz de contribuir com maior eficiência e eficácia educacional para a formação de pessoas comprometidas com a elevação da qualidade de vida da sociedade em geral e das pessoas em particular.

Para cumprir sua missão, o ISECUB cercou-se de profissionais educadores experientes no trato da Administração Escolar de nível superior e criou a Faculdade de Educação - ISECUB. Instituição Mantida, estruturada de forma a cumprir os seus objetivos originais. Dando cumprimento ao seu projeto, formalizou junto ao MEC, no segundo semestre de 1999, processos de autorização de cursos sob a forma de projetos pedagógicos capazes de refletir os ideais inicialmente estabelecidos.

Em Fevereiro de 2001, pela Portaria 293, foi obtida a autorização para o funcionamento do curso de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Administração e Supervisão Educacional, bem como autorização para o funcionamento efetivo da Faculdade de Educação publicado no D.O.U. em 19 de Fevereiro de 2001.

O Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd espera contribuir para dissipar os problemas da Educação Básica no Espírito Santo, mais especificamente na Grande Vitória, trabalhando seriamente na formação do magistério e do ofício de ensinar.

II. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DE CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO-ISECUB.

2.1 - Três concepções de conhecimento

A tradição filosófica² revela que o conhecimento tem sido definida a partir de três conceitos diferentes: opinião, subjetividade e argumentos.

De acordo com o pensamento de Descartes³, que podemos chamar de descobrir todo o tipo de certeza subjetiva produzida pelo pensamento racional. Conhecimento é contra a dúvida, erro e imaginação.

O conhecimento é baseada na racionalidade. Não é uma crença ou uma falsa concepção, mas de observação e de demonstração lógica. Neste sentido, o conhecimento é o resultado de um diálogo interno marcado pela racionalidade. O conhecimento não é fruto da intuição e não uma representação subjetiva, mas o resultado da atividade intelectual, o tribunal sobre os fatos. O conhecimento está presente nos discursos que têm realmente julgar um objeto. Assim, o conhecimento está apenas em juízos de fato.

Projeto que considera o argumento como um lugar de aprendizado⁴, conhecimento que pode ser definida como guia da atividade discursiva em que o sujeito tenta validar uma proposta ou uma ação. Esta validação é feita geralmente pela lógica da dialética ou retórica. Neste caso, sabendo que algo não está reduzida à simples atividade de julgar, mas também a capacidade de apresentar a verdade dos motivos alegados para o tribunal. Assim, para além da esfera da subjetividade e da mente só para saber, para chegar ao campo da intersubjetividade, a relação com o outro. Portanto, o conhecimento é uma construção coletiva das trocas lingüísticas entre os agentes.

² A tradição filosófica estudada e publicada por SEVERINO, Antônio Joaquim, 1994.

³ René DESCARTES (1596 – 1650), o pai da filosofia moderna que escreveu o famoso discurso do método em 1637 mostrando os passos para o estudo e a pesquisa.

⁴ HÁBERMAS (1929) filósofo da escola de Frankfurt que, sob a inspiração do Marxismo, do Hegelianismo e da Psicanálise, desenvolveu uma crítica ao projeto Iluminista da modernidade, à instrumentalização banal da razão e do saber.

2.2 - O conceito de conhecimento e pedagogia no ensino da Faculdade de Educação - iSECUB.

As três concepções de aprendizagem descrito acima se assemelha a um ponto específico: o fato de que a natureza do conhecimento está sempre ligada às exigências da racionalidade. Da mesma forma, as novas Orientações Curriculares Nacionais para o ensino da exigência de mostrar implícita de racionalidade que o caminho para o conhecimento do professor. Você pode ler o documento de política que visa formar profissionais capazes fundamentalistas know-how know-ao contrário de uma abordagem puramente cognitiva que orienta a formação científica dos professores (especialista).

Você pode criar um espaço em torno de uma aprendizagem hands-on, um lugar para investir e criar, o educador e professor descobrir, inventar, criar, usando o conhecimento possível, sem se preocupar com você, sem falhar.

Guiado pelos novos parâmetros curriculares nacionais para o ensino e idealista para as suas próprias convicções, ele concebeu a idéia de que os conhecimentos dos professores não pode ser racional, sem o conhecimento científico, o conhecimento prático que os professores podem estar envolvidos na ação sabe que o conhecimento do produto não é puramente científico, mas nunca deixa de ser legítimo, sério e legítimo. Supõe-se que a ciência, se a educação científica, não apenas como um guia de ensino.

A Faculdade Aberta da ciência moderna é a formação de profissionais, educadores e professores com a idéia de que o conhecimento é antes o resultado da produção social, sujeito a revisões e reavaliações pode refutá-lo completamente. Sujeitos no processo de trabalhadores do conhecimento são o resultado da interação entre todas as partes interessadas.

Assim, mesmo com todas as mudanças no campo da educação, historicamente descrito no documento Diretrizes Curriculares Nacionais⁵, A Faculdade de Educação do ISECUB, quer uma educação moderna para a formação profissional plena e capaz de atuar no sistema de educação básica como um professor, Consultor Supervisor, Administrador e inspetor, e também para desenvolver a educação como um contexto não formal, fora de projetos escolares e

⁵ Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, elaboradas pela comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia e aprovadas através do PARECER CNE/CP Nº 03/2006 homologado pelo Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União de 11/04/2006

estabelecimentos educação, com a eficiência e a eficácia de um profissional de pesquisa e investigação que possam contribuir para a construção e produção do conhecimento na educação.

III. MISSÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO ISECUB

Nossa missão baseia-se nas redefinições dos eixos básicos subjacentes ao processo educativo, envolvendo as atividades de ensino, extensão e pesquisa, destacando o que se entende por conhecimento e o que se entende por aprendizagem.

Princípios Norteadores da Missão:

- O atendimento às camadas mais populares da Região com a finalidade de estimular o acesso de pessoas humildes ao Ensino Superior;
- A relação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, iniciação científica e prática profissional articuladas com as necessidades da comunidade;
- A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo como referência seus Cursos de Graduação, as Atividades Complementares, o Estágio Supervisionado, os Cursos de Aperfeiçoamento e os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, de acordo com a necessidade das Escolas do Espírito Santo.

Desta forma, a missão da ISECUB é oferecer acesso e promover a Educação Superior a pessoas das Classes Populares, através de baixo custo e por meio da formação cidadã, ética, empreendedora e detentora de uma formação acadêmica que possibilite a atuação no mercado de trabalho regional e outros.

Na consecução de sua missão, a Instituição agregará valores que contribuirão para a transformação social, cultural, política e econômica da cidade de Vitória e todos os Municípios do Estado do Espírito Santo. Ao executar sua missão, a ISECUB, direcionará seus esforços para nortear seus campos de atuação na Educação, nas Ciências Sociais Aplicadas, na Tecnologia da Informação, no desenvolvimento socioeconômico da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

IV. ÁREA DE INFLUÊNCIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO- ISECUB

4.1- Área de influência da Faculdade de Educação

Os desafios colocados pela contemporaneidade nos campos profissional, social e pessoal, impactados pelas tecnologias da informação e pela inovação, deslocam o foco, convergindo para um processo educativo onde o "novo trabalhador e a nova cidadania" são estimulados a administrar sua própria trajetória de aprendizagem, buscando constantemente a elevação do seu nível de conhecimento e o domínio de habilidades mais complexas. A educação para o trabalho, inovação do pós-guerra evolui rapidamente, convertendo-se em educação para ciência e tecnologia, uma inovação do final do milênio.

Pois, segundo o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, o Ensino Superior é, em qualquer sociedade, um dos motores do desenvolvimento econômico e instrumento principal de transmissão de experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Dessa forma a importância do Ensino Superior e das suas instituições torna-se cada vez mais importantes em um mundo em que os recursos sociais enquanto fatores de desenvolvimento apresentam-se cada vez mais importantes do que os recursos materiais.

Os processos historicamente encadeados presentes no mundo de hoje são muitas vezes concorrentes e mesmo contraditórios, rebatendo na modelagem de qualquer processo educativo, em que obrigatoriamente ocupam espaços relativos ao conteúdo e a operacionalização destes projetos. Dentre os mais significativos: democratização, globalização, regionalização, polarização, marginalização e fragmentação, convivem com o consenso mundial em torno das transformações imperativas nas estratégias de desenvolvimento econômico e tecnológico, enfeixadas no conceito de desenvolvimento humano sustentável, onde o crescimento econômico serve ao desenvolvimento social e assegura um meio ambiente sustentável.

Deve-se salientar a importância estratégica regional da Faculdade de Educação do ISECUB, uma vez que agrega valor ao banco de inteligência local para ampliar, atualizar e qualificar a massa crítica geradora e usuária de conhecimentos, colimados na realidade e necessidades do Espírito Santo.

Para atender à nova realidade do Estado do Espírito Santo, todos os Cursos de Graduação, Aperfeiçoamento, Extensão e Pós-Graduação serão trabalhados

numa perspectiva empreendedora e no incremento das práticas da investigação científica.

O Estado do Espírito Santo não tem tradição consolidada em Formação de Professores. Sabemos que a escolaridade está estruturada em uma ordenação linear de Cursos que estabelecem a ordem da aprendizagem exigível a todos. Porém nem sempre a promoção dos graus entre os níveis de ensino, condiz com a aquisição real das habilidades e competências para o saber-fazer e o enfrentamento das problemáticas do cotidiano escolar.

4.2 - O universo de justificação

Apoiado pela crença de que é através da educação que milhões de brasileiros saem da linha da pobreza - o acesso à formação profissional ganha, emprego e renda, uma vida digna - a Faculdade de Educação ISECUB – escreveu esse projeto de intervenção social através da ação assistencial em educação, dada a urgência da formação educacional daqueles que fornecem a emancipação da grande massa de brasileiros excluídos.

Objetiva-se inicialmente, por meio do Instituto Superior de Educação, formar os educadores, professores em exercício ou não, profissionais que estarão efetivamente interferindo nesse preocupante quadro social, comprometidos com a emancipação e inclusão social no país.

Em seguida, contribuir para a geração de demanda futura por grande contingente de profissionais qualificados na Faculdade de Educação, treinar gerações futuras de profissionais que atendam essas demandas locais em muitas áreas.

Assim, a Faculdade de Educação mantém o seu projeto educativo de interferência social, a saber:

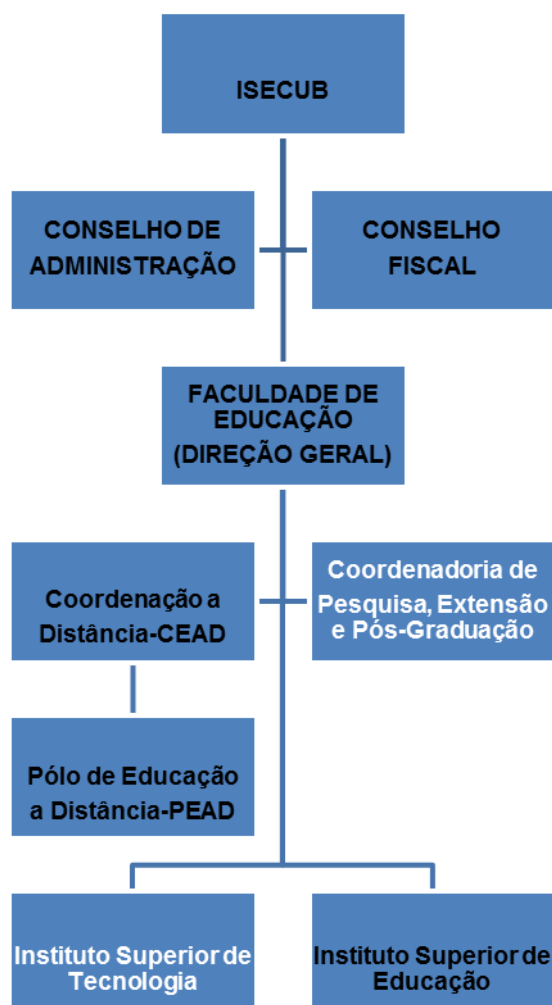
4.3 - Organogramas: Faculdade de Educação

A visão estrutural da funcionalidade da Faculdade de Educação e seu relacionamento institucional com a Mantenedora, garantida a autonomia administrativa, pedagógica e financeira, revelam a filosofia de gestão da Instituição.

Abrangência, transformação, sustentabilidade, indução e alteratividade são as cinco dimensões, no âmbito do ISECUB, identificadas como pilares para a prática da gestão participativa e inovadora.

O propósito da exposição do organograma, como se apresenta, é o de explicitar a estrutura organizacional, sua horizontalidade, agilidade e proximidade

dos órgãos decisórios, o que muito contribuirá para sedimentar uma gestão sinérgica e cooperativa, onde prevalecerá a decisão coletiva e dialogada, fruto da integração e harmonia propostas entre a Instituição Mantenedora e a Faculdade de Educação-Isecub.



V. CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO PROJETO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Não é preciso discorrer sobre a relevância da formação de professores de alta qualidade num contexto onde a educação fundamental desponta como condição para a sobrevivência econômica das sociedades e como imperativo ético da convivência e equidade de seus indivíduos.

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado mudanças significativas em diversas esferas da vida nacional. A organização e a estrutura do sistema educacional traduzem muitas peculiaridades e características desse reordenamento, sendo também palco de inúmeras transformações.

Desde 1996, o país convive com novos dispositivos legais, cuja origem remonta a alterações do capítulo na Carta Magna, através da Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996, a qual se seguiram a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional n.º 14/1996 e regulamentado através da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996. A nova LDB, em certa medida, mantém algo do espírito da Constituição de 1988, detalhando seus princípios e avançando no sentido de encaminhar orientações gerais para o sistema educacional. Por outro lado, reflete também a política educacional desenvolvida a partir de 1995, definindo um novo papel para as diferentes instâncias do Poder Público.

Embora a legislação, por si, não altere a fisionomia do real, indica um caminho tido como desejável para o sistema educacional num determinado momento histórico. A educação como direito e como tarefa a ser compartilhada entre o Estado e a sociedade é uma noção fundamental que deriva da Constituição de 88. Os três grandes eixos orientadores do novo arcabouço legal da educação brasileira são, indubitavelmente, a autonomia, a flexibilidade e a avaliação. A educação constitui, atualmente, um direito de cidadania, devendo o Estado garantir as condições e recursos para sua efetivação. Desta forma, as políticas públicas devem assegurar a universalização da educação básica de qualidade, a democratização do acesso à educação superior e à valorização do profissional da educação.

Mas, um dos aspectos mais importantes desse grande cenário é o da formação dos profissionais da educação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394/96 vem defrontar-se com um quadro no âmbito da formação de professores para os anos iniciais da escolaridade caracterizado por: diversidade de instituições formadoras, seja em Nível Médio, seja em Nível Superior, com predominância das de Nível Médio, sobretudo as de iniciativa pública. Assim, em 1996 no Brasil, havia 5.276 Habilitações em Magistério em estabelecimentos de Ensino Médio, das quais 3.240 em escolas estaduais, 1.152 em escolas particulares, 761 em municipais e 3 federais. Quanto aos Cursos de Pedagogia, dados de 1994 indicavam a existência de apenas 337 em todo país, 239 dos quais de iniciativa particular, 35 federais, 35 estaduais e 28 municipais.

Nesse quadro referencial, a nova LDB - Lei nº 9.394/96 - estabelece que a *formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação (...)* (Art. 62). De conformidade com o Art. 63 da nova LDB, os Institutos Superiores de Educação (ISE) deverão manter *cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o Curso Normal Superior, destinados à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental*. Apesar de estabelecer, como norma, a formação em Nível Superior, a lei admite como formação mínima a oferecida em Nível Médio, nos Cursos normais, o que faz supor, dada a realidade existente, que tais cursos deverão subsistir ainda por muito tempo, a fim de atender as diferenciadas realidades brasileiras, embora tivera estipulado, nas disposições transitórias, um prazo de apenas dez anos para essa formação a partir da promulgação da carta magna da educação.

A atual Lei torna necessário resignificar o ensino das crianças, jovens e adultos para avançar nas reformas políticas da educação básica, a fim de sintonizá-las com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, construir e reconstruir as instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações, conhecimentos e tecnologias.

Esse cenário apresenta enormes desafios educacionais, que impulsionam os professores a criarem um ofício novo em que o “*aprender/fazer*” é de importância superior ao “transmitir”. Entretanto, deparamo-nos com um quadro paradoxal: o preparo inadequado dos professores, cuja formação, de modo geral, manteve predominantemente o modelo tradicional, não contemplando muitas das competências consideradas, na atualidade, inerentes à atividade docente: *organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação continuada.*⁶

⁶ PHILIPPE PERRENOUD, estudioso Francês da atualidade e grande colaborador para as novas idéias sobre a avaliação da aprendizagem através do desenvolvimento de competências e habilidades.

Não existe, no entanto, uma forma neutra de realizar esse trabalho. A própria identificação das competências supõe opções teórico-político-ideológicas que esbarram em concepções de ensino e aprendizagem muitas vezes contraditórias à concepção de homem e de sociedade. A realidade atual nos convoca a fazer da escola o ambiente que ajuda o aluno a reconstruir criticamente o conhecimento.

A escola transforma-se no ambiente que lhe fornece os critérios para analisar e relacionar os dados, favorecendo a aplicação racional e justa do saber no seu cotidiano, sendo capaz de interferir na realidade, identificando e resolvendo os problemas e os desafios colocados pela vida social.

Nesse sentido, a LDB, no artigo 13, afirma:

Os docentes incumbir-se-ão de:

1. *participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino;*
2. *elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino;*
3. *zelar pela aprendizagem dos alunos;*
4. *estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
5. *ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
6. *colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

Diante desse novo fazer docente, ficam as indagações: Que tipo de profissional é necessário se formar, para que seja capaz de enfrentar os novos desafios no campo educacional? Quais são os requisitos essenciais a um educador do nosso tempo? As respostas são complexas, mas necessariamente devem estar em consonância com os princípios e diretrizes da proposta pedagógica da escola, que demandarão suportes legais e técnicos da formação continuada em serviço para esses profissionais.

A reflexão é o conceito mais utilizado pelas novas tendências da formação para os professores. Segundo Fernando Hernández, *os professores aprendem muitas coisas por si mesmos, tendo, conversando com os colegas e experimentando novas estratégias de ensino, confrontando-as reflexivamente com sua própria prática*

e em relação a outros colégios; isso exige, na formação, um componente de coordenação e colaboração.

Ajudá-los a formular e a estabelecer uma visão clara do ofício e das competências que lhe são hoje atribuídos é uma das principais funções da Coordenação Pedagógica da escola, num trabalho coletivo, dialético e dialógico, em que todos são, ao mesmo tempo, aprendentes e atores, nessa *rede de trocas*, nessa nova maneira de ensinar e de aprender.

5.1- A importância desta proposta

A LDB 9.394/96 institui as bases para a definição de novas políticas estabelecendo novos rumos para a formação dos profissionais da educação, rumos estes que necessitam exame cuidadoso no complexo contexto das lutas políticas que os gerou. Qualquer proposta para a formação de profissionais da educação tem que considerar, além dos avanços teóricos, os debates acadêmicos e as experiências inovadoras na área.

Repensar a formação do professor, hoje, sob uma visão crítica e competente supõe novos rumos, novas decisões e ações para a reformulação das políticas educacionais da educação básica quanto à democratização do saber e à inovação frente a um mundo, onde as mudanças se processam na política e gestão da educação em decorrência das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, na organização do processo produtivo, no padrão de sociabilidade e nas relações sociais.

Se analisarmos a realidade brasileira, sobressaem alguns dados interessantes. Conforme as Estatísticas da Educação Básica⁷, as funções docentes exercidas por profissionais no Ensino Fundamental apresenta a realidade assustadora de 81.735 profissionais com Ensino Fundamental Completo, 720.148 profissionais com Ensino Médio Completo e somente 708.543 profissionais com o Ensino Superior Completo. Ainda sem levarmos em consideração o imenso contingente dos educadores atuando na Educação Infantil hoje, a partir da LDB, incorporada à Educação Básica e cujos docentes deverão possuir a qualificação adequada.

⁷ Estatística da Educação Básica. Documento produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 1999.

A análise dos diversos cursos de Pedagogia oferecidos no Brasil identifica, contradições entre o discurso pedagógico e os encaminhamentos curriculares da formação docente. Há a disposição fragmentada das disciplinas, desarticulação entre teoria e prática, relação inconsistente entre disciplina e carga horária.

Pode-se, ainda, acrescentar a ênfase exclusiva nos conteúdos, reduzindo a formação do profissional a uma "*prática*" com pretensão domínio da solução de problemas da prática cotidiana da escola e da sala de aula, alijado da investigação e da pesquisa sobre as condições concretas que geram esses problemas.

As propostas e estudos acerca do papel da Pedagogia, formadora dos profissionais da Educação, têm apontado dois olhares: de um lado as contradições presentes no caráter da formação inicial dos professores. De outro, um processo mal entendido de generalização do Magistério.

A formação do profissional da Educação é um desafio que tem a ver com o futuro da Educação Básica e esta, por sua vez, está intimamente vinculada com o futuro de nosso povo, com a formação de nossas crianças, jovens e adultos.

É importante reconhecer que a formação de professores requer um espaço diferente daquele dispensado aos jovens recém-saídos do Ensino Médio.

Mais que isso, a formação de professores pressupõe a construção de um projeto político-pedagógico também responsabilizador desse professor em formação, seja com a sua própria emancipação, seja com a concepção do conceito de cidadania, ética e responsabilidade social.

E que a formação do Pedagogo cabe desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico como "um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial e vista como uma proposta mais ampla, de *hominização*, na qual o homem integral, omnilateral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo". ANFOPE⁸.

Notadamente a isto, é preciso considerar que os princípios norteadores de uma política de formação devem compreender que a formação de educadores requer ser entendida como um *continuum* – formação inicial e continuada, fundada na concepção de educação como emancipação de homem/mulher como seres libertos, solidários, felizes e completos.

⁸ ANFOPE: Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação.

Assim é amplamente reconhecida a necessidade de se repensar a formação de profissionais da Educação em todos os níveis de ensino, quer pela evolução dos conhecimentos, quer pelas transformações das condições sócio-econômicas, culturais e tecnológicos, quer pela própria natureza investigativa do saber implícita na função educativa.

Esse contexto político-pedagógico permite que a Faculdade de Educação – ISECUB compreendendo o sentido e a relevância do ofício de educar, saiba lidar com as novas exigências curriculares.

Mais que isso, saiba interferir, transcender, formar o educador com as novas competências e habilidades profissionais, reconhecendo as relações entre sala de aula, escola e contexto cultural, social e político. Dessa forma, propõe-se o Perfil Profissional a seguir descrito.

VI. PERFIL PROFISSIONAL QUE SE PRETENDE FORMAR

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação-ISECUB, cumpre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006, balizadoras da construção desse projeto.

O Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - ISECUB pretende formar um profissional que seja autor de sua prática e investigador das problemáticas do contexto educacional.

Pretende formar um profissional que saiba refletir sistematicamente sobre o fazer pedagógico, para participar, de forma consistente, da construção coletiva de qualquer programa político e pedagógico de quaisquer campos de atuação profissional em educação, e especialmente:

6.1- O magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o magistério nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e na Educação Profissional; o magistério nos programas de Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos; a atuação profissional na Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação educacional para a Educação Básica;

6.2- Fora da escola, em projetos educativos em instituições (ONGs, Conselhos Tutelares, Postos de Saúde, Igrejas, Penitenciárias, Hospitais) ou em ações coletivas e culturais com jovens e adultos, crianças em situação social de risco, idosos, mulheres, negros, índios e outros públicos específicos;

6.3- Além desses campos, ainda configuram-se os da implantação e avaliação de sistemas, projetos e programas educacionais, de inclusão digital e aprofundamento nos estudos em nível de pós-graduação, contribuindo para a geração e construção de conhecimento na área educacional.

VII.MISSÃO DO CURSO

A missão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação-ISECUB constrói-se na promoção e disseminação da educação superior por meio da formação de profissionais cidadãos, éticos, empreendedores e detentores de uma base de conhecimentos acadêmicos que possibilite a atuação no mercado de trabalho em âmbito nacional, porém, conscientizados do seu papel fundamental na reversão do quadro de exclusão social por que passam as regiões interioranas e que, portanto, a sociedade da região de origem de cada um espera que construam ali a mudança social tão clamada.

Na consecução de sua missão, a Instituição agregará valores que contribuirão para a transformação social, cultural, política e econômica das regiões onde atuar, identificando as características e culturas próprias da respectiva comunidade, direcionando sua atuação e esforços para nortear seus campos de intervenção na educação e no desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a Faculdade de Educação-ISECUB por Missão: *ofertar às pessoas serviços educacionais de qualidade superior, possibilitando sua ascensão social e o desenvolvimento cultural, político e sócio-econômico.*

No ISECUB, crê-se que a formação de qualquer profissional é validada pelo domínio de conhecimentos técnico-científicos para a participação criativa, reflexiva e construtiva na sociedade, assim como a adequação pedagógica para o desenvolvimento das características requeridas de um futuro profissional, cidadão que pensa e sabe o valor social e formativo dos conceitos e dos procedimentos e habilidades das diversas áreas do saber.

VIII. OBJETIVOS DO CURSO:

8.1- Geral:

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação-ISECUB, pretende:

Formar profissionais éticos que, no exercício da Pedagogia assumam uma postura teórico-crítica e cidadã, articulando conteúdos, experiências educacionais “intra” e extra-institucionais, a produção científica e tecnológica no campo educacional, de acordo com a realidade sócio-cultural das comunidades em todo o território nacional.

8.2- Específicos

Para tanto, se faz necessário:

- Promover relações de integração entre os saberes e os processos investigativos dos diversos campos de conhecimento;
- Elaborar projetos pedagógicos relacionados com os conteúdos específicos, considerando as dimensões cognitiva, afetiva, ética e estética e integrando a esses conteúdos os temas transversais;
- Desenvolver metodologias que articulem as dimensões teórica e prática da produção do conhecimento;
- Articular conteúdos com as experiências, pesquisas científicas e novas tecnologias no campo educacional;
- Oferecer um currículo que garanta a formação do pedagogo para atuar no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, seja na educação formal ou não;
- Criar condições que propiciem ao profissional autonomia, auto-aperfeiçoamento e capacidade de tomar iniciativas, sempre que necessárias frente aos problemas que surgirem no cotidiano escolar;
- Compreender a natureza das relações e inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais na constituição da realidade da educação escolar brasileira e regional, bem como da importância do processo da escolarização na formação do cidadão brasileiro;

- Compreender os fundamentos das teorias do conhecimento que sustentam as propostas metodológicas do processo ensino-aprendizagem;
- Articular conteúdos e metodologias que viabilizem a formação do gestor educacional para a educação básica, conforme preceituam o art. 64 da Lei 9.394 – LDBN e o Art. 14 da Res. CNE/CP nº 01, de 15/05/06;
- Compreender o processo de desenvolvimento da criança na construção de suas relações com o mundo e com os outros, bem como seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e criativo;
- Dominar os conteúdos fundamentais das diferentes ciências que integram o Currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais.

IX. MERCADO DE TRABALHO

O Pedagogo Integral formado pela Faculdade de Educação – ISECUB poderá atuar nos seguintes campos:

9.1- Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas Disciplinas Pedagógicas do Curso de Ensino Médio na modalidade Normal, bem como na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais os conhecimentos pedagógicos são previstos;

9.2- Gestão Educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere a administração, orientação, inspeção e supervisão, ao acompanhamento e avaliação de planos e de projetos pedagógicos, além da análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área da educação;

9.3- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

X. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O egresso do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-ISECUB deverá estar apto a:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade, justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- Fortalecer os desenvolvimentos e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente das crianças;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Aplicar os fundamentos da Gestão Educacional, entendida numa perspectiva democrática, especialmente no que se refere ao planejamento, administração, coordenação, inspeção, supervisão, ao acompanhamento e avaliação de planos e de projetos pedagógicos;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas,

com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições em que atuem, seja na condição de estudantes ou de profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos, sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- Promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

- Atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

Essas mesmas orientações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

XI. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

11.1- Planejamento e Filosofia Curricular

Nas questões que envolvem a educação brasileira, observam-se as propostas ligadas à mudança de currículos e novos paradigmas educacionais. As transformações que a educação vem sofrendo apontam para a necessidade de currículos mais próximos do universo do aluno.

Entende-se que a base de uma educação de qualidade deve voltar-se para a compreensão dos currículos, e da aproximação destes com as propostas educacionais e com o universo do educando.

Diferentes enfoques teóricos ou diferenças básicas no pensamento e conduta curricular são consequências dos diferentes aportes da Teoria Educacional. É preciso entender a Teoria Educacional (relacionada com a Teoria Social) como orientadora ou determinadora de diferentes enfoques da pesquisa e na construção da teoria e prática curricular de uma instituição de ensino.

Nesse sentido as mudanças propostas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia sugerem uma melhor qualificação do Pedagogo, para que busque a integração dos saberes e a combinação de conhecimentos de diversas áreas que envolvem a educação, em um processo de integração do saber.

Trabalhar a diversidade de aprendizagem dos alunos para que seja alcançada a equidade em seu desenvolvimento pessoal e social significa desenvolver práticas simples e complexas. O currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-ISECUB aproxima o conteúdo de suas ementas com as realidades sociais, vivenciadas no ambiente escolar ou fora dele.

Os conteúdos trabalhados devem fundamentar as práticas escolares, de maneira que o futuro profissional educador possa compreender e intervir nas diversas problemáticas que afetam o processo educativo, transformando o indivíduo e fazendo com que este também modifique a realidade existente.

11.2- Concepção e Configuração do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação-ISECUB.

O projeto político-pedagógico, segundo Veiga (2000):

Terá que fazer opções, definir intencionalidades e perfis profissionais, decidir sobre focos decisórios de currículo (objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação), analisar as condições reais e objetivas do trabalho, otimizar recursos humanos, físicos e financeiros, estabelecer e administrar o tempo para o desenvolvimento das ações; enfim, coordenar os esforços em direção dos compromissos futuros.

Neste contexto se faz necessário refletir acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, destacando-se aí o produto desejado, o objeto do nosso trabalho, o sujeito deflagrador de todo o processo o aluno a ser formado, a cidadania e a consciência crítica.

O projeto pedagógico implica numa compreensão do currículo que está envolvido, numa luta em torno do significados expressos nos espaços escolares e que não trazem as representações apenas de um determinado grupo social.

Deve-se levar em consideração que a realidade brasileira é marcada por desigualdades regionais extremas e que seus indicadores socioeconômicos apresentam baixos resultados em relação ao contingente populacional.

Espera-se que a Educação se constitua um dos meios eficazes para a consolidação de um quadro com maior equidade social e conseqüentemente também se espera uma melhor distribuição dos bens sociais.

As mudanças propostas pelas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia sugerem uma melhor qualificação dos profissionais da Educação, para que estes tenham a compreensão de que educar é formar, é socializar, é transformar. Pensando assim, torna-se necessário buscar a integração dos valores e a combinação dos conhecimentos das diversas áreas que envolvem a Educação, para organizar um curso com responsabilidade profissional. Os conteúdos trabalhados devem fundamentar as práticas nas escolas, de modo que o futuro profissional possa compreender e intervir nas diversas problemáticas que afetam o processo educativo.

Para tanto, utiliza-se uma metodologia moderna baseada na Matriz Epistemológica Interacionista, que se nivela pela interdisciplinaridade e transversalidade das principais atividades acadêmicas desenvolvidas no curso.

Com essa visão, o Currículo Pleno do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação - ISECUB está organizado da seguinte forma:

- Um núcleo de estudos básicos, um de aprofundamento e diversificação de estudos e outro de estudos integradores, que propiciam, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional relativa à formação do licenciado. Compreendendo, além das aulas e dos estudos individuais e coletivos, atividades práticas de trabalho pedagógico, as atividades de monitoria, as de estágio, as de pesquisa, as de extensão, a participação em eventos e em outras atividades acadêmico-científicas que alarguem as experiências dos acadêmicos e consolidem a sua formação.

A estrutura do curso de Licenciatura em Pedagogia constituir-se-á de:

- Um **NEB- núcleo de estudos básicos** que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, de reflexão e ações críticas, articulará:

- a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços educativos;
- c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processo educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
- e) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviços e apoio escolar;
- f) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente, de teorias relativas à construção de aprendizagens, socialização e elaboração de conhecimentos, de tecnologias da informação e comunicação e de diversas linguagens;
- g) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros

anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;

- h) atenção às questões pertinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, à pesquisa, à extensão e à prática educativa;
- i) estudo das relações entre educação e trabalho, realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações sociais, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea, articulando e inter-relacionando as ações propostas com as outras áreas acadêmicas da Instituição.
- j) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

- um **NADE-núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico da Faculdade de Educação - ISECUB e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;
- b) pesquisa, estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras.

- um **NEI- núcleo de estudos integradores** que proporcionará enriquecimento curricular e compreenderá:

- a) participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo Corpo Docente da Faculdade de Educação - ISECUB;
- b) participação em atividades práticas, de modo a propiciar aos estudantes vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

11.2.1- **NEB- Núcleo de Estudos Básicos** - núcleo das disciplinas dos fundamentos da educação, da ciência e do desenvolvimento da reflexão crítica sobre educação, escola e sociedade.

- Língua portuguesa instrumental e nivelamento linguístico, a história da produção do conhecimento;
- Introdução ao estudo da ciência da educação; natureza e especificidade da pedagogia como a ciência pedagógica, os avanços da educação no Brasil, história e identidade da educação brasileira;
- Estudos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos que fundamentam a compreensão da sociedade, do homem, da educação, das teorias pedagógicas e do currículo.
- Estudos sobre a escola como espaço do trabalho educativo, relações entre educação e trabalho, as teorias da administração que orientam o sistema de organização e gestão da escola, o planejamento pedagógico em todas as suas dimensões, a organização estrutural e política dos sistemas de educação brasileiros, conteúdos que compõe a formação específica em gestão educacional;
- A didática e as teorias e metodologias pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem, as tecnologias da informação, comunicação e diversas linguagens. Planejamento e avaliação educacional e gestão democrática. Educação profissional;
- Os conteúdos que compõem a formação docente: os núcleos de conhecimentos relativos ao exercício da docência, do conhecimento da criança de 0 a 5 anos e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Os conteúdos das práticas pedagógicas tendo como elemento integrador os projetos de iniciação científica que perpassarão todos os períodos do curso a fim de se constituírem nos momentos de reflexão da prática educativa da pedagogia;
- Os conteúdos específicos do fazer Pedagógico e Gerencial nos sistemas formais de educação;
- Os conteúdos da ação com a ludicidade, arte, linguagem e diversidade multicultural.

11.2.2- NADE- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

- Os estudos sobre os processos educativos e gestoriais nos sistemas não formais de educação;
- As diversas tecnologias e metodologias como apoio ao trabalho no contexto multicultural e da diversidade social brasileiros;
- Os conteúdos fundamentadores das teorias da educação para a elaboração de novos projetos e propostas educacionais brasileiras.

11.2.3- NEI- Núcleo de Estudos Integradores

- Promoção e estímulo à participação em eventos de caráter científico e programas de extensão para enriquecimento curricular;
- Organização, orientação e supervisão de atividades práticas nas mais diferentes áreas do campo educacional;
- Conteúdos de disciplinas de comunicação, linguagem e expressão cultural, de acordo com o cenário sociocultural em que o graduando pretende trabalhar como Pedagogo.

A Faculdade de Educação-ISECUB propõe que o seu curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, forme profissionais educadores para a Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas Disciplinas Pedagógicas do Curso Normal e da Educação Profissional de nível médio, para a Administração, Orientação, Inspeção e Supervisão do Sistema de Ensino Formal na Educação Básica, na educação não-formal, no desenvolvimento de projetos educacionais em instituições variadas e organismos públicos e privados de apoio e fomento da educação.

O regime adotado é o de seriação semestral, com carga horária total de **3260 horas**, de efetivo trabalho acadêmico que poderão ser cumpridos em quatro anos. O período máximo de integralização do curso é de **8** anos.

O curso é constituído por oito períodos semestrais, consecutivos, ministrados em período correspondente a 100 (cem) dias letivos cada, em conteúdos inter-relacionados entre si, realizados na forma presencial.

11.4- Configuração da Proposta Curricular: Matriz Curricular, Ementário e Bibliografia Indicada.

O currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia é constituído dos três núcleos orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de

Pedagogia, distribuídos em oito períodos com seus respectivos conteúdos disciplinares, creditação e cargas horárias específicas de cada um desses conteúdos.

A matriz curricular apresenta neste Projeto uma configuração inovadora, descrevendo os seus componentes a cada período do Curso, indicados por tabelas individualizadas, que fornecem inicialmente os objetivos didático-pedagógicos almejados por aquele conteúdo, ou seja, o Professor ao elaborar o material didático para a respectiva disciplina terá, além da ementa tradicionalmente apresentada, inovadora indicação de parâmetros orientadores da interdisciplinaridade que se pretende garantir.

Complementando as informações dessa tabela descritiva de cada conteúdo, são relacionadas às obras que comporão o acervo da Biblioteca Central, indicadas como bibliografia básica e complementar.

Essas tabelas descritivas de cada conteúdo disciplinar estarão disponibilizadas aos Professores, para manuseio sistemático, e também distribuídas aos alunos, em forma de sinopse disciplinar, no início de cada semestre letivo, juntamente com o Manual do Aluno, além de estarem disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, podendo ser baixadas e impressas pelos alunos.

Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar operacionalizada até 2002/2. AUTORIZAÇÃO Nº 293/2001- D.O.U. 15/02/2001.

Período I – 01/1	Carga Horária
Fundamentos Biológicos da Educação	80
Fundamentos de Filosofia	40
Fundamentos de Psicologia	40
Fundamentos de Sociologia	80
Organização do Trabalho Científico	80
Economia da Educação I	80
Total	400
Período II – 01/2 -Núcleo de Estudos	Carga Horária
Filosofia da Educação I	40
História da Educação I	80
Psicologia da Criança	40
Sociologia da Educação	40
Didática Geral	80
Estudos Independentes I	40
Estágio Supervisionado I	80
Total	400
Período III – 02/1 - Núcleo de Estudos	Carga Horária
Filosofia da Educação II	40
Fundamentos Administrativos da Educação	40
História da Educação Brasileira	40
Fundamentos Linguísticos para Alfabetização	40
Princípios da Educação Infantil	40
Psicologia da Aprendizagem	80
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	80
Ensino de Português	40
Total	400
Período IV – 02/2 -Núcleo de Estudos	Carga Horária
Psicologia da Adolescência	40
Ensino de Ciências	40
Ensino de História	40
Ensino de Matemática	40
Administração de Sistemas Computacionais	40
Estágio Supervisionado II	80
Ensino de Geografia	40
Método e Técnicas de Pesquisa Pedagógica	80
Total	400

Período V – 03/1 - Núcleo de Estudos	Carga Horária
Princípios e Métodos de Administração Escolar	80
Pesquisa em Administração da Educação I (TCC)	80
Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	80
Estatística Aplicada à Educação	40
Estudos Independentes II	40
Projeto Político Pedagógico da Escola	80
Total	400
Período VI– 03/2 - Núcleo de Estudos	Carga Horária
Administração da Escola de Educação Básica	80
Interação Escola-Comunidade	40
Psicologia da Educação	80
Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio	80
Estágio Supervisionado em Adm. Escolar – Educação Básica I	120
Total	400
Período VII – 04/1 - Núcleo de Estudos	Carga Horária
Disciplina Optativa I	80
Relações Humanas na Escola	80
Políticas de Educação	80
Educação Comparada	40
Economia da Educação II	80
Estudos Independentes III	40
Total	400
Período VIII– 04/2 - Núcleo de Estudos	Carga Horária
Planejamento Educacional	40
Disciplina Optativa II	80
Estudos Independentes IV	40
Pesquisa em Administração da Educação II (TCC)	80
Ética Profissional na Educação	40
Estágio Superv. Em Adm. Escolar – Educação Básica II	120
Total	400
CARGA HORÁRIA TOTAL	3200

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA “ULYSSES BOYD”

AVISO DE ALTERAÇÃO DE GRADE CURRICULAR

A Diretora Acadêmica da Faculdade de Educação – UNIDADE EDUCACIONAL CAPIXABA - UNICIDADE, mantida pelo Instituto Superior de Educação e Cultura “Ulysses Boyd”, no uso de suas atribuições comunica a alteração da Grade Curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura Plena, com habilitação em Administração e Supervisão Escolar, a partir do ano de 2003, conforme descrito abaixo:

1º Período: Educação e Saúde, 40 h/a; História da Educação I, 40 h/a; Filosofia da Educação I, 40 h/a; Sociologia da Educação I, 40 h/a; Economia da Educação, 40 h/a; Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia, 60 h/a; Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I, 60 h/a; Introdução à Psicologia, 40 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 40 h/a; Total: 400 h/a. 2º Período: Teoria Pedagógica, 60 h/a; História da Educação II, 60 h/a; Filosofia da Educação II, 40 h/a; Sociologia da Educação II, 40 h/a; Língua Portuguesa e Produção de Textos I, 60 h/a; Psicologia Educacional, 40 h/a; Educação e Antropologia Cultural, 40 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 60 h/a; Total: 400 h/a. 3º Período: Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental, 60 h/a; Metodologia e Prática do Ensino de Matemática, 40 h/a; Planejamento do Ensino, 40 h/a; Alfabetização, 60 h/a; Metodologia da Educação Infantil, 60 h/a; Disciplina Optativa I, 40 h/a; Metodologia e Prática do Ensino das Ciências da Natureza, 40 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 60 h/a; Total: 400 h/a. 4º Período: Metodologia do Ensino Fundamental, 60 h/a; Pesquisa Pedagógica, 40 h/a; Ética e Educação, 40 h/a; Elaboração de Material Didático, 60 h/a; Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa, 40 h/a; Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia, 40 h/a; Educação Ambiental, 40 h/a; Disciplina Optativa II, 40 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 40 h/a; Total: 400 h/a. 5º Período: Estatística Aplicada à Educação, 60 h/a; Fundamentos da Educação Especial, 60 h/a; Psicomotricidade, 60 h/a; Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional, 60 h/a; Disciplina Optativa III, 40 h/a; Seminários Interdisciplinares I, 80 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 40 h/a; Total: 400 h/a. 6º Período: Escola, Currículo e Avaliação, 60 h/a; Disciplina Optativa IV, 40 h/a; Disciplina Optativa V, 40 h/a; Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II, 60 h/a; Estágio Curricular Supervisionado I- Prática de Ensino, 150(40h Orien.) h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 60 h/a; Total: 410 h/a. 7º Período: Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional, 60 h/a; Língua Portuguesa e Produção de Textos II, 60 h/a; Estágio Curricular Supervisionado II, 150(40h Orien.) h/a; Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa, 100(40h Orien.) h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 40 h/a; Total: 410 h/a. 8º Período: Princípios e Métodos da Administração Escolar, 60 h/a; Disciplina Optativa VI, 40 h/a; Disciplina Optativa VII, 40 h/a; Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa, 160(40h Orien.) h/a; Seminários Interdisciplinares II, 60 h/a; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 40 h/a; Total: 400 h/a. Relação de Disciplinas Optativas: Arte na Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Educação Comparada; Educação da Criança de 0 a 6 anos; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Educação Física e Recreação; Educação Não-Formal; Ensino à Distância; Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio; Ética e Diversidade; Folclore Regional e Nacional; Língua(gem), Poder e Práticas Educacionais; Literatura e Educação; Pensamento Histórico e Educação; Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano; Planejamento e Administração Escolar; Prática de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental; Psicologia da Aprendizagem; Relações Humanas na Escola; Temas Transversais em Educação. Carga Horária Total do curso: 3220 h/a.

A presente grade entra em vigor a partir do ano de 2003/01.

Vitória, 17 de dezembro de 2007.

**ALTERAÇÕES, EQUIVALÊNCIA E ABRANGÊNCIA DE CONTEÚDOS
DISCIPLINARES
EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL:**

1º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
De: Fundamentos Biológicos da Educação/Educação e Sexualidade Para: Educação e Saúde		X	
De: Fundamentos de Filosofia Para: Filosofia da Educação I		X	
De: Fundamentos de Psicologia Para: Introdução à Psicologia		X	
De: Fundamentos de Sociologia Para: Sociologia da Educação I		X	
De: Organização do Trabalho Científico Para: Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I		X	
De: Economia da Educação I Para: Economia da Educação		X	
Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia		X	
História da Educação I		X	
De: Fundamentos de Alfabetização Para: Alfabetização		X (3º Per.)	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	

2º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
Filosofia da Educação I		X (1º Per.)	
História da Educação I		X (1º Per.)	
De: Psicologia da Criança Para: Psicologia Educacional		X	
De: Sociologia da Educação Para: Sociologia da Educação II		X	
De: Didática Geral Para: Elaboração do Material Didático		X (4º Per.)	
De: Estudos Independentes I Para: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	
De: Estágio Supervisionado I Para: Estágio Curricular Supervisionado I		X (6º Per.)	
Teoria Pedagógica		X	
História da Educação II		X	
Filosofia da Educação II		X	
Língua Portuguesa e Produção de Textos I		X	
Educação e Antropologia Cultural		X	

3º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
Filosofia da Educação II		X (2º Per.)	
De: Fundamentos Administrativos da Educação Para: Política Educacional e Organização da Educação Básica		X	
De: História da Educação Brasileira Para: História da Educação II		X (2º Per.)	
De: Fundamentos Lingüísticos para Alfabetização Para: Alfabetização		X	
De: Princípios da Educação Infantil Para: Metodologia da Educação Infantil		X	
De: Política Educacional e Organização da Educação Básica Para: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica		X	
De: Ensino de Português Para: Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa		X (4º Per.)	
Metodologia e Prática do Ensino de Matemática		X	
Planejamento de Ensino		X	
Optativa I		X	
Metodologia e Prática do Ensino das Ciências da Natureza		X	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	

4º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
De: Psicologia da Adolescência Para: Psicologia Educacional		X (2º Per.)	
De: Ensino de Ciências Para: Metodologia e Prática do Ensino das Ciências da Natureza		X (3º Per.)	
De: Ensino de História Para: Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia		X	
De: Ensino de Matemática Para: Metodologia e Prática do Ensino de Matemática		X (3º Per.)	
De: Administração de Sistemas Computacionais Para: Estatística Aplicada à Educação		X (5º Per.)	
De: Estágio Supervisionado II Para: Estágio Curricular Supervisionado II		X (7º Per.)	
De: Ensino de Geografia Para: Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia		X	
De: Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica Para: Pesquisa Pedagógica		X	
Metodologia do Ensino Fundamental		X	
Ética na Educação		X	
Educação Ambiental		X	
Optativa II		X	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	

5º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
Princípios e Métodos da Administração Escolar		X (8º Per.)	
De: Psicologia da Educação Para: Psicologia Educacional		X (2º Per.)	
De: Pesquisa em Administração da Educação I Para: Trabalho de Conclusão de Curso I		X (7º Per.)	
De: Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental Para: Metodologia do Ensino Fundamental		X (4º Per.)	
Estatística Aplicada à Educação		X	
De: Estudos Independentes II Para: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	
De: Projeto Político-Pedagógico da Escola Para: Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional		X	
Fundamentos da Educação Especial		X	
Psicomotricidade		X	
Optativa III		X	
Seminários Interdisciplinares I		X	

6º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
De: Administração da Escola de Educação Básica Para: Princípios e Métodos da Administração Escolar		X (8º Per.)	
De: Interação Escola-Comunidade Para: Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional		X (5º Per.)	
De: Estágio Supervisionado em Administração Escolar Para: Estágio Curricular Supervisionado II		X (7º Per.)	
De: Disciplina Optativa I Para: Optativa I		X (3º Per.)	
De: Currículos e Programas Para: Escola, Currículo e Avaliação		X	
De: Princípios e Métodos de Supervisão Escolar I Para: Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional		X (7º Per.)	
De: Estágio Supervisionado em Supervisão Escolar Para: Estágio Curricular Supervisionado I		X	
Optativa IV		X	
Optativa V		X	
Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II		X	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	

7º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
De: Políticas de Educação Para: Política Educacional e Organização da Educação Básica		X (3º Per.)	
De: Economia da Educação II Para: Economia da Educação		X (1º Per.)	
De: Princípios e Métodos de Supervisão Escolar II Para: Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional		X	
Língua Portuguesa e Produção de Textos II		X	
Estágio Curricular Supervisionado II		X	
Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa		X	
De: Estudos Independentes III Para: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	

8º PERÍODO

Disciplinas	Mantidas	Alteradas / Incluídas	Excluídas
De: Planejamento Educacional Para: Planejamento de Ensino		X (3º Per.)	
De: Disciplina Optativa II Para: Optativa II		X (6º Per.)	
De: Pesquisa em Administração da Educação II Para: Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa		X	
Seminários Interdisciplinares II		X	
De: Ética Profissional na Educação Para: Ética na Educação		X (4º Per.)	
Optativa VI		X	
De: Estágio Supervisionado em Administração Escolar II Para: Estágio Curricular Supervisionado II		X (7º Per.)	
De: Supervisão de Escola de Educação Básica Para: Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional		X (7º Per.)	
De: Estágio Supervisionado em Supervisão Escolar do Ensino Médio Para: Estágio Curricular Supervisionado I		X (6º Per.)	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X	
Temas Transversais em Educação		X	
Optativa VII		X	

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CUMPRIDA A PARTIR DE 2003/1 ATÉ 2009/2

P	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1º	Educação e Saúde			X	40		400
	História da Educação I	X			40		
	Filosofia da Educação I	X			40		
	Sociologia da Educação I	X			40		
	Economia da Educação	X			40		
	Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia	X			60		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I	X			60		
	Introdução à Psicologia	X			40		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
2º	Teoria Pedagógica			X	60		400
	História da Educação II	X			60		
	Filosofia da Educação II	X			40		
	Sociologia da Educação II	X			40		
	Língua Portuguesa e Produção de Textos I	X			60		
	Psicologia Educacional	X			40		
	Educação e Antropologia Cultural			X	40		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
3º	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	X			60		400
	Metodologia e Prática do Ensino de Matemática	X			40		
	Planejamento de Ensino	X			40		
	Alfabetização	X			60		
	Metodologia da Educação Infantil	X			60		
	Disciplina Optativa I			X	40		
	Metodologia e Prática do Ensino das Ciências da Natureza	X			40		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
4º	Metodologia do Ensino Fundamental		X		60		400
	Pesquisa Pedagógica	X			40		
	Ética e Educação		X		40		
	Elaboração de Material Didático	X			60		
	Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	X			40		
	Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia	X			40		
	Educação Ambiental			X	40		
	Disciplina Optativa II			X	40		
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40			
5º	Estatística Aplicada à Educação			X	60		400
	Fundamentos da Educação Especial	X			60		
	Psicomotricidade	X			60		
	Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional			X	60		
	Disciplina Optativa III			X	40		
	Seminários Interdisciplinares I		X		80		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
6º	Escola, Currículo e Avaliação	X			60		410
	Disciplina Optativa IV			X	40		
	Disciplina Optativa V			X	40		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II	X			60		
	Estágio Curricular Supervisionado I-Prática de Ensino		X		0	150	
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
7º	Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional	X			60		410
	Língua Portuguesa e Produção de Textos II	X			60		
	Estágio Curricular Supervisionado II		X		0	150	
	Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa	X			100		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
8º	Princípios e Métodos da Administração Escolar	X			60		400
	Disciplina Optativa VI			X	40		
	Disciplina Optativa VII			X	40		
	Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa	X			160		
	Seminários Interdisciplinares II		X		60		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
TOTAL					2920	300	3220

Organização curricular cumprida a partir de 2010/1 em atendimento ao decreto nº 5.626.

P	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1º	Educação e Saúde			X	40		400
	História da Educação I	X			40		
	Filosofia da Educação I	X			40		
	Sociologia da Educação I	X			40		
	Economia da Educação			X	40		
	Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia	X			60		
	Língua Portuguesa e Produção de Textos I	X			60		
	Introdução à Psicologia	X			40		
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40			
2º	Teoria Pedagógica		X		60		400
	História da Educação II	X			60		
	Filosofia da Educação II	X			40		
	Sociologia da Educação II	X			40		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I	X			60		
	Psicologia Educacional	X			40		
	Educação e Antropologia Cultural			X	40		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
3º	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	X			60		400
	Metodologia e Prática do Ensino de Matemática	X			40		
	Planejamento de Ensino	X			40		
	Alfabetização	X			60		
	Metodologia da Educação Infantil	X			60		
	Disciplina Optativa I			X	40		
	Metodologia e Prática do Ensino das Ciências da Natureza	X			40		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
4º	Metodologia do Ensino Fundamental	X			60		400
	Pesquisa Pedagógica	X			40		
	Ética e Educação			X	40		
	Elaboração de Material Didático	X			60		
	Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	X			40		
	Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia	X			40		
	Educação Ambiental			X	40		
	Disciplina Optativa II			X	40		
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40			
5º	Estatística Aplicada à Educação			X	60		400
	Fundamentos da Educação Especial	X			60		
	Psicomotricidade	X			60		
	Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional			X	60		
	Disciplina Optativa III			X	40		
	Seminários Interdisciplinares I		X		80		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
6º	Escola, Currículo e Avaliação	X			60		410
	Disciplina Optativa IV			X	40		
	Disciplina Optativa V			X	40		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II	X			60		
	Estágio Curricular Supervisionado I-Prática de Ensino		X		0	150	
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		60		
7º	Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional	X			60		410
	Língua Portuguesa e Produção de Textos II	X			60		
	Estágio Curricular Supervisionado II		X		0	150	
	Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa	X			100		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
8º	Princípios e Métodos da Administração Escolar	X			60		400
	Disciplina Optativa VI			X	40		
	Libras	X			40		
	Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa	X			160		
	Seminários Interdisciplinares II		X		60		
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X		40		
TOTAL					2920	300	3220

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 2011/1

P	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio
1º	Educação e Saúde			X	40	
	História da Educação I	X			40	
	Filosofia da Educação I	X			40	
	Sociologia da Educação I	X			40	
	Economia da Educação			X	40	
	Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia	X			80	
	Língua Portuguesa e Produção de Textos I	X			80	
	Introdução à Psicologia	X			40	
2º	Teoria Pedagógica		X		80	
	História da Educação II	X			40	
	Filosofia da Educação II	X			40	
	Sociologia da Educação II	X			40	
	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I	X			80	
	Psicologia Educacional	X			40	
	Educação para Diversidade e Minorias			X	80	
3º	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	X			80	
	Metodologia e Prática do Ensino de Matemática	X			80	
	Planejamento de Ensino	X			80	
	Alfabetização e Letramento	X			80	
	Metodologia e Prática do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	X			80	
4º	Pesquisa Pedagógica		X		40	
	Ética e Educação	X			40	
	Elaboração do Material Didático		X		40	
	Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	X			80	
	Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia	X			80	
	Prática de Ensino na Educação Infantil	X			80	
	Brinquedoteca e Ludicidade			X	40	
5º	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II			X	80	
	Fundamentos da Educação Especial e as Políticas de Inclusão	X			80	
	Psicomotricidade	X			40	
	Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional			X	80	
	Estágio Curricular Supervisionado I - Docência na Educação Infantil (40h Or.)		X			100
6º	Metodologia e Prática do Ensino de Artes	X			80	
	Currículo e Avaliação	X			80	
	Educação e Tecnologias Contemporâneas	X			40	
	Estatística Aplicada à Educação			X	80	
7º	Estágio Curricular Supervisionado II- Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (40hOr.)		X			100
	Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional	X			80	
	Língua Portuguesa e Produção de Textos II	X			80	
	Estágio Curricular Supervisionado III: Gestão Escolar (40hOr.)		X			100
8º	Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa (40hOr.)	X			160	
	Princípios e Métodos da Administração Escolar e a Gestão Democrática	X			80	
	Libras	X			80	
	Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa(40hOr.)	X			160	
	Educação de Jovens e Adultos			X	40	
SUB-TOTAL					2840	300
Atividades Acadêmico-Científica Culturais*						120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						3260

*O aluno deverá cumprir as Atividades Acadêmico-Científicas Culturais ao longo do curso.

Convenções:

NEB-Núcleo de Estudos Básicos

NADE- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

NEI- Núcleo de Estudos Integradores

1º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	AA	Estágio	horas
1	Educação e Saúde			X	40		400
2	História da Educação I	X			40		
3	Filosofia da Educação I	X			40		
4	Sociologia da Educação I	X			40		
5	Economia da Educação			X	40		
6	Organização do Trabalho Pedagógico: Introdução à Pedagogia	X			80		
7	Língua Portuguesa e Produção de Textos I	X			80		
8	Introdução à Psicologia	X			40		
9	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: EDUCAÇÃO E SAÚDE – 40h.

Objetivo: Possibilitar ao aluno na compreensão dos processos biológicos do desenvolvimento e sua importância no processo de ensino e aprendizagem.

EMENTA - Aprendizagem, memória, e órgãos dos sentidos. Sociedade, educação e saúde: conceitos de saúde e a saúde do educando. Ideologização da saúde e da doença. Construção cultural da sexualidade: conceitos e preconceitos. Desenvolvimento humano e o sexo biológico: anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores, DST, gênero e questões da educação sexual. O professor agente da sensibilização quanto às questões sexuais.

Bibliografia Básica

BOCK, Ana Maria. FURTADO, Odair. *Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia*. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 1996.

FREUD, S. *Obras completas. Imago*, Rio de Janeiro, 2000.

CANGUILHEIM, G. *O Normal e o Patológico*, Saraiva, São Paulo, 1986

Bibliografia Complementar

Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Volume 10, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

2: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I – 60h.

Objetivo: Compreender a História da Educação como base para uma práxis pedagógica relacionando-a com a educação no mundo, observando os aspectos positivos ou negativos para tal construção.

EMENTA - Fundamentos sociológicos e antropológicos da educação. Ideias, tendências e instituições pedagógicas com ênfase na constituição da pedagogia na Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo. Moderna, 1996. ISBN: 85-16-01560-2

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: antiguidade aos nossos dias*; Trad.: Rosa dos Anjos Oliveira & Paulo Nosella. São Paulo, Cortez, 1999. ISBN: 85-249-0163-2

ROSA, M.G.- *A História da Educação através dos textos*, São Paulo: Editora Cultrix. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/ensinoroma/index.htm>. Acesso em 21/08/2007, 11:45am

Bibliografia Complementar

Aristóteles - *Ética a Nicômaco* (UnB, Brasília, 1999)

Detienne, Marcel - *Os mestres da verdade na Grécia arcaica* (Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1988)

Jaeger, Werner - *Paidéia* (Herder, S.Paulo, s/data)

Jaeger, Werner - *Cristianismo primitivo y paideiagriega* (FCE, México, 1993)

Maffre, Jean-Jacques - *A vida na Grécia clássica* (Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1989)

Marrou. Henri -Irene - *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (Seuil, Paris, 1964)

3: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I – 40h.
Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento dos alunos nas capacidades intelectuais básicas de ler, analisar e avaliar textos teóricos de filosofia, de estruturar logicamente o pensamento, expressar as próprias ideias e defendê-las racionalmente no campo da educação.
EMENTA - Filosofia como forma de conhecimento. Educação como problema filosófico. Estudo dos fundamentos das teoria e práticas educativas da civilização ocidental.
Bibliografia Básica
ARANHA, Maria Lúcia Arruda. <u>Filosofia da educação</u> . 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996. ISBN: 85-16-00393-0 CHAUUI, Marilena. <u>Convite à filosofia</u> . 12 ed. São Paulo: Ática, 2002. ISBN: 85-08-04735-5 SUCHODOLSKI, B. <u>A pedagogia e as grandes correntes filosóficas</u> . Lisboa: Horizonte, 1978.
Bibliografia Complementar
ARANHA, Maria Lúcia Arruda. <u>Filosofando</u> . São Paulo: Moderna, 1986. MARCONDES, Danilo. <u>Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</u> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. <u>Dicionário básico de filosofia</u> . 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. SAVIANI, D. <u>Escola e Democracia</u> . São Paulo: Cortez, 1983 OBS: Sobre Platão, Aristóteles, Sartre, Comte, Descartes, Marx, Merleau-Ponty, Locke e Dewey, vide os volumes da coleção " Os Pensadores " da Abril Cultural S.A.
4: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I – 40h.
Objetivo: Compreender os fundamentos sociológicos que possibilitam ao educando uma visão global sobre a origem, o desenvolvimento e os principais desafios da Sociologia enquanto ciência. Compreender a importância da educação como elemento fundamental para a dinâmica social e como processo de manutenção, perpetuação e mudança da sociedade.
EMENTA - Introdução ao estudo da Sociologia no plano teórico-conceitual. Abordagem da temática dos grupos, das organizações e instituições sociais. Os processos sociais básicos, análise especial da escola e das demais agências de apoio ao processo educativo.
Bibliografia Básica
LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. <u>Sociologia geral</u> . 7. ed., São Paulo: Atlas, 1999. OLIVEIRA, Pérsio Santos de. <u>Introdução à Sociologia da Educação</u> . 3. ed., São Paulo: Editora Ática, 2003. ISBN: 85-08-04355-4
Bibliografia Complementar
KRUPPA, Sônia M. Portella. <u>Sociologia da Educação</u> . São Paulo: Cortez, 1994. RODRIGUES, Alberto Tosi. <u>Sociologia da Educação</u> . 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ISBN: 85-7490-096-6
5: ECONOMIA DA EDUCAÇÃO 40h.
Objetivo: Identificar, analisar e conceituar a importância d educação para o processo de desenvolvimento econômico, de onde provêm seus recursos e financiamentos.
EMENTA - A educação como fator decisivo no processo de desenvolvimento econômico. Os custos da educação. Financiamento da educação. A dicotomia consumo versus investimento. Retorno do investimento em educação. Análise de custo-benefício.
Bibliografia Básica
Vasconcellos, M. ; Garcia, M. <u>Fundamentos de Economia</u> . São Paulo. Saraiva, 2006. Pires, V. <u>Economia da Educação: para além do Capital Humano</u> . São Paulo. Cortez, 2005. Libâneo, J. C. <u>Educação Escolar : políticas, estrutura e organização</u> . S.P. Cortez, 2005.
Bibliografia Complementar
Frigotto, G. <u>Educação e Crise do Trabalho : Perspectivas de Final de Século</u> . Rio de Janeiro. Vozes, 1998. ISBN: 85-326-2027-2 Mochon, F. <u>Introdução à Economia</u> . São Paulo. Pearson, 2002. Albornoz, S. <u>O que é Trabalho</u> . São Paulo. Brasiliense, 2002. ISBN: 85-11-01171-4 Pinto, J. C. <u>Os Recursos para Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas</u> . Brasília. Plana, 2000.

6: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA– 80h.

Objetivo: Estudar e compreender os princípios teóricos e filosóficos que fundamentam a organização e prática pedagógica como atividade essencialmente relacional, coletiva e conjunta com vistas a apresentar alternativas de trabalho frente aos múltiplos desafios que emergem no cotidiano da sala de aula e no ambiente escolar em geral.

EMENTA - O objetivo das ciências da educação. O problema da unidade, especificidade e autonomia das ciências da educação. A educação como ponto de partida e de chegada dos estudos e das reflexões dos cientistas. A contribuição das Ciências para a explicação e compreensão da educação. O desenvolvimento, acompanhamento, coordenação e avaliação do trabalho pedagógico no enfoque da Proposta Pedagógica.

Bibliografia Básica

BASTOS, João Batista (org). Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A: 2001.
GHIRALDELLI, Paulo Jr. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. ISBN: 85-16-00393-0

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: cortes, 2003. ISBN: 85-249-0690-1
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN: 85-219-0243-3
VEIGA, Ilma Passos (org). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1995. ISBN: 85-308-0374-4

7: LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO DE TEXTO I – 80h.

Objetivos:

- Considerar o aprendizado e a vivência do aluno nos estágios anteriores quanto à sua competência comunicativa e linguística e dar sequência e condições de desenvolvimento da capacidade de utilizar a língua de modo variado e adequado aos contextos das diferentes práticas sociais.
- Desenvolver o domínio da norma-padrão na modalidade escrita e oral em situações reais de uso respeitando o contexto de variações linguísticas, sem estigmatizar as outras variantes.
- Abordar textos para a formação literária e crítica.
- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

EMENTA - Explicitação de conceitos . Estudos de textos: processo de análise, apreensão e interpretação. Relação do processo de reflexão crítica com a produção textual. O pensamento reflexivo e as relações lógico-causais na construção do texto. Os requisitos linguísticos e sua importância na redação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Antônio Fernando de. ALMEIDA, Valéria Silva Rosa. Português Básico – Gramática – Redação – Texto. São Paulo: Atlas, 1985. ISBN: 85-224-2141-2
ANDRADE, M^a Margarida de. HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 6^aed. , São Paulo: Atlas. 1997. ISBN: 85-224-2172-2
PAULA, Everton de. Português contemporâneo – Teoria e exercícios de aplicação para o curso superior. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN: 85-224-1638-9

Bibliografia Complementar

BOAVENTURA, E. Como ordenar as ideias. São Paulo: Pioneira, 1997.
FERREIRA, Mauro. Aprender e praticar gramática. São Paulo: FTD, 2004.
SACCONI, Luiz Antônio. Nossa Gramática – Teoria e prática. 7^a ed., São Paulo: Atual, 2007.
TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1991.

8: INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA - 40h.
Objetivo: Compreender uma visão panorâmica da psicologia, suas principais abordagens teóricas, termos técnicos e áreas de atuação. Visualizar possíveis contribuições destes conhecimentos para o melhor desempenho da prática do profissional de Pedagogia
EMENTA - Conceito e Origens da Psicologia. A psicologia pré-experimental. A psicologia experimental. As escolas psicológicas. Campos da Psicologia. Bases biológicas do comportamento. Fatores de desenvolvimento. Fenômenos cognitivos, conceitos e princípios básicos: percepção; inteligência; memória; criatividade. Personalidade. Teorias psicossociais. Psicanálise.
Bibliografia Básica
BOCK, A. <u>Psicologias – Uma introdução ao estudo de psicologia</u> . 13ª ed, São Paulo: Saraiva, 1999. SISTO, F. F. & OLIVEIRA, G. C. <u>Leituras de Psicologia para formação de professores</u> . Petrópolis: Vozes, 2000. WOOLFOLK, A. E. <u>Psicologia da educação</u> . 7ª ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. ISBN: 85-7307-621-6
Bibliografia Complementar
ALVES, N. <u>Formação de professores: pensar e fazer</u> . São Paulo: Cortez, 1996. ISBN: 85-249-0473-9 BEE, H. <u>A criança em desenvolvimento</u> . 3 ed, São Paulo: Harbra, 1989. BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J. A. <u>A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea</u> . Petrópolis: Vozes, 2001. COLL, C. & MARTINS, M. <u>Construtivismo em sala de aula</u> . São Paulo: Ática, 1988. NEWCOMBE, N. <u>Desenvolvimento infantil</u> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. SISTO, F.F. & OLIVEIRA G. C. <u>Leituras de Psicologia para formação de professores</u> . Petrópolis : Vozes, 2000.
9:ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. • Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.
EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

2º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	AA	Estágio	horas
1	Teoria Pedagógica		X		80		400
2	História da Educação II	X			40		
3	Filosofia da Educação II	X			40		
4	Sociologia da Educação II	X			40		
5	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I	X			80		
6	Psicologia Educacional	X			40		
7	Educação para Diversidade e Minorias			X	80		

1: TEORIA PEDAGÓGICA – 80h.

Objetivo: Compreender o trabalho pedagógico como forma específica da prática educativa, organizar e desenvolver finalidades sociais mais ampla.

EMENTA - Características da instituição escolar no contexto sócio econômico-cultural brasileiro: objetivos, finalidades, organização, política educacional, recursos humanos e materiais. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com as características da clientela escolar.

Bibliografia Básica

CANAU, Vera Maria.(org). Rumo a Uma Nova Didática. Rio de Janeiro, Vozes, 1994. ISBN: 85-326-0434-x

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1990.

_____.Didática. São Paulo, Cortez, 1994. ISBN: 85-249-0298-1

VASCONCELOS, Celso dos S. Avaliação. Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo, Libertad, 19952

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974.

SAVIANE, Demerval. Escola e Democracia, São Paulo, Autores associados, 2003.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico. São Paulo, Libertad, 1999.

2: HISTORIA DA EDUCAÇÃO II 40h.

Objetivo: Proceder a uma análise crítica das ideias pedagógicas e práticas educacionais no quadro da História do Brasil, levando o aluno a compreender as principais rupturas e continuidades no que tange ao objeto estudado, permitindo que, por meio da abordagem histórica, o mesmo seja capaz de identificar semelhanças e disparidades entre o contexto educacional e a realidade passada.

EMENTA - História temática da educação brasileira considerada nas suas inter-relações com o contexto mundial no período compreendido entre os séculos XVI e XX.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Historia da Educação. São Paulo: Moderna, 1990. ISBN: 85-16-01560-2

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A Educação Brasileira no Contexto Histórico. Campinas: Alínea, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História Educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Laerte Ramos de. A Educação Brasileira e sua Periodização. In: Revista Brasileira de História da Educação. Nº. 2 Jul./Dez. 2001.

GERMANO, José Wellington. São Paulo: Cortez, 1991.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1991. ISBN: 85-249-0262-0

LOPES, Eliane Marta Teixeira etall (org.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. ISBN: 85-86583-62-6

MIMESSE, Eliane. A Educação e os Imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. Fundação Pró-Memória: São Caetano do Sul, 2001.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ISBN: 85-7490-045-1.

PILLETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
 RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. ISBN: 85-85701-10-2
 SILVA, M. B. M. N. A Curiosidade do Historiador. In: Revista Nossa História. Ano 3 – Nº. 33 – Jul./06.
 SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). História da Educação: processo, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
 VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.1, p. 331-385.
 XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. História da Educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

3: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II –40h.

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento dos alunos nas capacidades intelectuais básicas de ler, analisar e avaliar textos teóricos de filosofia, de estruturar logicamente o pensamento, expressar as próprias ideias e defendê-las racionalmente no campo da educação.

EMENTA - Conceitos contemporâneos de filosofia da educação com ênfase nos aspectos éticos, antropológicos e epistemológicos.

Bibliografia Básica

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à uma sociedade aprendente. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. ISBN: 85-326-2024-8
 CANDAU, Vera Maria. Sociedade, cotidiano e cultura(s): uma aproximação in Educação e Sociedade nº 79. ano XXIII. Agosto de 2002.
 CHEVITARESE, L. (2001): “As ‘Razões’ da Pós-modernidade”. In: Análogos. Anais da I SAF-PUC. RJ: Booklink. (ISBN 85-88319-07-1)
 LIMA, João Francisco Lopes de. A reconstrução da tarefa educativa: uma alternativa para a crise e a desesperança. Porto Alegre: Mediação, 2005
 MORAES, Maria Cândida. O Paradigma Educacional Emergente. São Paulo: Papirus, 1997. ISBN: 85-308-0478-3
 NAJMANOVICH, Denise. O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ISBN: 85-7490-072-9
 SILVA, Tomás Tadeu. Identidade e diferenças: Impertinências in Educação e Sociedade nº 79. ano XXIII. Agosto de 2002.

Bibliografia Complementar

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo. Rio de Janeiro: Cortez, 2005.
 GARCIA, Regina Leite (org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
 MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a educação, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

4: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II –40h.

Objetivo: Compreender as abordagens sociológicas no que se refere ao relacionamento Estado-escola-sociedade, subsidiando o aluno para a reflexão do contexto sócio educacional, permitindo-lhe desenvolver análises críticas dos processos sociais atuais.

EMENTA - Análise das diferentes abordagens sociológicas sobre a educação e a escola. O processo educacional brasileiro, com ênfase no conhecimento dos recursos que a análise sociológica oferece ao trabalho do pedagogo.

Bibliografia Básica

KRUPPA, Sônia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.
 OLIVEIRA, Pérsio Santos de. Introdução à Sociologia da Educação. 3. ed., São Paulo: Editora Ática, 2003. ISBN: 85-08-04355-4

Bibliografia Complementar

MEKESENAS, P. Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1993.
 RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ISBN: 85-7490-096-6

5: METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO I - 80h.
Objetivo: Possibilitar através de simulações de trabalhos científicos a consolidação dos conceitos teóricos expostos em sala de aula. O aluno será levado a entrarem contato com projetos de pesquisa de modo a familiarizar com as dificuldades impostas.
EMENTA - Introdução às questões epistemológicas, teóricas, técnicas e tecnológicas da produção científica na educação. Os problemas contemporâneos da ciência, teorias, modos e linguagens da pesquisa. Metodologia científica e iniciação do processo de produção do conhecimento. Leitura, avaliação e crítica de textos científicos. Formulação de projetos.
Bibliografia Básica
CHAUÍ, M. <u>Convite à filosofia</u> . 12 ed. São Paulo: Ática, 1999. ISBN: 85-08-04735-5 GIL, A.C. <u>Como elaborar projetos de pesquisa</u> . 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996. ISBN: 85-224-3169-8 VIEGAS, W. <u>Fundamentos de metodologia científica</u> . 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
Bibliografia Complementar
ALVES-MAZZOTTI, A.J. & GEWANDSZNAJDER, F. <u>O método nas Ciências Naturais e Sociais – pesquisa quantitativa e qualitativa</u> . São Paulo: Pioneira, 1998. ISBN: 85-221-0133-7 BRUYNE, P. ; HERMAN, J. & SCHOUTHEETE, M. <u>Dinâmica de pesquisa em Ciências Sociais</u> . 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. CHIZZOTTI, A. <u>Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais</u> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. ISBN: 85-249-0444-5 DEMO, P. <u>Metodologia científica em Ciências Sociais</u> . 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. <u>Metodologia Científica</u> . 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

6: PSICOLOGIA EDUCACIONAL – 40h.
Objetivo: Maximizar os conhecimentos e análise dos alunos com relação aos principais temas da psicologia: evolução e aprendizagem do Ser Humano; fornecendo assim subsídios para conhecimento teórico metodológico no campo educacional.
EMENTA - Fundamentos epistemológicos do desenvolvimento. Principais teorias do desenvolvimento humano. Aspectos do desenvolvimento afetivo-emocional, cognitivo, psicomotor, psicossocial, sociocultural. Linguagem, aprendizagem e desenvolvimento. As fases evolutivas do desenvolvimento: Infância, Adolescência, Idade Adulta e Senectude. A Psicologia Evolutiva e sua aplicabilidade nas diferentes áreas do conhecimento.
Bibliografia Básica
COLL, C. & ALVES, A. M. <u>Desenvolvimento psicológico e educação</u> . 2a ed, Porto Alegre: Artmed, 2004. RAPPORT, C. R. <u>Psicologia do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais</u> . Rio de Janeiro: Edu, 1981.
Bibliografia Complementar
GALLATIN, J. E. <u>Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência</u> . São Paulo: Harbra, 1978. GOLEMAN, D. <u>Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente</u> . 68a ed, Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. ERIKSON, E. H. <u>Identidade, juventude e crise</u> . 2a ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, J. <u>Seis estudos de psicologia</u> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. VYGOTSKY, L. <u>Pensamento e linguagem</u> . Lisboa: Antídoto, 1979. WALLON, H. <u>A Evolução psicológica da criança</u> . Lisboa: Edições 70, 1981.

7: EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E MINORIAS – 80h.
Objetivo: Possibilitar ao aluno na compreensão da importância da cultura na experiência humana.
EMENTA - Abordagem do caráter uno e plural da experiência humana; as diferentes formas de organização societária; a articulação entre sociedade, cultura e educação, com ênfase nas sociedades contemporâneas.
Bibliografia Básica
BARROS LARAIA, R. Cultura um conceito Antropológico. São Paulo, Ed. Jorge Zahar, 11ª edição, 2000. ISBN: 85-7110-438-7 ----- Aprender Antropologia. Levi-Strauss, C. As Estruturas elementares do parentesco. São Paulo, Ed. Jorge Zahar, 1978
Bibliografia Complementar
Revista Raiz : Cultura do Brasil, Junho 2006, Ed. Cultura em Ação, São Paulo, A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil, Ed. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 2006 Revista Cultura Viva, Ed. Ministério da Cultura, Brasília, 2006.

8:ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. • Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.
EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

3º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	X			80		400
2	Metodologia e Prática do Ensino de Matemática	X			80		
3	Planejamento de Ensino	X			80		
4	Alfabetização e Letramento	X			80		
5	Metodologia e Prática do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	X			80		

1: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 80h.

Objetivos:

- Oportunizar o aumento dos conhecimentos em relação a educação nacional, sua organização, princípios e fundamentos;
- Informar através da nova legislação as mudanças ocorridas na educação a partir de 1997.
- Compreender o que é política educacional;
- Identificar as políticas efetivadas a partir de 1930;
- Conhecer criticamente a legislação atual do ensino brasileiro;
- Conhecer a organização do ensino brasileiro em seus níveis e modalidades;
- Conhecer a política e a formação do profissional ligado ao magistério.

EMENTA - Análise e conceituação do sistema educacional brasileiro. Política educacional no Brasil. Funcionamento do sistema. A Educação Básica na LDB. A organização administrativa educacional: Níveis e modalidades de ensino. Educação de jovens e adultos à luz da lei 9.394/96. Aspectos gerais da educação no Brasil. O ensino fundamental no município. Formação e profissionalização dos professores.

Bibliografia Básica

CURY, Dalila Andrade .Educação Básica. Gestão do trabalho e da pobreza. 2000 .Petrópolis.ed. Vozes. ISBN: 85-326-2358-1

MENEZES, João Gualberto de Carvalho etall. Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras.ABDR- 1998 ed. Afiliada. ISBN: 85-221-0096-9

OLIVEIRA, Carlos Roberto Jamil . Legislação Educacional Brasileira. DPISA Editora 2002. ISBN: 85-7490-146-6

Leis Básicas da Educação- Governo Cidadão- Secretaria da Educação .1997.

Bibliografia Complementar

Revistas pedagógicas, textos jornalísticos...

2: METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE MATEMÁTICA – 80h.

Objetivos:

- Identificar as principais correntes filosóficas da Matemática a partir de uma visão histórico-crítica, procurando desenvolver concepções sobre ensino de Matemática e educação Matemática;
- Desmistificar o ensino/aprendizagem da Matemática como sendo algo possível somente à privilegiados, valorizando sua importância na modelagem do cidadão;
- Perceber que a Matemática e a atividade Matemática são processos de construção;
- Aplicar ao ensino da Matemática as teorias de aprendizagem centradas na capacidade do aluno para a resolução de problemas do seu dia-a-dia.

EMENTA - Concepções teóricas e metodológicas do ensino da Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental, abordando objetivos, planejamentos, avaliações e os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais de acordo com o PCN's, enfatizando sua inter-relação com as demais áreas curriculares.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. ISBN: 85-249-0274-4

NUNES, Terezinha e BRYANT, Peter. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre; Artes Médicas, 1997. ISBN: 85-7307-269-5

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2001. ISBN: 85-308-0410-4

Bibliografia Complementar

ARANÃO, Ivana V. D. A matemática através de brincadeiras e jogos. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997. ISBN: 85-308-0396-5

BICUDO, Maria Aparecida Viiggiani Bicudo (Org.). Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999. ISBN: 85-7139-252-8

CARRAHER, Terezinha Nunes (Org.). Aprender Pensando: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARRAHER, Teresinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. Na vida dez, na escola zero. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. ISBN: 85-249-0112-8

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1994. ISBN: 85-249-0273-6

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. Matemática para todos: 1º, 2º, 3º e 4º ciclo. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2002.

LOPES, Maria Laura Mouzinho Leite (Org.). Tratamento da Informação: explorando dados estatísticos e noções de probabilidade. Rio de Janeiro: UFRJ – Projeto Fundão, 1997.

LOPES, Maria Laura Mouzinho Leite (Org.). Geometria: na era da imagem e do movimento. Rio de Janeiro: UFRJ – Projeto Fundão, 1997.

MIORIM, Maria Ângela. Introdução à história da educação matemática. São Paulo: Atual, 1998.

RABELO, Edmar Henrique. Textos Matemáticos: Produção e Identificação. Belo Horizonte, MG: Editora Lê, 1996.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática. 12ª ed. 3ª impr. São Paulo: Ática, 2000.

KAMII, Constance. A criança e o número. 28ª ed. Campinas: Papirus, 2001. ISBN: 85-308-0151-2

ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

COII, César; Teberosky, Ana. Aprendendo Matemática Conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. 1ª ed. São Paulo : Ática, 2000.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

NETO, Ernesto Rosa. Didática da Matemática. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro Didática de Matemática : como dois e dois : a construção da matemática. São Paulo: FTD, 1997.

3: PLANEJAMENTO DE ENSINO – 80h.

Objetivo: Entender o que é planejamento e como poderemos utiliza-lo no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

EMENTA -Análise dos fundamentos teóricos do planejamento educacional e estudo dos modelos de planejamento e sua relação com o processo de desenvolvimento e de participação social. Conceito de planejamento e sua aplicação à situação de ensino. Planejamento como instrumento de organização do processo de ensino em instituições de ensino fundamental e médio. Planos de Ensino: pressupostos, fases e elementos componentes.

Bibliografia Básica

NÉRICI, Imídio G. Didática: uma introdução. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1988.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994. ISBN: 85-249-02949-3

VEIGA, Ilma P. Alencastro. LOPES, Antonia Osima. CASTANHO, Mª Eugênia. CUNHA, Mª Isabel da. DAMIS, Olga Teixeira. RAYS, Osvaldo Alonso. MARTINS, Pura Lucia Oliver. CASTANHO, Sérgio E.M. KENSKI, Vani Moreira. Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996. ISBN: 85-308-0423-6

Bibliografia Complementar

MASETTO, Marcos. Didática: A aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

DAVIS, Cláudia ...[et al] Gestão da Escola: Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

4: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO– 80h.
Objetivo: A compreensão do processo da aquisição da leitura e da escrita no contexto social e escolar; concepção de alfabetização e letramento; a função social da escrita; correlação entre o processo da alfabetização e as teorias da aprendizagem; métodos e propostas de alfabetização; práticas metodológicas de alfabetização e as fases do desenvolvimento da escrita.
EMENTA - O processo da aquisição da leitura e da escrita no contexto social e escolar. Correlação entre o processo de alfabetização e as teorias da aprendizagem Métodos e propostas de alfabetização. Práticas metodológicas de alfabetização e as fases do desenvolvimento da escrita.
Bibliografia Básica
TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. RJ: Vozes, 2001. FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. SP: Cortez, 2004. ISBN: 85-249-0058-x SOARES, Magda. Letramento; Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autentica, 2006. ISBN: 85-86583-16-25. _____. Alfabetização e letramento. SP: Contexto, 2004. KRAMER, Sonia. Alfabetização, leitura e escrita. SP: Ática, 2004.
Bibliografia Complementar
FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo. RJ: Paz e terra. ISBN: 85-219-006-6 GROSSI, Ester Pilar. Didática da Alfabetização. RJ: Paz e terra, 1990. LIMA, Adriana Flavia Santos de oliveira. Pré-escola e alfabetização – uma proposta baseada em Paulo freire e Piaget. RJ: Vozes, 1999.

7:METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DAS CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL–80h.
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a fundamentação teórico-metodológico do ensino de Ciências naturais com a finalidade de compreender suas influências. • Compreender o conhecimento produzido pelas Ciências Naturais como um conjunto de conteúdos interligados em suas diferentes dimensões: conceito e procedimental, necessários à formação de atitudes na vida pessoal e social e para a manutenção da biosfera. • Compreender o ser humano em sua totalidade como produto de suas dimensões formadoras: tempo, espaço, sociedade, natureza, trabalho e cultura mediadas pela Ciências Naturais. • Informar sobre os principais recursos utilizados no ensino das Ciências naturais. • Oferecer subsídios teóricos e práticos para a conscientização dos discentes nos planos formal e informal, incorporando-os a prática diária como cidadãos, reconhecendo-se como parte integral e integrante do meio ambiente.
EMENTA - Fundamentos teórico-metodológico do ensino das Ciências Naturais. As relações entre os conteúdos, a formação de atitudes, o planejamento e a avaliação no ensino das Ciências Naturais. Os conhecimentos científicos dos eixos temáticos curriculares: ser humano e saúde, meio ambiente e recursos tecnológicos em Ciências Naturais, nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Análise dos recursos didáticos existente para o desenvolvimento da disciplina Ciências. Transversalidade do tema Meio Ambiente. Ser humano, sociedade e natureza. Ética, cidadania e Meio Ambiente. Biodiversidade: flora e fauna. Recursos naturais renováveis. Áreas naturais protegidas. Resíduos: a destinação de resíduos sólidos urbanos e industriais. O tratamento de resíduos tóxicos. Educação, cidadania e Meio Ambiente
Bibliografia Básica
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. SP:Brasiliense, 1999. ISBN: 85-11-07004-4 CAMPOS, M. C. da ; NIGRO, R. G. Didática de Ciências: o ensino aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. COLINVAUX, Dominique (org). Modelos e educação em Ciências. Rio de Janeiro: Ravil(Ed. Recursos áudio visuais – UFF / PUC / MAST / UFSC, 1998. COLL, César; TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Ciências: conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.São Paulo:Ática, 2000. ISBN: 85-08-07300-3 DELIZOICON, D.; ANGOTTI, J. A .Metodologia do Ensino de Ciências.São Paulo: Cortez, 1990. ISBN: 85-249-0272-8 FRACALANZA, H. AMARAL, I.; GOUVEIS, M. S. F. O Ensino de Ciências no primeiro grau. São Paulo: Atual, 1992. ISBN: 85-7056-230-6 GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. São Paulo: Petrópolis, 2000.

Primack, R.B. & Rodrigues, E. *Biologia da Conservação*. Gráfica e Editora Midiograf, Londrina. 2001.

Ricklefs, R. *A Economia da Natureza*. Ed. Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro. 1996.

Trigueiro, A. (coord.). *Meio Ambiente no século 21*. Ed. Sextante, Rio de Janeiro. 2003.

Bibliografia Complementar

KRASILCHIK, Myriam. *O professor e o currículo das Ciências naturais*. São Paulo; EPU, 1987.

MORAES, R.; RAMOS, M. G. *Construindo conhecimento: uma abordagem para o ensino de Ciências*. Porto Alegre: Sagra, 1998.

MOREIRA, M. A.; ARTR. (org.) *Tópicos em ensino de Ciências*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

OLIVEIRA, F. *Bioética: uma face da cidadania*. São Paulo: Moderna, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

SOUZA, D. B. *Pesquisador ou professor?* RJ: Quarter, 2002. ISBN: 85-85696-56-7

Reigora, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo, Cortez, 1995.

Rios, T.A. *Ética e interdisciplinaridade*. In: *as pesquisas em educação e as transformações de conhecimento*.

Vieira, P.F. & Andrés, M. (orgs.) *Ecologia Humana, ética e educação: A mensagem de Pierre Dansereau*. Editora Palloti, 1999.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Objetivos:

- Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados.
- Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.

EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

4º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	AA	Estágio	horas
1	Pesquisa Pedagógica		X		40		400
2	Ética e Educação	X			40		
3	Elaboração do Material Didático		X		40		
4	Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	X			80		
5	Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia	X			80		
6	Prática de Ensino na Educação Infantil	X			80		
7	Brinquedoteca e Ludicidade			X	40		
8	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: PESQUISA PEDAGÓGICA – 40h.

Objetivo: Analisar os fundamentos da pesquisa científica, sobretudo em relação à interface proporcionada entre a prática escolar e a Pedagogia entendida como uma Ciência, investigando as diferentes concepções de ciência e as características e formas do conhecimento científico.

EMENTA - Significado e importância da pesquisa em educação. Aspectos interdisciplinares e integrador proporcionado a partir da prática pedagógica nas escolas. Reflexões sobre experiências coletivas no aprimoramento da ação pedagógica. Análise global e crítica da realidade educacional.

Bibliografia Básica

CORTELLA, Mario Sérgio. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
 DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0282-5
 FRANCO, Marcelo Araújo. Ensaio sobre tecnologias digitais da inteligência. Campinas: Papyrus, 1997.
 LEITE, Siomara Borba. A Ciência como produção cultural/material. In: Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes/ Inês Barbosa de Oliveira e Nilda Alves (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Coleção Metodologia e Pesquisa do Cotidiano. pp.149-157.
 SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade/ José Camilo dos Santos Filho; Sílvio Santos Gamboa (org.). – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2001. ISBN: 85-249-0553-0
 LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas/ Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed, 1999. ISBN: 85-7307-489-2

Bibliografia Complementar

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A Arte da Pesquisa/ Tradução Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. ISBN: 85-85701-21-8
 GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 85-224-3169-8
 LUDKE, Menga et al. O professor e a pesquisa. Campinas: Papyrus, 2001. ISBN: 85-308-0645-x

2: ÉTICA E EDUCAÇÃO – 40h.

Objetivo: Provocar o entendimento dos Fundamentos da Ética inserida nas práticas pedagógicas

EMENTA - O princípio do respeito à diversidade como pressuposto ético essencial para a atuação docente. A escola que se pretende democrática e inclusiva. O educador diante das metodologias de ensino e o respeito à diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural e socioeconômica presentes no cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
 _____. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997. ISBN: 85-219-0243-3
 DELEUZE, G. Espinosa filosofia prática, ED. Escuta, São Paulo 2002

Bibliografia Complementar

BARROS, E. et. al. Psicopedagogia alguns hibridismos possíveis, SABERES, Vitória, 2000.
 RICOUER, Paul. Do texto à ação. Porto, Rés Editora, 1989. pág. 163

3: ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO – 40h.

Objetivo: Orientar a práxis pedagógica como essencialmente relacional, coletiva, conjuntiva no sentido de apresentar soluções para os diversos desafios que emergem no cotidiano da sala de aula e no contexto escolar como um todo.
EMENTA - Origem dos jogos e brincadeiras. Fases do desenvolvimento infantil. Situação atual do discente e sua interação com o meio. Jogos, materiais, brincadeiras e atividades auxiliares no desenvolvimento humano. Relação teoria e prática a partir de reconhecidos autores.
Bibliografia Básica
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro. LTC; 1981. BRASIL .Ministério da Educação e do Desporto. Secretário de educação Fundamental. Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEC, 1998. FRIEDMANN, Adriana et.al. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta: Abrinq, 1996. OLIVEIRA, Anna Marie. Celestin Freinet. Raízes sociais e políticas de uma proposta pedagógica. Rio de Janeiro: Papéis e cópias da escola de professores,1995.
Bibliografia Complementar
FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo. RJ: Paz e terra. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra. 1998. ISBN: 85-219-006-6 PERRENOUD, Phillippe. A prática reflexiva no Ofício do professor. Porto Alegre: Artmed. 2002.

4: METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA – 80h.
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os princípios básicos para o ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais, na perspectiva da teoria e da prática. • Perceber que a aprendizagem da ortografia não é um processo passivo: trata-se de uma construção individual, para a qual a intervenção pedagógica tem muito a contribuir. • Entender que o ensino da gramática deixa de ser apenas um conjunto de regras prescritas ou normativas para transformar-se em uma explicitação das regras de uso da língua em situações significativas. • Dar relevância social aos conteúdos da cultura linguística compreendidos como processo de sistematização do conhecimento que conduza à apropriação da norma culta da Língua, a partir da expressão livre da cultura da camada majoritária da população, nas condições de serem alunos e educadores sujeitos de sua aprendizagem, portanto, da educação.
EMENTA - Conceitos e princípios básicos para o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais, na perspectiva da teoria e da prática. A ortografia: aspectos linguísticos e pedagógicos. O ensino da gramática: visão tradicional e novas perspectivas. A produção textual: escrita criativa, funcional, estratégias e possibilidades de avaliação.
Bibliografia Básica
GERALDI, J.W.(org). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.. ISBN: 85-08-06220-6 Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa/Ministério da Educação Fundamental. 3ed, Brasília: A Secretaria, 2001 MORAES, Arthur Gomes. O aprendizado da ortografia nas séries iniciais: evidências da pesquisa psicológica e ação didática. (mimeo).
Bibliografia Complementar
ANDALÓ, Adriane. Didática de língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. São Paulo:FTD,2000. NASPOLINI, Ana Tereza. Didática de português: tijolo por tijolo: leitura e produção escrita. São Paulo:FTD,1996. BACK,E. Fracasso do ensino de português: proposta de solução. Petrópolis: Vozes, 1987. SOARES, M.B. Aprendizagem da língua materna: problemas e perspectivas. Aberto, ano 2, nº 12,1983. DACANAL, J.H. Linguagem, poder e ensino da língua. Porto Alegre: mercado Aberto, 1985.

5: METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – 80h.
Objetivo: Levar o aluno à compreensão dos aspectos históricos e geográficos , relacionando-os aos conteúdos de outras disciplinas.
EMENTA - Apresentação e reflexão acerca dos subsídios teórico-metodológico-práticos referentes à produção do conhecimento nas áreas do ensino de História e Geografia. Inter-relação com as demais áreas curriculares. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de apoio ao ensino de História e Geografia.
Bibliografia Básica
PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo, Cortez,1993. ISBN: 85-249-0285-x
Bibliografia Complementar
Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília – DF Secretaria do Ensino Fundamental, 1999

6: PRÁTICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – 80h.
Objetivo: Refletir sobre a educação infantil partindo da análise crítica dos conteúdos em que as instituições de educação infantil se situam.
EMENTA - História da infância. História da Educação Infantil. Relação de desenvolvimento e aprendizagem. Brincadeira e processo de desenvolvimento infantil. Interação social e mediação pedagógica na sala de aula. Trabalho pedagógico na educação infantil: organização e avaliação.
Bibliografia Básica
ARAÚJO, Vânia Carvalho de. Infância e educação inclusiva. Perspectiva, Florianópolis, v.23, n.01, p. 65-77, jan./jul. 2005. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. RJ: LTC, 1981. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. CERISA, Ana Beatriz. A educação infantil e as implicações pedagógicas do modelo histórico-cultural. Cadernos Cedes – Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, SP, n. 35, p.65-78, 1995. CONDOÑO, F.T. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História da criança no Brasil. SP: Contexto, 1991. p. 129-145. FONTANA, R.; CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico. SP: Atual, 1997. MUNIZ, Luciana. Naturalmente criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. (Orgs.) Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999. ISBN: 85-308-0512-2 OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. SP: Cortez, 2005. GERLIN, Meri N. M. (et al). Experiência de aprendizagem mediada. Inclusão em Debate: ressignificando a prática pedagógica a partir da pesquisa e da formação docente, Vitória, ES, v.1, n.1, p. 51-55, dez. 2004. VICTOR, Sonia Lopes. O brincar como recurso pedagógico na educação da criança com necessidades educativas especiais, Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE, Vitória, ES, v.2, n.12, p.261-270, dez. 2000.
Bibliografia Complementar
BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e maquinarias. RJ: DP&A, 2002. DIAS, Karina Sperle. Formação estética: em busca do olhar sensível. In: Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999. ISBN: 85-308-0571-2 KRAMER, Sonia.; Leite, Maria Isabel. (Org.). Infância: fios e desafios da pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1996. LA TAILLE, Yves de. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. SP: Summus, 1992. SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectiva sociopedagógica da infância e educação. Porto: Edições Asa, 2004.

7: BRINQUEDOTECA E LUDICIDADE – 80h.
Objetivos: Refletir sobre o papel essencial do lúdico para a vida, a formação e educação do ser humano. Refletir e discutir a respeito dos espaços, os instrumentos e as formas de brincar presentes em nossa sociedade.
EMENTA - Definições: jogo; brinquedo; brincadeira e atitude lúdica.. O lúdico como, prática cultural. O lúdico como fonte de compreensão do mundo e do outro. O lúdico e seu papel na educação. A legislação brasileira e o direito ao brincar. Formação do educador como ludo educador.
Bibliografia Básica
BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 43. _____. Lúdico e educação: novas perspectivas. In Linhas Críticas. Brasília, v. 8, n. 14, jan/jun. 2002. p. 5-20. _____. A criança e a cultura lúdica. In Revista da Faculdade de Educação. v.24, n.2, São Paulo jul./dez., 1998. Disponível no endereço eletrônico: http://www.scielo.br HUIZINGA, Johan. Homo Ludens- O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2005. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo e a Educação Infantil. 5ª Ed. São Paulo: Pioneira, 2003. _____. & ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na Brinquedoteca. In: Pro Posições, Campinas, v. 19, n. 3 (57) – set./dez., 2008. Disponível: no endereço eletrônico: http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3a11.pdf . _____. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 27, n.2. p.229-245, jul/dez, 2001. Disponível no endereço eletrônico: http://www.scielo.br/pdef/ep/v27n2/a03v27n2.pdf
Bibliografia Complementar
OLIVEIRA, Ivone Pereira & GEBARA, Ademir. Interação, afeto e construção de sentido entre crianças na brinquedoteca. In Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 373-387. Disponível no endereço eletrônico: PUIG, Josep M ^a . & TRILLA, Jaume. A pedagogia do ócio. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984. LEGISLAÇÃO: Os Direitos Universais das Crianças – ONU ; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; PCNs; Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.
8: ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. • Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.
EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

5º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II			X	80		460
2	Fundamentos da Educação Especial e as Políticas de Inclusão	X			80		
3	Psicomotricidade	X			40		
4	Pedagogia Organizacional e Avaliação Institucional			X	80		
5	Estágio Curricular Supervisionado I - Docência na Educação Infantil		X			100	
6	Metodologia e Prática do Ensino de Artes	X			80		
7	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO II – 80h.

Objetivo: Concretizar o aprendizado das técnicas de pesquisa e colocar em prática o estudo e delineamento das pesquisas em campo. Exposição e apresentação do projeto de pesquisa individual.

EMENTA - Aprofundamento do processo de produção do conhecimento em educação. Problematização e recortes de objetos nas Ciências da Educação. Conhecimento da complexidade dos problemas com os quais o pesquisador confronta-se no campo educacional. O aspecto interdisciplinar da pesquisa educacional. Construção, pelo aluno, do projeto de pesquisa objeto do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20.ª ed, São Paulo: Cortez, 1999. ISBN: 85-249-0050-4
VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Bibliografia Complementar

BRUYNE, P. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
CASTRO, C. M. A prática da pesquisa. São Paulo: McGraw Hill.
DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas.
HIRANO, S. Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: Cia das Letras
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992. ISBN: 85-249-0282-5
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 3.ed, São Paulo: Saraiva, 2001.
LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1991.
LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 3.ed, São Paulo: Atlas, 1996. ISBN: 85-224-2267-2
MATTAR NETO, J. A. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2002. ISBN: 85-02-03629-7

2: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS POLÍTICAS DA INCLUSÃO – 80h.

Objetivo: Promover estudos e discussões acerca da Educação Especial em seus aspectos histórico, político, social e filosófico, evidenciando-os sobretudo na política educacional brasileira.

EMENTA - Conceituação e caracterização da Educação Especial, seus fundamentos histórico-filosóficos, sócio-políticos e legais. O objeto do ensino especial e as formas de atendimento adotadas pelo sistema educacional. Recursos, estratégias e adaptações para o trabalho educacional junto à criança portadora de necessidades especiais. A escola inclusiva: inclusão familiar e social.

Bibliografia Básica

ALCUDIA, Rosa (org.) Atenção à diversidade. Porto Alegre: Editora ArtMed, 2002
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Campinas: Editora UFJF, 2001.

Bibliografia Complementar

MENDES, Enicéia Gonçalves. Raízes históricas da Educação Inclusiva. São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação Especial, 2002.
KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n 46, p. 16-28, setembro/1998.
GUENTHER, Zenita C. O aluno bem dotado na escola regular. In: SIMONETTI, D. Cortat (org.).

Inclusão de pessoas com altas habilidades/superdotados. Vitória: Associação Brasileira para Altas Habilidades/Superdotados, 2002.
 VICTOR, S. L. et. al. A sexualidade emergente em adolescentes com deficiência mental. Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE – UFES, Vitória, v. 2, n. 12, p. 237-260.

3: PSICOMOTRICIDADE – 40h.

Objetivo: Estudar a Psicomotricidade como um componente pedagógico-terapêutico para as atividades em grupos de crianças em um marco educativo-preventivo, significando:

- compreender o brincar como a alavanca e motivação para a aprendizagem desenvolvimento infantil;
- reconhecer a psicomotricidade como a ajuda necessária às crianças com dificuldades de aprendizagem a partir de uma perspectiva relacional;

EMENTA - Concepção histórica e conceitual. Características do desenvolvimento infantil. O tema do corpo em psicologia. Função do corpo na evolução psíquica. Aspectos conceituais da psicomotricidade: imagem do corpo, a tonicidade, o movimento, a comunicação corporal. O desenvolvimento psicomotor da criança. Formação das estruturas espaço-temporais. O problema da lateralidade. Principais perturbações psicomotoras na criança. Expressão corporal e educação. A reeducação psicomotora.

Bibliografia Básica

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF.1997
 CASTORINA, José Antônio et al. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. Ática. ISBN: 85-08-05653-2
 VIGOTSKY, Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Ícono, 2001. ISBN: 85-274-0046-4

Bibliografia Complementar

COSTE, Jean Claude. A psicomotricidade - Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
 KISHIMOTO. O brincar e suas teorias. ISBN: 85-221-0155-8
 VIGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984. KISHIMOTO. O jogo e a educação infantil.
 AIRTON, Negrine – Aprendizagem & Desenvolvimento Infantil – 3 Psicomotricidade: Alternativas pedagógicas. Porto Alegre, PRODIL, 1995. MENDES, N.; FONSECA, V. Escola, escola, quem és tu? Perspectivas Psicomotoras do Desenvolvimento Humano. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 397p. 1988.
 PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento humano. Trad. Bueno, D. 7ed. Porto Alegre: Artmed. 684p. 2000.
 PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Trad. Cabral, A.; Oiticica, C. M. Rio de Janeiro: Zahar. 1971.
 PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. 3ed. Rio de Janeiro: editora Fundo de Cultura. 334p. 1973.
 FONSECA, V. Manual de Observação Psicomotora, Significação Psiconeurológica dos Fatores Psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 371p.
 FONSECA, V. Psicomotricidade: Filogênese, Ontogênese e Retrogênese. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 394p.
 FONSECA, V. Faculdade de Motricidade Humana. Disponível em -Gloogle: <http://www.fmh.utl.pt/deer>.
 FONSECA, V. Construção de um modelo neuropsicológico de reabilitação psicomotora. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Especial e Reabilitação, Lisboa/Portugal, 581p. 1985.

4: PEDAGOGIA ORGANIZACIONAL E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 80h.

Objetivo:

- Identificar as áreas de funcionamento da instituição escolar e relevância destas.
- Promover análise crítica da complexidade cultural e interferência desta nos processos de mudanças organizacional.
- Evidenciar a relevância da avaliação da aprendizagem e avaliação institucional como um dos instrumentos para a sustentação da qualidade do ensino.
- Compreender a importância da qualidade total na instituição.
- Analisar criticamente os conceitos e princípios de avaliação da aprendizagem.

<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação ativa, crítica e responsável nos processos de ensino, avaliação da aprendizagem e institucional.
<p>EMENTA-Ambiente organizacional e visão global das áreas funcionais da instituição escolar. O processo criativo e a questão da excelência, da qualidade total e responsabilização. Desenvolvimento do potencial humano. O papel da avaliação institucional. Critérios de avaliação. Avaliação como ferramenta para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>
<p>GENTILI, A. Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação: Visões Críticas, 1994. DIVERSOS. Estrutura e Func. da Educ. Básica: Leituras, São Paulo. Pioneiras, 1999. ISBN: 85-221-0096-9 NÉRICI, Emídio G. Didática do Ensino Superior. São Paulo, Ibrasa, 1993. MEC/CONAES/SESU/INEP. Diretrizes para Avaliação da Educação Superior</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>
<p>GOMES, Hélio. Qualidade total na escola e padronização. Lê, 1994. VIANA, Heraldo Morelim. Avaliação Educacional. Teoria, Planejamento e Modelos. São Paulo. Ibrasa.2000.</p>

<p>5: ESTÁGIO SUPEVISIONADO I – DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 100h.</p>
<p>Objetivo: Observação e levantamento de dados em turmas do ensino ou educação, para compreensão e desenvolvimento de técnica de Intervenção pedagógica na forma de Aprendizagem para o ensino. Propiciar oportunidades de exercitar os conhecimentos teóricos e práticos assimilados durante o curso em situações reais de aplicabilidade na forma de Estágio Supervisionado.</p>
<p>EMENTA - Elementos práticos com embasamento teóricos fundamentais para uma reflexão e tomada de consciência da realidade, proporcionando o contato, conhecimento e debates a respeito das práticas educacionais e de seus ideais. Aproximação com o campo de estágio. Análise comparativa entre os pressupostos filosóficos, políticos, legais e pedagógicos e a organização dos anos iniciais do ensino. Observação de situações pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental. Análise de planejamento, estratégias/intervenções didático-pedagógicas e processos de avaliação.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>
<p>GADOTTI, M. Romão, J.E., C. (org.). <u>Autonomia da escola: princípios e propostas 2</u> São Paulo, Cortez, 1997. ISBN: 85-249-0659-6 ESTÁGIOS EM EDUCAÇÃO: subsídios para o estabelecimento de uma política de estágio para a FAE/UFMG. Belo Horizonte, 1978. LIBÂNEO, J. C., <u>Pedagogia e pedagogos, para quê?</u> São Paulo: Cortez, 1998. ISBN: 85-249-0697-9 DEMO, P., <u>Pesquisa – Princípio Científico e Educativo</u>. São Paulo: Cortez Editores, 1990. ISBN: 85-249-0282-5 PIKUNAS, J. <u>Desenvolvimento Humano</u>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>
<p>SILVA, Luiz Heron (org.) <u>A escola cidadã: teoria e prática</u>. Petrópolis: Vozes, 1998. CUNHA, Maria Izabel. <u>A relação professor-aluno</u>. Campinas: Papyrus, 1994. PIMENTA, Selam G. <u>O estágio na formação de professores</u>. São Paulo: Cortez, 1994. ISBN: 85-249-0533-6 ALVES, Nilda (Org.) <u>Formação de professores: pensar e fazer</u>. São Paulo: Cortez, 1992. ISBN: 85-249-0473-9 FERACINE, Luís. <u>O professor como agente de mudança social</u>. São Paulo, EPU, 1990.</p>

6: METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE ARTES - 80h.
Objetivos: Reconhecer na Arte um importante meio que colabora no processo de desenvolvimento das faculdades humanas das crianças e nas suas múltiplas inteligências; - vivenciar atividades expressivas através das quais se amplie, de forma integrada, o sensível, o cognitivo, o perceptivo e emocional; favorecendo o processo de expressão e comunicação; - conhecer as principais linhas e pressupostos que concebem e justificam o trabalho com arte no processo de educação formal; - conhecer de forma crítica as propostas de: Arte dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Artes Visuais e Música. - a partir de pesquisas de atividades, vivências, experiências, produzir um suporte prático que contribua para o desenvolvimento da prática docente, apoiada na concepção de Arte como linguagem apresentada pela disciplina.
EMENTA - Estudo sobre as formas artísticas e as técnicas utilizadas na Arte-Educação como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e para a educação estética, seu papel no desenvolvimento do ser humano e as implicações para a prática educativa. Atividades e recursos adequados a diferentes idades e contextos escolares.
Bibliografia Básica
BARBOSA, A.M.T. Arte-Educação: conflitos e acertos. São Paulo, Max limonad, 1984. BENJAMIN, Walter. Autor como produtor. In: Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1987. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte / Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1997. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1998. BUITONI, D.S. Quintal mágico: educação - arte na pré-escola. São Paulo, Brasiliense, 1988.
Bibliografia Complementar
LOWENFELD, V. A criança e sua arte São Paulo: Mestre Jou, 1977. MARTINS, M. C., PICOSQUE, G., GUERRA, M. T. T. Didática do Ensino da Arte: a Língua do Mundo: poetizar, Fruir e conhecer arte. São Paulo. FTD, 1998. MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente / Campinas SP. Papyrus. 1997. NICOLAU, M.L.M. A educação artística da criança. São Paulo, Ática, (col. Nossas obras na área de educação).

7: ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. • Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.
EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

6º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1	Currículo e Avaliação	X			80		300
2	Educação e Tecnologias Contemporâneas	X			40		
3	Estatística Aplicada à Educação			X	80		
4	Estágio Curricular Supervisionado II- Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (40hOr.)		X			100	
6	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: CURRÍCULO E AVALIAÇÃO – 80h.

Objetivos:

- Desenvolver conhecimentos e habilidades para o exercício de uma prática pedagógica transformadora face às características contextuais sociais, políticas e econômicas da sociedade;
- Conhecer as relações de poder que fazem com que determinados conhecimentos acabam fazendo parte do currículo, enquanto outros são excluídos;
- Entender a avaliação como processo de construção do conhecimento e não como prática de exclusão.

EMENTA - Sobre a Natureza e especificidade da Educação: Escola, Homogeneidade e Diversidade Cultural; A função Social da Escola; Escola e Currículo; Um Conceito de Currículo para Discussão; A questão curricular nos últimos anos: Currículo e Desenvolvimento Educacional; A Base Psicológica do currículo; Projeto Curricular: opções prévias; Currículo e Parâmetros Curriculares Nacionais; Outros Parâmetros a considerar; Um modelo de currículo. Avaliação da Aprendizagem: Verificação ou Avaliação, o que pratica a escola? Prática Escolar: do erro como fonte de castigo ou como fonte de virtude; Avaliação ou poder: disciplinar ou/ e transformar? Avaliação da Aprendizagem: um ato amoroso.

Bibliografia Básica

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo, formação continuada de professores e cotidiano escolar: fragmentos de complexidade das redes vividas. In FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo. São Paulo: Cortez, 2005. (Série cultura, memória e currículo; v.6).

Bibliografia Complementar

NAJMANOVICH, Denise. O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ISBN: 85-7490-072-9

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. ISBN: 85-86583-44-8

2: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS – 40h.

Objetivos:

- estabelecer relações entre a complexidade da sociedade contemporânea, a educação e as tecnologias da informação e comunicação
- capacitar os educadores em formação a dominarem procedimentos e desenvolverem habilidades básicas de uso das tecnologias da informação e comunicação, necessários para desencadear processos de inclusão digital
- desencadear processos de ensino-aprendizagem voltados para a busca, análise e tratamento de informações, criação e integração em comunidades virtuais de aprendizagem e produção multimidiática
- estimular atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas e de formação dos cidadãos

EMENTA- Utilização das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Enfoque teórico-prático sobre o uso do computador e da tecnologia digital na educação, bem como as implicações pedagógicas e sociais desse uso. Elaboração de material audiovisual.

Bibliografia Básica
<p>BONILLA, Maria Helena. Inclusão digital e formação de professores. Revista de Educação, Lisboa. 2002.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.</p> <p>SILVA, Marco. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.</p> <p>TAPSCOTT, Don. Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração Net. São Paulo: Makron Books, 1999. 322 p. (cap. 1 a 4)</p> <p>VATTMO, Gianni. A sociedade transparente. São Paulo: Edições 70, 1991.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ALMEIDA, Conceição; DIAS, Paulo, et al. Aprendizagem colaborativa em ambientes baseados na web. V Congresso Galego-português de psicopedagogia. N. 4, vol. 6, ano 4º, 2000. (Actas)</p> <p>BRASIL. Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo. 1997. Disponível em: http://www.proinfo.gov.br</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília 2000. Disponível em: http://www.mec.gov.br/semtec/ensmed/pcn.shtm</p> <p>BRASIL. Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: http://www.socinfo.org.br/</p> <p>DIAS, Paulo. Comunidades de Aprendizagem na Web. INOVAÇÃO, Lisboa, v. 14, n. 3, 2001a. p. 27-44.</p>

3: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO – 80h.

Objetivo: Conhecer a fundamentação dos conceitos fundamentais da estatística com a finalidade de compreender suas influências em seu cotidiano;

EMENTA - Conceitos fundamentais de estatística. As áreas de emprego da estatística na educação. Gráficos. Distribuição de frequência. Representação gráfica. Indicadores de desempenho da dinâmica do fluxo escolar (evasão, repetência, aprovação, etc.). A estatística como instrumento de pesquisa educacional.

Bibliografia Básica

FONSECA, Jairo Simon da. MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística. 6ªed., São Paulo: Atlas, 1996. ISBN: 85-224-1471-8

MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios da Estatística. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1990.

NAZARETH, Helena Resende de Souza. Curso Básico de Estatística. 10ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

Bibliografia Complementar

AKAMINE, Carlos Takeo. Estudo Dirigido de Estatística Descritiva, São Paulo: Érica. 1998. ISBN: 85-7194-528-4

4: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II – DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL– 100h.

Objetivo: Desenvolver a capacidade e observação e análise crítica da realidade escolar, para realização da análise, seleção e operacionalização de estratégias de intervenção na realidade escolar observada, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos na prática pedagógica.

EMENTA - A relação teoria e prática no cotidiano escolar, princípios de pesquisa e prática pedagógica; análise e reflexão de diferentes experiências educativas, a construção de projetos de observação participativa da prática educativa; aspectos filosóficos e legais da Estrutura de Ensino. Construção de Conhecimentos a partir de novas situações de aprendizagem.

Bibliografia Básica

Cunha, Maria Isabel da. O bom professor e a sua prática. Campinas: Papirus, 1995.

DEMO, Pedro. Pesquisa, princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0227-2

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN: 85-219-0243-3

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez, 1998. ISBN: 85-249-0595-6

GADOTTI, Moacir e Romão, José E. Autonomia da Escola Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0659-6

Bibliografia Complementar

GARCIA, Walter. Educação visão teórica e prática pedagógica São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1977.

LUCK, Heloisa. Pedagogia Interdisciplinar – Fundamentos teóricos-metodológicos São Paulo: Vozes, 1998. ISBN: 85-326-1329-2

MORAIS, Regis. Sala de aula – que espaço é esse? São Paulo: Papyrus, 1998. ISBN: 85-308-0157-1

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO – Cortez, 1999. 85-249-0741-x

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada 1999.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.) Saberes pedagógicos e atividades docentes. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0711-8

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores – Unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez 1994. ISBN: 85-249-0533-6

SILVA, Terezinha Maria Nelli. A Construção do currículo na sala de aula: O professor como pesquisador. São Paulo: EPU, ,1990.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Licenciatura em pedagogia realidades, incertezas, utopia. São Paulo: Papyrus, ,1997.

WEISZ, Telma & Sanchez, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem São Paulo: Ática, 2000. ISBN: 85-08-07293-7

5: ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Objetivos:

- Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados.
- Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.

EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

OBSERVAÇÕES

A natureza extracurricular das AACC faz com que a realização das atividades seja de responsabilidade do aluno, que a seleciona conforme seu interesse e necessidade, sempre atentando para sua articulação com as competências e habilidades desenvolvidas no curso, bem como com o perfil do profissional que se deseja formar.

As atividades deverão ser desenvolvidas durante o curso, totalizando 380 (trezentos e oitenta) horas, sendo esta carga horária preenchida com, pelo menos, cinco diferentes tipos de atividades.

7º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	AA	Estágio	horas
1	Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional	X			80		420
2	Língua Portuguesa e Produção de Textos II	X			80		
3	Estágio Curricular Supervisionado III: Gestão Escolar (40hOr.)		X			100	
4	Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa (40hOr.)	X			160		
5	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL – 80h.

Objetivos:

- Oportunizar a compreensão do papel do supervisor no contexto escolar;
- Compreender sobre a organização escolar;
- Compreender sobre o desenvolvimento do profissional – professor como supervisor ou orientador;
- Compreender sobre a formação do profissional da educação;
- Conhecer a evolução do orientador no contexto escolar;
- Compreender o papel do orientador e do supervisor de acordo com a nova LDB.

EMENTA - Conceito de supervisão- A supervisão escolar e a complexidade da organização escolar. Supervisão e liderança. O papel do supervisor no planejamento e desenvolvimento do currículo. Atuação do supervisor. Evolução histórica na orientação educacional. Contextualização. A orientação educacional: conceitos, fins e objetivos, funções, princípios e caráter indisciplinar. A orientação educacional e a nova LDB. As competências fundamentais do profissional de orientação educacional.

Bibliografia Básica

ALVES, Nilda et al. Educação e supervisão - o trabalho coletivo na escola .1997.ed.Cortez. ISBN: 85-249-0265-5

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão educacional para uma escola de qualidade. 1999. ed. Cortez. ISBN: 85-249-0721-5

MENEZES, João Gualberto de Carvalho Et al. Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras. ABDR- 1998 ed. Afiliada. ISBN: 85-221-0096-9

Bibliografia Complementar

Revistas pedagógicas, textos jornalísticos...

2: LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO DE TEXTO II – 80h.

Objetivos:

- Valorizar e estimular o interesse pela eficiência na prática da leitura, da linguagem oral e escrita no processo da comunicação social, utilizando para isso a gramática.
- Conhecer e caracterizar os diferentes tipos de textos.
- Produzir textos considerando as funções e funcionamentos da escrita, bem como o contexto em que são produzidos.

Produzir textos coerentes, coesos e eficazes adequados a seus destinatários, aos objetivos a que propõem e aos assuntos tratados.

EMENTA - Estudos teórico-prático a respeito da natureza do texto. O autor e a ação correspondendo público leitor. Formas de organizar o texto segundo o tipo de intenção que o autor tem em mente. Produção e discussão de relatos narrativos, descritivos e dissertativos a respeito de questões pessoais e próximas para a discussão desses aspectos gerais do texto.

Bibliografia Básica

MARTINS. Dileta Silveira. Zilberknop, Lúcia Scler. Português Instrumental de acordo com as atuais Normas da ABNT. 24ª ed. São Paulo: Luzzatto, 2003.

ALMEIDA, Antônio Fernando de. ALMEIDA, Valéria Silva Rosa. Português Básico – Gramática – Redação – Texto. São Paulo: Atlas, 1985. ISBN: 85-224-2141-2

BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos estudos linguísticos. 3ª ed. São Paulo: Nacional.1997

MATEUS, Maria Helena Mira. BRITO, Ana Maria. DUARTE, Inês. FARIA, Isabel Hub. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho S.A, 2003.

PAULA, Everton de. Português contemporâneo – Teoria e exercícios de aplicação para o curso superior. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN: 85-224-1638-9

Bibliografia Complementar

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Redação escolar e acadêmica. Araraquara, ILCSE, 1984.
BOAVENTURA, E. Como ordenar as ideias. São Paulo: Pioneira, 1997.
SACCONI, Luiz Antônio. Nossa Gramática – Teoria e prática. 7ª ed., São Paulo: Atual, 1995.
TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1991.

3: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III – GESTÃO ESCOLAR– 100h.

Objetivo: Desenvolver a capacidade e observação e análise crítica da realidade escolar, para realização da análise, seleção e operacionalização de estratégias de intervenção na realidade escolar observada, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos na prática pedagógica.

EMENTA - A relação teoria e prática no cotidiano escolar, princípios de pesquisa e prática pedagógica; análise e reflexão de diferentes experiências educativas, a construção de projetos de observação participativa da prática educativa; aspectos filosóficos e legais da Estrutura de Ensino. Construção de Conhecimentos a partir de novas situações de aprendizagem.

Bibliografia Básica

Cunha, Maria Isabel da. O bom professor e a sua prática. Campinas: Papyrus, 1995.
DEMO, Pedro. Pesquisa, princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2000.
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0227-2
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN: 85-219-0243-3
GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez, 1998. ISBN: 85-249-0595-6
GADOTTI, Moacir e Romão, José E. Autonomia da Escola Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0659-6

Bibliografia Complementar

GARCIA, Walter. Educação visão teórica e prática pedagógica São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1977.
LUCK, Heloisa. Pedagogia Interdisciplinar – Fundamentos teóricos-metodológicos São Paulo: Vozes, 1998. ISBN: 85-326-1329-2
MORAIS, Regis. Sala de aula – que espaço é esse? São Paulo: Papyrus, 1998. ISBN: 85-308-0157-1
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO – Cortez, 1999. 85-249-0741-x
PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada 1999.
PIMENTA, Selma Garrido (Org.) Saberes pedagógicos e atividades docentes. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0711-8
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores – Unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez 1994. ISBN: 85-249-0533-6
SILVA, Terezinha Maria Nelli. A Construção do currículo na sala de aula: O professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1995.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Licenciatura em pedagogia realidades, incertezas, utopia. São Paulo: Papyrus, 1997.
WEISZ, Telma & Sanchez, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem São Paulo: Ática, 2000. ISBN: 85-08-07293-7

4: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I –ORIENTAÇÃO E PESQUISA(40h Or.)– 160h.

Objetivos:

- Desenvolver o pensamento científico.
- Criar noções de paradigma, teoria, causalidade e pesquisas em ciências sociais.
- Desenvolver habilidades de observação e análise qualitativa e quantitativa.

EMENTA - Senso comum e pensamento científico. Noções de paradigma. Noções de teoria. Noções de pesquisas em ciências sociais. A importância da ideia de causalidade. A noção de variável dependente e independente. Estrutura da pesquisa: o desenho do projeto, clareza conceitual, operacionalização e mensuração. Tipos de observação: experimentação, enquetes tipo survei, pesquisa de campo qualitativa, análise e avaliação da pesquisa. Análise quantitativa: elementos de análise quantitativa, elaboração dos modelos e discussão das referências. Definindo o seu tema e organizando a pesquisa.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – Referências Bibliográficas. (NBR 6023) Rio de Janeiro, 2000.
SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 5 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2001
RUIZ, João A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Paulo S. Metodologia das ciências humanas. 2 ed. Hucitec, 2001
DESHAIES, Bruno. Metodologia da investigação em ciências humanas. 1 ed. Instituto Piaget, 1997
CHAVES, Marco A. Projeto de pesquisa: guia pratico para monografia. 1 ed. Wak: 2002

5: ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.

Objetivos:

- Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados.
- Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.

EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

OBSERVAÇÕES

A natureza extracurricular das AACC faz com que a realização das atividades seja de responsabilidade do aluno, que a seleciona conforme seu interesse e necessidade, sempre atentando para sua articulação com as competências e habilidades desenvolvidas no curso, bem como com o perfil do profissional que se deseja formar.
As atividades deverão ser desenvolvidas durante o curso, totalizando 380 (trezentos e oitenta) horas, sendo esta carga horária preenchida com, pelo menos, cinco diferentes tipos de atividades.

8º PERÍODO

N	Disciplinas	NEB	NADE	NEI	CH	Estágio	horas
1	Princípios e Métodos da Administração Escolar e a Gestão Democrática	X			80		360
2	Libras	X			80		
3	Trabalho de Conclusão de Curso II: Orientação e Pesquisa (40hOr.)	X			160		
4	Educação de Jovens e Adultos			X	40		
5	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		X				

1: PRINCÍPIOS E MÉTODOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – 80h.

Objetivo: Possibilitar ao aluno a compreensão do processo educativo escolar que permeiam e definem a gestão e organização dos processos da escola.

EMENTA - Fundamentos teóricos da Administração. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Escola, Gestão e Projeto Político da Escola. A organização do trabalho Escolar: linguagem, tempo, espaço. Indivíduo e Organização.

Bibliografia Básica

PARO, Vítor Henrique. Administração Escolar: Introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2006. ISBN: 85-249-0061-x

LÜCK, Heloísa. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Rio de Janeiro, Vozes, 2006.

VEIGA, Ilma Passos A (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível. São Paulo, Papyrus, 1995. ISBN: 85-308-0374-4

Bibliografia Complementar

BASTOS, João Baptista (rog.). Gestão Democrática. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico. São Paulo, Libertad, 1999.

2: LIBRAS – 80h.

Objetivos:

- Despertar a consciência dos futuros educadores do curso de Licenciatura em Pedagogia para a necessidade de promover a acessibilidade para Pessoas Surdas;
- Criar um ambiente linguístico favorável para o aprendizado da LIBRAS.
- Instrumentalizar os para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas;
- Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar;
- Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil.

EMENTA - Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar.

Bibliografia Básica

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. LIBRAS em Contexto. Brasília: SEESP, 1998

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. Falando com as Mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2004 a. v.1. [Sinais da Libras e o universo da educação; e Como avaliar o desenvolvimento da competência de leitura de palavras (processos de reconhecimento e decodificação) em escolares surdos do Ensino Fundamental ao Médio].

3: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II : ORIENTAÇÃO E PESQUISA (40hOr.) - 160h.
Objetivos: Oferecer instrumentos para a produção de textos; Desenvolver habilidades de análise, interpretação e elaboração de trabalhos científicos; Incentivar a pesquisa de campo.
EMENTA - Construindo o sistema teórico tornando claros os conceitos. Definindo a pesquisa de campo. Implementando a pesquisa e produzindo dados. Analisando os dados para testar as hipóteses contidas na teoria. Iniciando a produção do texto: definir capítulos, cuidado com o estilo e gramática, terminar os capítulos de introdução e conclusão. Normas de elaboração de trabalhos científicos.
Bibliografia Básica
ECO, Umberto. Como se faz uma tese.col. estudos, 85. 18 ed. Perspectiva: 2003. SALOMON, Delcio V. Como fazer uma monografia. 9 ed. Martins Fontes: 1999 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – Referências Bibliográficas. (NBR 6023) Rio de Janeiro, 2000.
Bibliografia Complementar
LIMA, Manolita C. Monografia. 1 ed. Saraiva:2003 RUIZ, João A. Metodologia científica – guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002 MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resenhas e resumos. São Paulo: Atlas, 1997 MENDES, Gildasio & TACHIZAWA, Takeshy. Como fazer monografia na pratica. 1 ed. FGV: 1998

4: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 40h.
Objetivos: Dar aos acadêmicos subsídios teóricos, metodológicos e práticos capazes de embasar o trabalho com a EJA, bem como construir uma reflexão entre o trabalho docente com os adultos e com as crianças, em termos de semelhanças e diferenças na realidade do desenvolvimento de tais segmentos de ensino.
EMENTA - Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. A educação de adultos e os movimentos populares. A educação de jovens e adultos na política nacional de educação e no Distrito Federal. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. Análise da educação de jovens e adultos como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do ensino fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos
Bibliografia Básica
MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. Educação de Jovens e Adultos : novos leitores, novas leituras. Campinas: Ação Educativa, 2001. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil : educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 44. ed. RJ: Paz e Terra, 1996.
Bibliografia Complementar
KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização de jovens e adultos : questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica. 4. ed. Brasília: Universa, 2003. FREIRE, P. Professora sim, tia não -Cartas a quem ousa ensinar. SP: Cortez, 1995.

5: ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer aos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia oportunidades de enriquecimento curricular previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CESn2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. • Ampliar a formação sociocultural do aluno por meio de atividades extracurriculares que apresentem relação com os conteúdos estudados durante o curso.
EMENTA – Atividades acadêmicas-Científico-Culturais realizadas no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB - FDE a qual o acadêmico encontra-se vinculado e também atividades externas promovidas por outros órgãos. Atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

XII-IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora

Nome:	ISECUB
CNPJ:	
End.:	
Cidade:	
Fone	
e-Mail	

Dirigente Principal da Instituição Mantenedora

Nome:	
End.:	
Cidade:	
Fone	
e-Mail	
CPF	

Identificação da Instituição Mantida

Nome:	FACULDADE DE EDUCAÇÃO - ISECUB
End.:	
Cidade:	
Fone	
e-Mail	
CPF	

CURRICULUM VITAE	
DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO -ISECUB	
Nome:	
Titulação	
End.:	
Cidade:	
Fone	
Fax	
E-Mail	
Regime de Trabalho:	Contratação:
Formação Acadêmica	
Nível	Descrição
Graduação	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Experiência Profissional de Ensino	
1	
2	
3	
Experiência Relevante na Área Profissional do Curso	
1	
2	
3	
Publicações	
1	
2	
3	

CURRICULUM VITAE	
COORDENADOR ACADÊMICO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO- ISECUB	
Nome:	
Titulação	
End.:	
Cidade:	
Fone	
Fax	
E-Mail	
Regime de Trabalho:	Contratação:
Formação Acadêmica	
Nível	Descrição
Graduação	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Experiência Profissional de Ensino	
1	
2	
3	
Experiência Relevante na Área Profissional do Curso	
1	
2	
3	
Publicações	
1	
2	
3	

12.2. Corpo Docente: coerência e aderência da formação às disciplinas ofertadas

As tabelas de aderência entre a formação do Professor e as disciplinas de sua responsabilidade, demonstram de maneira inequívoca o compromisso Institucional com a qualidade dos cursos ministrados.

Para uma expectativa legal de, pelo menos, um terço do corpo docente com titulação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado, a FDE – Faculdade de Educação – ISECUB, orgulha-se de apresentar um Corpo de Professores composto inicialmente por _____ e _____ profissionais educadores, sendo _____ deles possuidores de Titulação *Stricto Sensu*.

Ademais, _____ desse efetivo será contratado em regime de tempo integral, novamente superando a expectativa legal, que almeja um terço do corpo docente nessa condição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI encontra-se instruído com o Plano Institucional de Qualificação Funcional - contemplando o Plano de Qualificação Docente e o Plano de Capacitação para os Funcionários Técnico-Administrativos - o Plano de Cargos e Salários e o Plano de Carreira Docente, documentos que objetivam amparar a relação trabalhista saudável e duradoura.

O quadro de Professores reúne prestadores de serviços educacionais contratados pelo FDE-ISECUB sem vínculo empregatício permanente, devido ao sistema modular de oferta das disciplinas. Por interesse das partes, poderá o professor contratado para uma tarefa transitória vir a fazer parte do quadro efetivo.

12.3. CURRICULUM VITAE DO CORPO DOCENTE – SÍNTESE

Nome:	
Titulação	
End.:	
Cidade:	
Fone	
E-Mail	
Regime de Trabalho:	Contratação:
	Formação Acadêmica
Nível	Descrição
Graduação	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Experiência Profissional de Ensino	
1	
2	
3	
Experiência Relevante na Área Profissional do Curso	
1	
2	
3	
Publicações	
1	
2	
3	

Nome:	
Titulação	
End.:	
Cidade:	
Fone	
E-Mail	
Regime de Trabalho:	Contratação:
	Formação Acadêmica
Nível	Descrição
Graduação	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Experiência Profissional de Ensino	
1	
2	
3	
Experiência Relevante na Área Profissional do Curso	
1	
2	
3	
Publicações	
1	
2	
3	

12.4. Corpo Técnico e Administrativo

A partir da Autorização da FDE-ISECUB para funcionamento do curso de Licenciatura de Pedagogia, visando, então, a consolidação do curso recém-implantados, a expansão da graduação e da pós-graduação e a implantação futura de novos cursos, a Instituição empreenderá as seguintes medidas referentes ao corpo técnico-administrativo:

- implementação do plano de capacitação continuada para os funcionários técnico-administrativos;
- implementação do plano de cargos e salários;
- aumento gradual do efetivo de pessoal técnico-administrativo.

A Instituição empreenderá ações para a qualificação continuada dos funcionários técnico-administrativos, conforme planejado já no início das atividades, com previsão para _____, no item _____, Plano de Metas para o PDI, constantes daquele documento.

As designações do corpo técnico-administrativo responsável pela execução das rotinas acadêmico-administrativas, bem como dos funcionários que darão suporte tecnológico às ações da Instituição encontram-se especificadas nas planilhas a seguir:

BIBLIOTECA CENTRAL					
CARGOS	2007	2008	2009	2010	2011
Bibliotecário					
Assistente de Biblioteca					
TOTAL					

SUPOORTE TECNOLÓGICO (*)					
CARGOS	2007	2008	2009	2010	2011
Programador					
Webdesigner					
Analista					
Técnico					
TOTAL					

(*) Serviço Terceirizado

SECRETARIA ACADÊMICA					
CARGOS	2007	2008	2009	2010	2011
Secretário Acadêmico					
Assistente Administrativo					
TOTAL					

CONTÁBIL E CONTROLE DE PESSOAL (*)					
CARGOS	2007	2008	2009	2010	2011
Auxiliar Administrativo					
Auxiliar de Contabilidade					
Contador					
TOTAL					

(*) Serviço Terceirizado

MANUTENÇÃO (*)					
CARGOS	2007	2008	2009	2010	2011
Motorista					
Auxiliar de Serviços Gerais					
TOTAL					

(*) Serviço Terceirizado

XIII-ATIVIDADES COMPLEMENTARES E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

13.1. Ensino, Pesquisa e Extensão

É inegável a importância da pesquisa técnico-científica no processo de desenvolvimento social, político e econômico, sendo imprescindível o estímulo à investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humano. A Lei nº 5.540/68 propõe que haja um órgão central de coordenação para o ensino e o incentivo formal à pesquisa. A Lei 9.394/96 - LDBN e o Plano Nacional de Educação (PNE), entram em consenso com as Leis e as prioridades anteriores em relação à pesquisa e extensão.

A Faculdade de Educação-ISECUB propõe atividades que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. No ensino, o objetivo previsto rege que seus cursos obedeçam aos critérios mínimos legais, incluindo nos currículos, disciplinas e atividades que propiciem:

- A formação básica da pessoa humana;
- A formação científica, e
- A formação profissional básica, constituída do conhecimento específico das ciências e das tecnologias aplicáveis à respectiva atividade profissional.

No que concerne à extensão, suas ações são realizadas pelo corpo docente e discente de forma a integrar o conhecimento e sua aplicação como parte complementar da formação acadêmica. As atividades de extensão caracterizam-se pela atuação e interferência na realidade social, através do conhecimento e de métodos científicos, objetivando o desenvolvimento comunitário.

A pesquisa, por sua vez assume o papel de promover e renovar a produção de novos conhecimentos e ser a protagonista do repasse deste para a sociedade. É de fundamental importância que professores e acadêmicos estejam imbuídos na realização da pesquisa e extensão, como formas alternativas para a promoção de ações que beneficiem a sociedade.

13.2- Ensino

Para que se busque um desempenho acadêmico de excelência faz-se necessária a configuração do binômio Graduação/Pós-Graduação.

Estes dois segmentos devem ajustar-se a uma formação multidisciplinar com a plena utilização de modelos pedagógicos eficientes que garantam ao aluno a formação acadêmica, no sentido de atender às suas necessidades sociais, políticas, éticas, culturais, intelectuais, filosóficas e tecnológicas.

Para tanto, a graduação, tendo como meta fundamental a formação e qualificação do profissional de nível superior que atenda às necessidades de uma sociedade cada vez mais

exigente, em constante mutação, científica e tecnologicamente, deve equipar o aluno com conhecimentos que o faça compreender e interagir com o mundo acadêmico e social.

Para atingir sua finalidade principal de habilitar, formar e qualificar profissionais na área docente, bem como estabelecer a base para a atuação em pesquisa, o projeto pedagógico do curso deverá garantir a compatibilidade entre o perfil desejado e a matriz curricular proposta, de modo a incentivar o aluno na continuação de seus estudos, na busca por novos conhecimentos e conseqüentemente na melhoria de seu nível profissional.

Este objetivo encontra-se contemplado nas políticas de ensino da Faculdade de Educação-ISECUB, onde os atores do processo articularão, permanentemente, ações integradoras de ensino, pesquisa e extensão.

13.4. Extensão

A extensão deve ter um papel relevante na formação do aluno, inclusive o de habituá-lo à comunicação do saber acadêmico junto à comunidade onde está inserido o contexto educacional, objetivando descortinar o conhecimento perante a sociedade, tornando-a parte integrante deste conhecimento e co-autora dos processos para sua obtenção.

Seguindo-se as necessidades do mercado, devem ser oferecidos cursos de curta duração, programas junto à comunidade, de natureza socioambiental, projetos que atendam as regiões no entorno da FDE, em forma de *workshop*, simpósios, conferências, atividades que permitam a efetiva participação da sociedade, num desenvolvimento conjunto da criatividade e do potencial intelectual e empreendedor.

13.5. Iniciação Científica e Pesquisa

A pesquisa é uma dessas atividades altamente complexas e sutis que geralmente permanecem não formuladas nas mentes dos que a praticam. Isto explica porque a maioria dos cientistas pensa que não é possível dar nenhuma instrução formal de como fazer pesquisa. Reconhecidamente, o treinamento em pesquisa deve ser basicamente auto-treinamento.

BEVERIDGE, pesquisador inglês.

A importância da iniciação científica desde os ciclos da graduação é fundamental não só pelo aprendizado iniciado na praticidade do apreendido em sala de aula, bem como pela orientação docente, significando elementos indispensáveis para a formação do aluno e oferecendo a base informacional que permitirá a dialética teoria/prática, tão necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

O conhecimento só se sustenta se compreendido como processo efetivo de elaboração dos objetos abordados, já que se admite o pressuposto de que educar significa conhecer e conhecer significa elaborar o objeto.

A partir daí, haverá aprendizado se houver participação efetiva da construção do objeto de conhecimento científico. A pesquisa em si baseia-se, pois, num processo de reflexão, na articulação de idéias e fatos, portadores de razões que comprovem aquilo que se quer demonstrar, e estas, por sua vez, fundamentam-se nas conclusões dos raciocínios dos processos de levantamento e caracterização dos fatos.

Na Faculdade de Educação FDE-ISECUB, alunos e professores serão incentivados à iniciação científica, inclusive com o estabelecimento de bolsas de estudos para viabilização desse objetivo.

A Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, ligada diretamente à Direção Geral, responsabilizar-se-á pelas políticas de fomento à pesquisa científica, no âmbito da Faculdade de Educação-ISECUB.

13.6. Biblioteca, Brinquedoteca, Videoteca, Hemeroteca e Laboratório de Informática

A biblioteca será um órgão suplementar, diretamente subordinado à Direção Geral, funcionando como núcleo central, responsável pela gestão da seleção, aquisição e tratamento técnico da informação, tendo sido dimensionada para a modalidade de educação a distância.

A biblioteca central, localizada na Faculdade de Educação -ISECUB, será composta pelos setores de atendimento ao usuário, de processamento técnico e de extensão de serviços de informação.

O setor de atendimento ao usuário disporá de serviços voltados para a referência, consulta e empréstimo do acervo de livros, jornais, periódicos, fitas de vídeo, disponibilização de acervo *on-line*, suporte e atendimento remoto aos alunos e professores.

O aluno será incentivado para a utilização da Internet, para consultas e pesquisas, como também para sua própria atualização, permitindo uma abrangência maior de informações, de esclarecimentos e visualização do que ocorre no mundo cada vez mais globalizado.

Os recursos infra-estruturais e tecnológicos acadêmicos, dimensionados no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, estabelecem as normas gerais para utilização do acervo da biblioteca central e do laboratório de informática, a serem observadas no âmbito da Faculdade de Educação –ISECUB.

A FDE -ISECUB contará com uma biblioteca, possuindo a seguinte estrutura e acervo:

- Videoteca com material para vídeo-aulas;
- Hemeroteca, apresentando periódicos de relevância nacional e internacional, jornais e publicações regionais e locais;
- Apostilas-textos de todas as unidades de ensino;
- Um volume de cada título da Bibliografia Básica de todos os Conteúdos da Matriz Curricular;
- Disposição de Bibliografia Virtual que for autorizada pelas Editoras;

13.7. Manual do Aluno

O Manual do Aluno será elaborado e entregue ao acadêmico no ato da matrícula e conterá os seguintes elementos:

- **Apresentação:** Na qual será apresentado as orientações de como estudar, os eixos integradores do currículo e a forma de apresentação de todo o material instrucional numa linguagem dialógica.
- **Objetivos do curso:** Explanação de forma clara dos objetivos do curso, tanto os gerais quanto os específicos de cada conteúdo ou módulo.
- **A concepção pedagógica:** O referencial teórico que servirá de suporte aos alunos durante o curso de graduação.
- **Competências desejadas:** Neste item o aluno terá conhecimento do perfil e das competências almejadas no curso.
- **Metodologia:** O aluno terá a descrição de todo o processo metodológico, incluindo as avaliações.
- **Conteúdos:** Descrição das disciplinas em cada Módulo do curso e o nome dos docentes responsáveis.
- **Bibliografia recomendada:** Indicativo das obras que amparam o estudo nas diversas disciplinas.

13.8. Estágios

A integração teoria/prática é uma exigência do processo de formação profissional. Para tanto, o projeto político-pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade Licenciatura, da FDE-ISECUB propicia essa permanente articulação por meio do Estágio Curricular Supervisionado, constando de atividades de prática pré-profissional ou profissional, exercida em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício, conforme expresso no Termo de Compromisso para Estágio, apresentado na seqüência.

Para cada aluno é obrigatória a integralização de 300 (trezentas) horas de estágio, previstas no currículo do curso, nessa carga horária se podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação e avaliação das atividades.

Para o Estágio Curricular Supervisionado serão observadas as diretrizes expostas a seguir:

ATIVIDADE: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	NATUREZA: OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA: 300 HORAS	PERÍODOS: 5º Período: 100 horas 6º Período: 100 hora 7º Período: 100 horas
CONTROLE		DA	ATIVIDADE:
O Estágio Curricular Supervisionado (Estágio) será controlado pelo Prof. Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia e acompanhado pelos Professores Orientadores indicados.			
CONTEÚDOS:			
Conjunto de experiências e vivências de trabalho em educação realizadas em instituições, programas e/ou serviços de natureza educacional formal e não-formal. Essas experiências devem ser diversificadas tanto em relação aos espaços onde serão desenvolvidas como em relação às funções realizadas, atendendo aos objetivos e ementas especificadas em cada Módulo de ocorrência do Estágio			
OPERACIONALIZAÇÃO:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. A atividade de Estágio será realizada a partir do Terceiro Módulo do Curso e a sua comprovação dar-se-á por meio de registros acadêmicos e relatórios. 2. O Estágio deverá ser realizado em Organizações Educacionais formais ou não-formais, Programas ou Serviços Educacionais, de maneira a comprovar-se a carga horária estabelecida. 3. Haverá na Secretaria Acadêmica, na pasta individual do aluno, arquivo dos documentos e relatórios comprovantes de Estágio, aprovados e visados pelo Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado, com atribuição de cargas horárias parcial e total. 4. O encaminhamento dos alunos para o Estágio será feito pela Secretaria Acadêmica e por iniciativa dos próprios alunos, sob coordenação do Professor Orientador. 5. Poderá ser considerado como Estágio o efetivo e comprovado exercício profissional na área de educação. 6. A Secretaria Acadêmica só considerará apto para a conclusão do Curso o aluno que comprovar ter realizado o mínimo de 300 (trezentas) horas de Estágio. O Professor Orientador encaminhará à Secretaria Acadêmica, por meio de Ata, os nomes dos prováveis concluintes do Curso que completaram o número mínimo de horas de Estágio, com aproveitamento comprovado, devendo o registro constar nos históricos escolares da seguinte forma: <i>Estágio Curricular Supervisionado: número de horas realizadas.</i> 			
OBS: Não serão atribuídas notas ou menções de aprovação em Estágio.			

13.9. Justificativa

O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido possibilitando uma formação teórico-prática consistente, aproximando a sala de aula virtual da realidade em que o graduando irá atuar. Os estágios têm como possíveis locais de realização a rede particular de ensino, a rede pública estadual e municipal, programas ou serviços educacionais não-escolares, sindicatos, cooperativas, empresas comerciais e industriais e outros arranjos produtivos do conhecimento, da educação, de bens e serviços.

Assim, a Faculdade de Educação - ISECUB adota uma postura metodológica para a atividade de estágio compreendendo teoria e prática como fatores indissociáveis e, ao mesmo tempo, numa dimensão interdisciplinar.

A nova legislação e as constantes mudanças econômicas e sociais têm ampliado

consideravelmente os campos de atuação dos estagiários, possibilitando uma atuação múltipla e culturalmente mais participante. Os egressos, nessa direção, encontram possibilidades profissionais interagindo na escola, na empresa e nos movimentos sociais, atuando junto à comunidade.

13.10. Objetivos do Estágio Curricular Supervisionado

A partir do Terceiro Módulo do Curso de Pedagogia as atividades do Estágio serão permanentes e presentes no dia-a-dia do acadêmico. Em cada uma destas etapas, encontram-se declinadas as ementas e os objetivos a serem trabalhados, sempre buscando a formação holística desse novo pedagogo, conforme determina a Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006.

A Faculdade de Educação – ISECUB orientará seus professores para que estimulem a participação produtiva do acadêmico nas atividades de estágio, uma vez que, somadas à pesquisa e prática pedagógica e aos núcleos de estudos integradores, culminarão com o Trabalho de Conclusão de Curso.

São objetivos gerais do Estágio Curricular Supervisionado:

- Proporcionar o exercício da competência profissional e do compromisso com a realidade do país, mediante a participação em diferentes experiências práticas;
- Propiciar a formação profissional, a partir de uma visão dialógica (teórico-prática) do conhecimento.

13.11. Funcionamento

Para consecução dos objetivos e cumprimento das ementas previstas para o Estágio, a FDE-ISECUB garantirá as seguintes ações básicas:

- A Coordenação do Curso será responsável pelo atendimento das diretrizes e fundamentação legal para operacionalização dos estágios;
- Os professores orientadores atuarão como colaboradores e incentivadores, para maior integração na participação efetiva e contínua, no sentido de ativar a qualificação da formação dos futuros pedagogos;
- Os professores, responsáveis diretos pelo ensino e orientação das metodologias específicas, possibilitarão aos estagiários sólida orientação e acompanhamento contínuo, ao longo do curso, caracterizando sua atividade profissional de mediação entre o aluno, a escola e a sociedade;
- Os docentes em todos os cursos da Instituição, motivados a somarem esforços como especialistas em educação, centrados na construção do conhecimento específico de suas disciplinas, responderão ao conjunto de problemas e indagações que surgirem nas situações do cotidiano educativo, conscientizando-se de que estarão formando

educadores para atuarem com crianças, adolescentes, jovens e adultos para um novo tempo que exige de cada docente uma sólida preparação profissional, face às exigências do mercado de trabalho.

13.12. Locais para realização do Estágio

São considerados campos de estágio os seguintes locais:

- Comunidades em geral;
- Instituições educacionais públicas e privadas;
- Escolas da Educação Básica que apresentem possibilidade de atuação relacionada à formação profissional e interdisciplinar do estudante, com características de atuação relacionada com cada área profissional;
- ONG's, Ambientes Educacionais Não-Formais como Igrejas, Projetos Ambientais, Empresas de Treinamento Profissional, Escolas para Portadores de Necessidades Especiais, Enfermarias de Pediatria, Brinquedotecas, Conselhos Tutelares, Órgãos Públicos de Apoio à Criança e ao Adolescente, Entidades de Apoio ao Índio e ao Negro, entre outros.

13.13. Requisitos dos locais para realização do Estágio

Os campos de estágio deverão obedecer às normas que disciplinam a prática pedagógica da Faculdade, bem como atender aos seguintes requisitos:

- Existência de infra-estrutura de recursos humanos e materiais;
- Possibilidade de supervisão e avaliação do desenvolvimento do Estágio pela Faculdade;
- Reconhecimento do nível técnico do trabalho da instituição que oferece o estágio, como exigência para firmar o Termo de Compromisso para Estágio.

13.14. Convênio e Termo de Compromisso para Estágio

Devem ser firmados sempre que o campo de estágio for definido como organização ou instituição possuidora de natureza jurídica própria.

É celebrado pelo Coordenador do Curso um convênio tratando da interação entre a Faculdade e a Concedente, para a concessão de vagas para o estágio, mediante a assinatura do documento abaixo:

TERMO DE COMPROMISSO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Nome do(a) Estagiário(a):

Matrícula:

Curso:

Residente a:

CEP:

Telefone:

Cidade/Estado:

Pelo presente instrumento, a Organização, CGC nº, localizada a, doravante identificada como **CONCEDENTE**, e o(a) Estagiário(a) acima qualificado(a), simplesmente denominado(a) **ESTAGIÁRIO**, com a interveniência do **ISECUB**, Instituição Mantenedora da **Faculdade de Educação**, e em conformidade com os termos da Lei 6.494/77 e do Decreto 87.497/82, ajustam entre si o presente Termo de Compromisso para realização do Estágio Curricular Supervisionado, com finalidade de complementação educacional, sob as seguintes cláusulas e condições:

- 1- A **CONCEDENTE** admite o **ESTAGIÁRIO** com o objetivo precípuo de proporcionar-lhe a complementação de ensino e aprendizagem acadêmicos, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.
- 2- O **ESTAGIÁRIO** não terá, para qualquer efeito, vínculo empregatício com a **CONCEDENTE**, conforme o disposto no Art. 4º da Lei 6.494/77 e no Art. 8º do decreto 87.497/82.
- 3- O estágio será realizado em área relacionada a educação, entre as datas de .../.../... e de .../.../..., com jornada de horas semanais, em horário compatível com as atividades acadêmicas do **ESTAGIÁRIO**, sendo prorrogável por manifesto interesse das partes e com a anuência prévia do ISECUB.
- 4- A **CONCEDENTE**, se assim o desejar, poderá pagar ao **ESTAGIÁRIO**, a título de Bolsa de Complementação Educacional, a importância mensal que for acordada entre as partes.
- 5- Constituem obrigações da **CONCEDENTE**:
 - a) Proporcionar todas as condições necessárias ao desenvolvimento da programação de estágio estabelecida;
 - b) Promover permanente acompanhamento e supervisão das atividades do **ESTAGIÁRIO**;
 - c) Fornecer ao ISECUB, sempre que necessário, dados sobre a avaliação do **ESTAGIÁRIO**; Comunicar ao ISECUB, por escrito, a rescisão ou renovação do estágio, assim como quaisquer outras modificações do estabelecido no presente termo de compromisso.
- 6- Constituem obrigações do **ESTAGIÁRIO**:
 - a) Cumprir o programa de estágio estabelecido;
 - b) Respeitar todas as normas internas da **CONCEDENTE**, principalmente as relativas ao estágio;
 - c) Elaborar e entregar à **CONCEDENTE** e ao IMES relatório das atividades desenvolvidas no estágio na forma e prazo estabelecidos pelo professor orientador.
- 7- Constituem motivos para cessação do presente Termo de Compromisso:
 - a) término do estágio;
 - b) abandono do estágio, caracterizado por ausências não justificadas;
 - c) conclusão, interrupção, abandono ou trancamento do curso;
 - d) interesse do **ESTAGIÁRIO**;
 - e) não cumprimento de cláusulas deste Termo de Compromisso, por qualquer uma das partes;
 - f) interesse ou conveniência da **CONCEDENTE** ou em atendimento a qualquer dispositivo legal ou regulamentar.
- 8- A prorrogação do período de estágio, ou qualquer alteração nas condições estabelecidas neste Termo de Compromisso, será instituída mediante Termo Aditivo.
- 9- Fica eleito o Foro da Comarca do município ao qual estiver vinculado o Estagiário, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Compromisso.

E por estarem em comum acordo com as condições estabelecidas, as partes assinam em 03 (três) vias de igual teor, cabendo a 1ª via à **CONCEDENTE**, a 2ª via ao **ESTAGIÁRIO** e a 3ª via ao **ISECUB**.

Vitória-ES, de de 20.....

CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO

ISECUB

13.15. Programas de Iniciação Científica

A Iniciação Científica no Curso de Licenciatura em Pedagogia da FDE-ISECUB é apresentada aos alunos desde o início, notadamente, por meio das atividades desenvolvidas nos Núcleos Integradores, no conteúdo específico de Metodologia Científica: a história do conhecimento, e também em Pesquisa e Prática Pedagógica, situações nas quais os alunos terão a oportunidade de observar o cotidiano e intervir efetivamente nos diferentes espaços no qual o profissional da educação pode atuar.

Há, portanto, uma preocupação em desenvolver no aluno a observação e o espírito científico numa relação dialógica Teoria/Prática que vai cada vez mais se aprofundando quando este inicia os seus trabalhos de pesquisa e produção de conhecimentos. Os projetos de pesquisa são elaborados com apoio dos conteúdos de Metodologia Científica e de Pesquisa e Prática Pedagógica.

A Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação implantará o Plano de Pesquisas da Instituição, definindo as linhas prioritárias de pesquisa, ouvidas as Coordenações do Instituto Superior de Educação ISECUB.

Dar-se-á prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos, de suas interpretações e comunicação à sociedade.

Para o financiamento das pesquisas, o ISECUB firmará convênios com organismos especializados, agências governamentais ou não-governamentais, empresas, sindicatos e outros segmentos organizados da sociedade, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos específicos para a Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.

13.16. Trabalho de Conclusão de Curso

Com início no 7ª período e conclusão no 8º período do Curso os acadêmicos elaboram, segundo as normas da ABNT e demais orientações do conteúdo de Metodologia da Pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), decorrente das atividades desenvolvidas em Pesquisa e Prática Pedagógica e nos Núcleos Integradores, articuladas com as demais disciplinas cursadas e a contribuição prática do Estágio Curricular Supervisionado. O TCC será realizado segundo regulamentação específica, descrita abaixo:

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Diretrizes para o desenvolvimento e acompanhamento pedagógico-acadêmico do Trabalho de Conclusão de Curso, para os cursistas da FDE-ISECUB.

Capítulo I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra obrigatoriamente a formação nos cursos e programas que o requererem, no âmbito do FDE-ISECUB. Será avaliado pela Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, nomeada pela Direção Geral da Faculdade de Educação FDE-ISECUB.

Art. 2º - O tema do TCC deverá se relacionar com a área de conhecimento do curso e suas interfaces com áreas afins, de maneira a contribuir para a reflexão teórica, o desenvolvimento de práticas e metodologias, a análise de intervenções, bem como a formulação e implementação de políticas públicas, na educação formal e não-formal, e para a gestão em outros arranjos produtivos do conhecimento, da educação, da tecnologia, de bens e serviços.

§ 1º - O TCC poderá ser apresentado em forma de Monografia, desenvolvida segundo a regulação para normalização e apresentação de trabalhos científicos indicada pela Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, e adotada pela Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º - O TCC poderá ser desenvolvido em forma de Projeto Experimental, versando sobre o desenvolvimento ou melhoria de um processo produtivo para serviço ou produto, ou ainda, abordando o projeto de desenvolvimento ou melhoria de um produto ou serviço.

§ 3º - A opção pela Monografia ou pelo Projeto Experimental como modalidade indicada para o TCC de um determinado curso ou programa educacional, é decisão discricionária conjunta da Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação e da Coordenadoria de Educação a Distância, submetida à homologação pela Direção Geral.

Capítulo II - Dos Objetivos

Art. 3º - São objetivos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade científica, crítico-reflexiva e criativa do aluno, articuladas ao longo do processo de formação;

II. Assegurar a coerência desse processo formativo, ampliando e consolidando os Estágios, as atividades de Pesquisa e Iniciação Científica e dos Núcleos Integradores;

III. Propiciar a realização de experiências preliminares de Pesquisa e de Extensão Universitária, possibilitando condições de progressão acadêmico-profissional em nível de pós-graduação e/ou de inserção sócio-comunitária.

Capítulo III - Do Início e da Conclusão

Art. 4 – A realização do TCC será oferecida aos alunos regularmente matriculados nos cursos e programas que o exigirem.

Parágrafo Único – A Coordenação Acadêmica responsável pelo curso ou programa se responsabilizará diretamente pela supervisão geral do TCC e indicará à Secretaria Acadêmica quais professores, estarão disponíveis para Orientação do TCC.

Art. 5º - Realizado no momento indicado pelo projeto pedagógico do respectivo curso ou programa educacional, o TCC terá carga horária total de, no mínimo, 300 (trezentos) horas, distribuídas entre trabalho de pesquisa, orientação teórica, redação e demais atividades necessárias à sua consecução.

Art. 6º - O Trabalho de Conclusão de Curso só poderá ser validado após anuência explícita do Professor Orientador, que, em princípio, será indicado por livre escolha discente dentre os nomes relacionados pela Coordenação Acadêmica.

§ 1º - Por meio do ambiente virtual de aprendizagem os cursistas terão acesso à lista de Professores Orientadores e respectivas linhas de pesquisa desenvolvidas.

§ 2º - O aluno optará por intermédio do ambiente presencial de aprendizagem, informando o tema provisório para o TCC e o Professor Orientador de sua preferência, devendo aguardar a confirmação pela Coordenação Acadêmica.

§ 3º- As opções de que trata o parágrafo anterior são de exclusiva responsabilidade do cursista, em todos os níveis, cursos e programas oferecidos no âmbito da FDE-ISECUB. O cursista será penalizado por negligenciar no atendimento do que recomenda o presente Artigo, não podendo integralizar o curso enquanto viger a pendência.

Art. 7º - O aluno deverá entregar, na Coordenação da FDE-ISECUB, o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC impresso em 03 (três) vias guarnecidas por capa plástica e espiral, aguardando a data que lhe será comunicada pelo Professor Orientador para defesa pública presencial do TCC perante a Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 8º - Os procedimentos inerentes ao gerenciamento do processo de consecução e avaliação do TCC são de competência da Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo IV - Das Competências

Art. 9º - Compete à Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Coordenar e agilizar todo o processo, visando a criar oportunidades para o desenvolvimento do TCC;
- II. Informar a regulação para normalização e apresentação de trabalhos científicos, estrutura e forma de apresentação do TCC aos Orientadores e alunos;
- III. Divulgar amplamente junto aos alunos quais professores orientarão os TCC e quais as respectivas áreas do conhecimento contempladas e linhas de pesquisa correlatas;
- IV. Apresentar à Coordenação Acadêmica, ao final dos trabalhos em cada banca examinadora, a Ata relacionando os trabalhos concluídos e aprovados, linhas de pesquisa, alunos participantes e respectivos orientadores.

Art. 10º - Compete ao Professor Orientador:

- I. Aceitar o aluno candidato, aprovar o plano de trabalho e orientar o seu desenvolvimento;
- II. Acompanhar o cronograma de conclusão e depósito dos exemplares do TCC na Coordenação Acadêmica da FDE-ISECUB;
- III. Participar dos trabalhos da banca examinadora quando da defesa pública presencial do TCC;
- IV. Para os casos em que o aluno não for aprovado pela banca examinadora, o Orientador deverá zelar para que o mesmo cumpra as sugestões da banca examinadora, para posterior aprovação.

Art. 11º - Compete ao Orientando:

- I. Escolher o tema para elaboração do TCC, conforme artigo 2º deste Regulamento;
- II. Sugerir um Orientador dentre os docentes relacionados;
- III. Elaborar o plano de trabalho para execução da pesquisa, sob a supervisão do Orientador;
- IV. Cumprir as normas e prazos determinados pelo Orientador e neste Regulamento;
- V. Participar de reuniões, presenciais ou agendadas no ambiente virtual de aprendizagem, e outras atividades para as quais for convocado pelo Orientador;
- VI. Respeitar o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo Orientador;
- VII. Quando não aprovado, o aluno terá oportunidade de rever seu TCC, seguindo as orientações da banca examinadora, e reapresentá-lo para nova apreciação em data posterior.

Capítulo V - Da Avaliação

Art. 12º - A avaliação do TCC será realizada em defesa presencial pública, por banca examinadora constituída pela Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso e o respectivo Professor Orientador.

Art. 13º - A avaliação do TCC será registrada mediante Ata da Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, com parecer relatando sua “aprovação” ou “reprovação”, não se utilizando expressão conceitual numérica.

Art. 14º - Em caso de não aprovação, o aluno deverá retomar seu trabalho, seguindo as orientações da banca examinadora, e rerepresentá-lo ao Orientador para fins de nova e última avaliação.

Art. 15º - A estrutura e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso deverão seguir os padrões acadêmicos vigentes, constando, no mínimo, de:

I. Pré-texto: capa, página de rosto, agradecimentos, dedicatória e índice;

II. Resumo: resumo do trabalho em parágrafo único de 10 a 15 linhas e até 05 (cinco) palavras-chave;

III. Introdução: apresentação do tema, antecedentes e tendências da problemática e importância do projeto;

IV. Desenvolvimento da problemática: a partir de referenciais teóricos da literatura especializada, dos dados coletados e dos procedimentos adequados ao objetivo e à pesquisa escolhida;

V. Considerações finais: retomada abreviada do itinerário da investigação e conclusões decorrentes, com apresentação de desdobramentos para pesquisas futuras, implicações contextuais e posicionamento crítico frente à própria experiência de investigação;

VI. Referências Bibliográficas: seguindo as normas vigentes da ABNT.

§ 1º- Os itens III; IV e V acima, que constituem a parte textual propriamente dita, deverão somar um mínimo de 40 (quarenta) laudas de conteúdos escritos.

§ 2º- Para configuração da parte textual serão observados os quesitos:

Tamanho do papel: A4 (210 X 297); Fonte: Arial, Normal, tamanho 12; Margens: Superior = 3 cm e Esquerda = 3,5cm; Inferior = 2,5 cm e Direita = 2,5cm; Parágrafo: Espaçamento entre linhas = 1,5; Recuo na 1ª linha = 1,25 cm; Alinhamento: Justificado.

§ 3º- O TCC será desenvolvido segundo a Regulação para Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos adotada no âmbito da FDE-ISECUB, indicada pela Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.

Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 16º - Após a aprovação do TCC pela banca examinadora, a Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso encaminhará 01 (um) exemplar para integrar o acervo da Biblioteca Central, outro à Biblioteca da FDE-ISECUB, restituindo o terceiro exemplar ao aluno aprovado.

Art. 17º - A Secretaria Acadêmica fará os assentamentos decorrentes da Ata emitida pela Comissão de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, com parecer expressando a “aprovação” ou “reprovação” do aluno.

Parágrafo Único – Não serão atribuídas notas ou menções referentes à realização do TCC. O registro acadêmico deverá constar nos históricos escolares da seguinte forma:

Trabalho de Conclusão de Curso: “Aprovado” ou “Reprovado”.

Art. 18º - Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Coordenação do Curso respectivo e, quando ultrapassarem sua área de competência, pela Direção Geral, sempre ouvidas as partes envolvidas.

FDE-ISECUB
Direção Geral

XIV. REFLEXÕES COMPLEMENTARES

Como processo permanente de aprendizagem, a educação é a mais importante atividade humana, porque permite desenvolver a habilidade que só os seres humanos possuem, que é a habilidade de criar.

É por meio da criação e de decisões lúcidas que se pode pensar em um desenvolvimento social e humano que possibilite a superação das desigualdades sociais, da exclusão, da marginalização, que são as mais perversas doenças sociais que vivenciamos.

A Faculdade de Educação-ISECUB, entende que *a escola é a socialização do saber sistematizado, existindo para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a esse valor*, como ressalta SAVIANI, 1991, p. 22.

Os associados fundacionistas do ISECUB crêem na função redentora da educação, no seu pacífico e consciente papel transformador de massas oprimidas em parcelas de cidadãos críticos e construtores da sua própria realidade social.

É necessário, então, começar a partir de um ponto. De um momento. O ponto é a formação de educadores socialmente responsáveis e comprometidos com a realidade social de suas regiões de origem, capazes de refletir e transformar essa realidade por meio da prática educadora, que move pessoas e coisas. O momento é agora!

O processo de formação de professores se impõe com as novas exigências do mundo pós-moderno e, através dessa *escola aberta*, da escola que se configura no próprio mundo, poderá se posicionar na modalidade a distância como enfrentamento às transformações ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais na *era da globalização* e da Sociedade do Conhecimento.

Assim A FDE-ISECUB vêm propor o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, como inovação na formação integral do pedagogo–professor, como um processo permanente de capacitação que possibilite a compreensão das demandas dos NOVOS TEMPOS, pois:

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se advinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida.

FREIRE, Paulo in: Professora sim, tia não. 1995.

XV. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **Organização da educação nacional na constituição e LDB**. 3. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2002.
- ALMEIDA E. J. **Educação e informática: Os computadores na escola**. SP: M.G, 2002.
- ALMEIDA, M. **Políticas educacionais e práticas pedagógicas**. Campinas: Alínea, 2005.
- ALVES, Julia. **Ética e cidadania**. S.P. CEETEPS/Copidart, 2000.
- ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. SP: Cortez, 1988.
- ALVES, Rubens. **Filosofia da ciência**. SP: Arte Poética, 1996.
- ANDRE, M. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- ANDREOLA, Balduino. **O processo de conhecimento em Paulo Freire**. Educação e realidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- APPLE, M.W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médias, 1989.
- BALANDIER, G. **Antropológicas**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BARRERE, A.; SEMBEL, N. **Sociologia da escola**. São Paulo: Loyola, 2006.
- BARROSO, João. **O estudo da Escola**. Porto Alegre: Porto Editora, 1996.
- BECKER, Fernando. **Da ação à operação: o caminho da aprendizagem - J. Piaget e P. Freire**. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.
- BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BOTH, Ivo José. **Municipalização da Educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental**. Campinas: Papyrus, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Planejamento Político-Estratégico**. 1995/1998. Brasília, 1995.
- _____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, 1993.
- _____. SEF. **Conferência nacional de educação para todos - Anais**. SEF, Brasília, 1994.
- _____. **Professor da pré-escola – vol. 1 e 2**. Brasília: 1995.
- _____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil – formação pessoal e social e conhecimento de mundo**. Brasília: 1998.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.
- CANDAU, V. M. **Didática, currículo e saberes escolares**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papyrus, 1991.

- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CASTORINA, José Antonio. **Psicologia genética**: aspectos metodológicos e implicações pedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- CASTRO, Amélia D. **Piaget e didática**. São Paulo: Saraiva, 1974.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1987.
- CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- COSTA, M. C. V. **Currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DEMO, Pedro. **Ciência, ideologia e poder**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Domenicus, 1966.
- _____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Cia Nacional de Letras, 1968.
- FERRETTI, C. J. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GADOTTI, M. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- _____. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1990.
- GALEANO, Eduardo. **Nós dizemos não**. Rio de Janeiro: Reva, 1991.
- GOLDFEDER, M. **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1995.
- GONZALES, M. **Fundamentos da tutoria em educação à distância**. São Paulo: São Paulo: Avercamp, 2005.
- HENGEMUHLE, A. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- HOFFMANN Jussara. **Avaliação**: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Campinas: Papyrus, 2003.
- LAJONQUIERE, L. **De Piaget a Freud**: para repensar as aprendizagens. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. Democratização da escola pública. São Paulo: Loyola, 1986.
- LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. Filosofia da educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARPEAU, J. **O processo educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MENESES, J. G. C.; MARTELLI, A. F. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. 2. ed. São Paulo: Thonson Pioneira, 2001.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Campinas: Papirus, 2000.
- MURAD, F.; LITWIN, E. **Educação à distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os transformadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão educacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- PERRENOUD, P. et al. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PERRENOUD, P; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PETEROSI, H. G.; MENESES, J. G. C. **Revisando o saber e o fazer docente**. São Paulo: Thonson Pioneira, 2004.
- PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.
- PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino médio**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1990.
- PRADO, M. E. B. B.; VALENTE, J. A; ALMEIDA, M. E. B. **Educação a distância via Internet**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- RICARDO, E. J. **Educação corporativa e educação à distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGS**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- RODRIGUES, S. B. P. **Espaço escolar e cidadania excluída**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Pauto: Cortez, 1983.
- SCREMIN, S. B. **Educação à distância: uma possibilidade na educação profissional básica**. Florianópolis, SC: Visual Books, 2002.
- SOUZA, N. M. M. **História da educação**. São Paulo: Avercamp, 2006.

- TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da educação**. Coleção Temas Básicos. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1995.
- TORRES, C. A. **Teoria crítica e sociologia política da educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- TORRES, C. A.; OLIVEIRA, L. L. **Política da educação não-formal na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TOSI, M. R. **Didática geral: um olhar para o futuro**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.
- _____. **Planejamento, programas e projetos**. Campinas: Alínea, 2001.
- VANNUCCHI, A. **Filosofia e ciências humanas**. 4. ed. São Paulo: São Paulo: Loyola, 2004.
- VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2001.
- VILLARDI, R.; OLIVEIRA, E. G. **Tecnologia na educação: uma perspectiva sócio-interacionista**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- VOLTOLINI, R. **Terceiro setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Senac SP, 2004.
- WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac SP, 2006.
- ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

XIX. ANEXOS

Anexo I: Regimento Interno.

REGIMENTO GERAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TÍTULO I DA FACULDADE E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO, com sede a Rua Nestor Gomes, 130, Centro, Vitória, Espírito Santo, CEP 29.015-150, é uma instituição particular de Ensino Superior, que tem como objetivo ministrar cursos Superiores na área de Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e econômicas seqüenciais, de graduação, pós-graduação e atividades de extensão, sendo mantida pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd - ISECUB, adiante apenas Mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Vitória (ES), inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.055.822/0001-68, registrada na forma da Lei.

Parágrafo Único. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO rege-se pelo presente Regimento, pela Legislação do Ensino Superior e pelo Contrato Social da Mantenedora.

Art. 2º. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO, como instituição educacional, tem por objetivos, nas áreas dos cursos que ministra:

I - promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a difusão das ciências, por meio do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo;

II - contribuir na formação de profissionais e especialistas nas diferentes áreas de conhecimento, habilitando-os para inserção nos setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação, visando ao desenvolvimento das ciências e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio;

IV - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados às comunidades, estabelecendo com elas uma relação de reciprocidade;

VI - adotar normas e regimentos baseados em princípios democráticos, não permitindo, no âmbito de suas atividades, campanhas ou atos isolados em desacordo com tais princípios, ainda que se revistam de caráter meramente filosófico;

VII - proporcionar ao estudante condições e meios para uma educação integral;

VIII – promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, por meio de publicações ou de outras formas de comunicação;

IX - aplicação da extensão como instrumento de formação de profissionais com vivência concreta da realidade da comunidade, mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante na solução de problemas a ela relacionados;

X - a criação das condições de especialização e aperfeiçoamento técnico-científico aos seus recursos humanos, sejam os docentes, sejam os profissionais da administração;

XI - assistência técnica profissional à comunidade local, regional e nacional, na forma de consulta, assessoria e prestação de serviços às instituições em assuntos vinculados à sua missão, aos seus objetivos e às suas atividades, enquanto instituição educadora que atua integrando o ensino, a extensão e a pesquisa.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

Dos órgãos e do seu funcionamento

Art. 3º. São Órgãos Colegiados da FACULDADE DE EDUCAÇÃO:

I – SUPERIORES

- a) Conselho Superior - CONSU;
- b) Diretoria Geral: Presidente da Mantenedora, Diretor Acadêmico, Diretor Administrativo;
- c) Coordenadoria de Curso e Colegiado.

II – BÁSICOS

- a) Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;
- b) Secretaria Geral.

Art. 4º. Os Órgãos Colegiados se referem ao Inciso I, do artigo anterior, aplicam-se às seguintes normas:

I - o Colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Regimento;

II - o Presidente do Colegiado Superior, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;

III - as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas, no Calendário Acadêmico, são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em casos de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;

IV - as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;

V – das reuniões é lavrada Ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;

VI - é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade, o comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado.

Parágrafo Único. As decisões do Conselho Superior podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, deliberações, portarias ou instruções normativas, a serem baixadas pelo Presidente da Mantenedora.

Art. 5º. O Conselho Superior - CONSU reúne-se, ordinariamente, uma vez, em cada semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Mantenedora ou a requerimento de dois terços dos respectivos membros, com pauta definida.

Art. 6º. O Presidente da Mantenedora pode pedir reexame das decisões tomadas pelo Colegiado Superior até quinze dias após a reunião, convocando o respectivo Colegiado, para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

§ 1º A rejeição ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros componentes do respectivo Colegiado.

§ 2º Da rejeição ao pedido, em matéria que envolva assunto econômico-financeiro, há recurso *ex officio* para a Mantenedora, dentro de dez dias, sendo a decisão desta considerada final sobre a matéria.

Seção I

Do Conselho Superior - CONSU

Art. 7º. O Conselho Superior, órgão máximo de deliberação da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, é constituído:

I - pelo Presidente da Mantenedora, seu presidente natural;

II – pelo Diretor Acadêmico;

III – pelo Diretor Administrativo;

IV – por, no mínimo, três Coordenadores de Curso de Graduação, escolhidos por seus pares;

V - por um representante do Corpo Docente;

VI - por um representante da comunidade, escolhido pelo Presidente da Mantenedora;

VII - por um representante da Mantenedora, por ela indicado;

VIII - por um representante do Corpo Administrativo;

IX - por um representante do Corpo Discente que tenha cursado pelo menos um período do Curso, indicado na forma da Lei.

§ 1º O mandato dos representantes previstos nos incisos IV a VII é de dois anos.

§ 2º O mandato do representante estudantil tem a duração de um ano, sem direito a recondução.

§ 3º Os ocupantes de cargos administrativos terão sua permanência assegurada por dois anos no Conselho Superior sujeita a uma recondução.

Art. 8º. Compete ao Conselho Superior - CONSU:

I - deliberar, em instância final, sobre a criação, organização e extinção de cursos seqüenciais, de graduação, pós-graduação, extensão e respectivas vagas;

II – deliberar sobre os currículos dos cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - aprovar planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística, cultural, atividades de extensão e estágio, regulamentando essas atividades;

IV - elaborar e reformar o seu Regimento em consonância com as normas gerais pertinentes;

V - regulamentar as atividades de todos os setores da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

VI - emitir parecer sobre contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pelo Presidente;

VII - aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

VIII - decidir sobre os recursos interpostos por decisões dos demais órgãos;

IX - deliberar sobre o relatório anual da Diretoria Geral;

X - aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

XI - emitir parecer sobre o Plano de Carreira Docente - PCD;

XII - deliberar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, das atividades de Ensino, Pesquisa, Estágio e Extensão;

XIII - decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

XIV - emitir parecer sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Mantenedora;

XV - deliberar sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos Seqüenciais, de Graduação e Pós-graduação;

XVI – emitir parecer sobre normas para ingresso, promoção e premiação de alunos;

XVII – pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aplicação de penalidades ou suspensão;

XVIII – aprovar o Calendário Acadêmico Anual;

XIX – disciplinar a realização do Processo Seletivo, para ingresso nos cursos Seqüenciais, de Graduação, Pós-graduação e Extensão;

XX – deliberar sobre aceleração de estudos de alunos que tenham extraordinário desempenho acadêmico, por meio de provas e outros instrumentos de avaliação;

XXI – aprovar normas complementares a este Regimento;

XXII – aprovar normas complementares para a organização e funcionamento das Coordenadorias de Cursos e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade;

XXIII - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento.

Parágrafo Único. As deliberações previstas nos incisos I, II, IV, XI, XII e XV dependem de autorização do Ministério da Educação para serem implementadas.

Seção II

Da Diretoria Geral

Art. 9.º A Diretoria Geral, exercida pelo Presidente da Mantenedora, Diretor Acadêmico e Diretor Administrativo, é o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

Parágrafo Único. Em sua ausência e impedimentos eventuais o Presidente da Mantenedora é substituído por um dos Diretores que compõem a Diretoria Geral.

Art. 10. Integram a Diretoria Geral, vinculados diretamente ao Presidente da Mantenedora, a Direção Acadêmica, a Direção Administrativa, a Secretaria Geral, a Biblioteca, a Divisão Pedagógica e outros órgãos suplementares ou de apoio técnico e administrativo.

Parágrafo Único. Cabe ao Presidente da Mantenedora fixar o regulamento dos setores que integram a Diretoria Geral.

Art. 11. O Diretor Acadêmico e o Diretor Administrativo são designados pela Mantenedora, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Único. O Presidente da Mantenedora pode delegar atribuições ao Diretor Acadêmico e Diretor Administrativo.

Art. 12. São atribuições da Diretoria Geral; Presidente da Mantenedora, Diretor Acadêmico e Diretor Administrativo.

I - superintender todas as funções e serviços da Faculdade – Presidente;

II - representar a FACULDADE DE EDUCAÇÃO perante as autoridades legislativas, acadêmicas e pedagógicas e às instituições de ensino – Diretor Acadêmico;

III - propor a criação de cursos de Graduação, Pós-graduação e Extensão, e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de pesquisa – Presidente;

IV - decidir sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula e transferência - Diretor Acadêmico;

V - supervisionar a avaliação institucional e pedagógica da FACULDADE DE EDUCAÇÃO - Diretor Acadêmico;

VI - convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior - Presidente;

VII - elaborar o plano anual de atividades, ouvidas as Coordenadorias de Cursos e Colegiados e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior – Diretor Acadêmico e Administrativo;

VIII - elaborar a proposta orçamentária – Diretor Administrativo;

IX - **elaborar o relatório anual das atividades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO e encaminhá-lo ao Órgão Federal Competente, depois de apreciado pelo Conselho – Diretor Acadêmico;**

X - conferir Graus, assinar Diplomas, Títulos e Certificados Escolares – Diretor Acadêmico;

XI - zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da IES, respondendo por abuso ou omissão – Diretor Acadêmico;

XII - propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo – Diretor Acadêmico e Diretor Administrativo;

XIII - promover as ações necessárias à autorização e reconhecimento de cursos, assim como as referentes à renovação do credenciamento da IES – Diretor Acadêmico;

XIV - designar os representantes junto aos Órgãos Colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, gerenciamento, coordenação, assessoramento ou consultoria - Presidente;

XV - deliberar sobre publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade - Diretor Acadêmico;

XVI – supervisionar a elaboração do Calendário Acadêmico anual, formulado pela Secretaria Geral, ouvidas as Coordenadorias de Cursos e Colegiados e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior - Diretor Acadêmico;

XVII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes - Diretor Acadêmico;

XVIII - homologar ou pedir reexame das decisões do Conselho Superior – Presidente;

XIX - estabelecer normas, complementares a este Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo - Diretor Acadêmico;

XX - resolver os casos omissos neste Regimento, *ad referendum* do Conselho Superior - Diretor Acadêmico;

XXI - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento - Diretor Acadêmico;

XXII - delegar competências - Presidente.

Seção III

Das Coordenadorias e Colegiados

Art. 13. Para o exercício de suas funções, a FACULDADE DE EDUCAÇÃO conta com as Coordenadorias e Colegiados:

I – de Cursos;

II – de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.

III – da CPA.

Art. 14. A Coordenadoria de Curso e Colegiado é a unidade pedagógica básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização didático-científica, sendo integrado pelo Coordenador de Curso, pelos Professores das disciplinas que compõem o currículo, bem como pela representatividade discente, podendo exercer suas atribuições com maioria simples, e pelo pessoal técnico-administrativo nela lotado.

Art. 15. A Coordenadoria de Curso e Colegiado é constituída pelos seguintes membros:

I - o Coordenador de Curso, que o preside;

II – Pelo Coordenador Adjunto, se for o caso;

III – Três representantes do Corpo Docente do Curso podendo exercer suas atribuições pela maioria simples;

IV - um representante do Corpo Discente, indicado pela forma da Lei, com mandato de um ano sem recondução.

Art. 16. O Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor Acadêmico, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzido a novo mandato.

Art. 17. Compete à Coordenadoria de Curso e Colegiado:

I - distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus Professores, respeitadas as especialidades;

II - deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III - emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa, estágio e de extensão que lhe forem apresentados, e sobre medidas para melhoria da qualidade dessas atividades, para decisão final do Conselho Superior;

IV - pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V – opinar sobre normas de trabalho de Trabalhos de Conclusão de Curso e supervisionar sua elaboração e apresentação;

VI – opinar sobre os projetos pedagógicos dos cursos Seqüenciais, de Graduação e Pós-graduação;

VII – emitir parecer sobre os aspectos didático-científicos que envolvem a prática acadêmica;

VIII – opinar sobre o plano e o calendário anual de atividades do curso, elaborado pelo Coordenador;

IX - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento.

Art. 18. São atribuições do Coordenador de Curso:

I - superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

II - convocar e presidir as reuniões da Coordenadoria de Curso e Colegiado ou Colegiado;

III - acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos Professores e Alunos;

IV - apresentar, anualmente, à Coordenadoria de Curso e Colegiado ou Colegiado e ao Diretor Acadêmico, relatório de suas atividades;

V - sugerir a contratação ou dispensa do Pessoal Docente e de Monitores;

VI - programar equipe de monitores para atuação junto aos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagens, deficientes físicos, auditivos e visuais e àqueles que não conseguirem bom desempenho no semestre antecedente (regime de dependência);

VII - encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

VIII - organizar e controlar as atividades acadêmicas, zelando pelo cumprimento do programa anual de trabalho da Faculdade;

IX - acompanhar a avaliação das atividades e projetos do Curso, realizadas pelo Pessoal Docente;

X – contribuir com a COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA no que se refere à Avaliação Institucional (docente e discente) do Curso sob sua coordenação;

XI - acompanhar a frequência, o comportamento e o desempenho discente, zelando pela educação do cidadão/aluno em cooperação com os Professores e demais profissionais que atuam na Faculdade;

XII - propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos seqüenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de estágio, de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

XIII – decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento e adaptações de estudos dos alunos;

XIV – opinar sobre o Calendário Acadêmico Anual, ouvida a Coordenadoria de Curso e Colegiado;

XV - delegar competências no âmbito do Curso;

XVI - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei, pelo Presidente da Mantenedora e neste Regimento.

Art. 19. A orientação dos cursos Seqüenciais, de Pós-graduação e de Extensão é exercida pela Coordenadoria de Curso e Colegiado que contiver maior número de disciplinas oferecidas à integralização desses cursos.

Parágrafo Único. O Diretor Acadêmico pode designar coordenador específico para cursos Seqüenciais ou de Pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Art. 20. A Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação é órgão composto por:

I – Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, que o preside;

II – pelos Docentes que desempenham projetos específicos no momento;

III – um representante do Corpo Discente, indicado na forma da Lei, com um ano de mandato, sem recondução.

§ 1º. O Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação é escolhido pelo Diretor Acadêmico, a partir das necessidades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

§ 2º. No interesse da excelência das atividades, plano e projetos em andamento na Faculdade, a Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão poderão ser exercidas em separado;

a) os Coordenadores de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, indicados pelo Diretor Acadêmico, terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º. Compete à Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação:

a) definir as linhas prioritárias das pesquisas que integram o Plano de Pesquisas da Instituição;

b) cumprir e zelar pelo cumprimento do Regulamento de Pesquisa da Instituição constante do Projeto Pedagógico Institucional da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

c) supervisionar o funcionamento dos cursos e projetos de extensão que integram o Plano de Extensão da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

d) zelar pelo cumprimento do Regulamento de Extensão constante do Projeto Pedagógico Institucional da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

e) elaborar, ouvida a Diretoria Geral, Projetos de Cursos de Pós-graduação *lato sensu*;

f) supervisionar e avaliar as atividades dos Cursos de Pós-graduação;

g) zelar pelo cumprimento do Regulamento de Pós-Graduação constante do PDI e do Projeto Pedagógico dos Cursos de Pós-graduação da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

TÍTULO III DA ATIVIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I Do ensino

Art. 21. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO ministra os seguintes cursos:

I - cursos Seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos no projeto específico;

II - de Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de Pós-graduação, compreendendo programas de especialização, aperfeiçoamento e outros abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação;

IV - de Extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso.

Parágrafo Único. Cabe ao Conselho Superior – CONSU, aprovar normas, via resoluções, quanto à organização curricular e demais aspectos relativos ao funcionamento dos cursos previstos neste artigo, atendida a legislação vigente neste Regimento.

Art. 22. O currículo dos cursos de Graduação é estabelecido pela FACULDADE DE EDUCAÇÃO, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais fixadas pelo MEC.

Parágrafo Único. O currículo e os demais aspectos necessários ao regulamento e funcionamento dos Cursos de Graduação são amplamente divulgados entre a Comunidade Acadêmica, devendo integrar o catálogo anual da FACULDADE DE EDUCAÇÃO agora disposto na página eletrônica da Instituição de acordo com a Portaria 2864/05.

CAPÍTULO II

Da Pesquisa

Art. 23. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO desenvolve, incentiva e apóia a Iniciação Científica e a Pesquisa, diretamente ou por meio da concessão de auxílio, para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal em nível de Pós-graduação, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance.

Art. 24. As atividades de Pesquisa são coordenadas por Professor designado pelo Diretor Acadêmico.

Art. 25. Cabe ao Conselho Superior – CONSU regulamentar as atividades de Iniciação Científica e de Pesquisa, nos aspectos relativos à organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à avaliação e divulgação.

CAPÍTULO III

Da Extensão

Art. 26. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO mantém atividades de Extensão, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e aperfeiçoamento pertinentes às áreas de atuação dos cursos oferecidos.

Art. 27. As atividades de Extensão são coordenadas por Professor designado pelo Diretor Acadêmico.

Parágrafo Único. Os Programas de Extensão podem ser coordenados pelo Coordenador do Curso ou por Professor, designado pelo Diretor Acadêmico.

Art. 28. Incumbe ao Conselho Superior – CONSU, regulamentar as atividades de extensão, nos aspectos relativos à organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à avaliação e divulgação.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I Do ano letivo

Art. 29. O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias, distribuídos em dois períodos letivos regulares, cada um com, no mínimo, cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

Parágrafo Único. O período letivo prolongar-se-á, sempre que necessário, para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ministradas nos Cursos de Graduação.

Art. 30. As atividades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO são programadas, anualmente, em Calendário ACADÊMICO, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas.

Art. 31. Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, pesquisa e extensão, extracurriculares ou curriculares, sendo que, para esses, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.

Art. 32. A Diretoria Geral da FACULDADE DE EDUCAÇÃO divulga, anualmente, as condições de oferta dos cursos e programas, mediante página eletrônica de acordo com a Portaria 2864/05, dele devendo constar, pelo menos, as seguintes informações:

I - relação de seus dirigentes, em todos os níveis acadêmico-administrativos, indicando titulação e/ou qualificação profissional e regime de trabalho;

II - relação nominal do Corpo Docente, indicando área de conhecimento, titulação, qualificação profissional e regime de trabalho;

III - descrição da Biblioteca, quanto ao acervo, por área de conhecimento, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

IV - descrição dos laboratórios instalados, por área de conhecimento a que se destinam, área física disponível e equipamentos instalados;

V - relação de computadores à disposição dos cursos e descrição das formas de acesso às redes de informação;

VI - número máximo de alunos por turma;

VII - relação de cursos reconhecidos, citando o ato legal de reconhecimento, e dos cursos em processo de reconhecimento, citando o ato legal de autorização;

VIII - conceitos obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando houver;

IX - valor corrente das mensalidades, por curso ou habilitação;

X - valor corrente das taxas de matrícula e outros encargos financeiros, a serem assumidos pelos alunos;

XI - formas de reajuste vigente para os encargos financeiros citados nos incisos IX e X.

Do processo seletivo

Art. 33. O ingresso nos cursos seqüenciais, de Graduação, de Pós-graduação, e de Extensão sob qualquer forma, é feito mediante processo de seleção, fixado pelo Conselho Superior - CONSU.

Art. 34. As inscrições para o processo seletivo são abertas em Edital emitido pelo Diretor Administrativo e Secretária Acadêmica, do qual devem constar os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

§ 1º. A divulgação do Edital, pela imprensa local e interna, pode ser feita de forma resumida, indicando, todavia, o local onde podem ser obtidas as demais informações, incluindo a página eletrônica da Instituição.

§ 2º. Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os efeitos dos mesmos sobre a orientação do Ensino Médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO III

Da matrícula

Art. 35. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação à FACULDADE DE EDUCAÇÃO, realiza-se em setor próprio, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, instruído o requerimento, com a documentação aprovada pelo Conselho Superior - CONSU.

Art. 36. O candidato classificado que não se apresentar para matrícula, dentro do prazo estabelecido, com todos os documentos exigidos, perde o direito à mesma.

§ 1º. Nenhuma justificativa pode eximir o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos, motivo pelo qual, no ato de inscrição, deve tomar ciência dessa obrigação.

§ 2º. O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no Edital.

Art. 37. A matrícula deve ser renovada nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

§ 1º. Ressalvado os casos previstos neste Regimento, a não renovação de matrícula, no prazo regulamentar, implica abandono do curso e desvinculação do aluno da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

§ 2º. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o contrato de prestação de serviços educacionais e o comprovante de pagamento ou isenção dos encargos educacionais, bem como de quitação de parcelas referentes ao semestre letivo anterior.

Art. 38. Na matrícula seriada, admite-se a dependência de, até, duas disciplinas, observada a compatibilidade de horários.

Art. 39. Ao aluno pode ser concedido trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos os estudos, manter a vinculação à FACULDADE DE EDUCAÇÃO e direito de renovação de matrícula, por período correspondente à metade daquele previsto para integralização do Curso.

Art. 40. Ocorrendo vaga, ao longo do Curso, pode ser concedida matrícula a aluno graduado ou transferido de Curso Superior de instituição congênera, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos do mesmo, ou curso afim, respeitada a Legislação em vigor e classificação em processo seletivo.

§ 1º. Na ocorrência de vagas, pode ser concedida matrícula avulsa, em disciplinas de curso de Graduação ou Pós-graduação, a alunos não regulares, que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo prévio, integrando ou não cursos seqüenciais.

§ 2º. A aceitação de transferência *ex-officio* está sujeita à existência de vagas.

Art. 41. A matrícula de graduados ou de transferidos está sujeita, ainda:

I - ao cumprimento dos prazos fixados no Calendário Acadêmico e em normas específicas emanadas dos órgãos colegiados;

II - a requerimento, instruído, no que couber, com a documentação exigida pelo Conselho Superior - CONSU, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas, com os conceitos ou notas obtidas.

Parágrafo Único. A documentação pertinente à transferência deve ser, necessariamente, original e pode ser fornecida ao interessado, sem necessariamente a obrigatoriedade de haver comunicação direta entre as instituições.

Art. 42. O aluno transferido, assim como o graduado, está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitando os estudos realizados, com aprovação, no curso de origem.

Parágrafo Único. O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas, pelas Coordenadorias de Cursos, observadas as seguintes e demais normas da legislação pertinente:

a) nenhuma disciplina, resultante de matéria das Diretrizes Curriculares, estabelecida pelo Órgão competente, pode ser dispensada ou substituída por outra;

b) as disciplinas, desdobradas de matérias das Diretrizes Curriculares, em que o aluno houver sido aprovado no curso de origem, são automaticamente reconhecidas, atribuindo-se-lhes as notas e carga horária obtidas no estabelecimento de origem, dispensando-o de qualquer adaptação e da suplementação de carga horária;

c) a verificação, para efeito do disposto na alínea “b”, esgota-se com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria;

d) disciplina complementar do currículo do curso de origem pode ser aproveitada, em substituição a congênere, da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, quando não for inferior a carga horária e, a critério da Coordenadoria do Curso, equivalentes os conteúdos formativos;

e) para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista no currículo das habilitações da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas e atividades;

f) o cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, é exigido para efeito de integralização curricular, em função de carga horária total obrigatória à expedição do Diploma.

Art. 43. Na elaboração dos planos de adaptação são observados os seguintes princípios gerais:

I - a adaptação deve ser processada mediante o cumprimento do plano especial de estudos, que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e de capacidade de aprendizagem do aluno;

II - quando forem prescritos no processo de adaptação de estudos complementares, podem estes ser realizados em regime de matrícula especial;

III - não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por Lei especial que lhes assegure a transferência, em qualquer época e independente da existência de vaga, salvo quanto às disciplinas, desdobradas de matérias das Diretrizes Curriculares, cursadas com aproveitamento;

IV - quando a transferência se processar durante o período letivo, são aproveitados conceitos, notas e frequência, obtidos pelo aluno, na instituição de origem, até a data em que se tenha desligado.

Art. 44. Em qualquer época, a requerimento do interessado, a FACULDADE DE EDUCAÇÃO concede transferência a aluno nela matriculado.

Parágrafo Único. Não é concedida a transferência de aluno que se encontre respondendo a inquérito administrativo, cumprindo penalidade disciplinar ou cursando o primeiro ou o último semestre do curso, exceto os casos previstos em Lei.

Art. 45. O aproveitamento de estudos pode ser concedido a qualquer aluno, mediante análise de seu histórico escolar e programas cursados com êxito, na forma prevista.

CAPÍTULO IV

Da avaliação do desempenho escolar

Art. 46. A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a freqüência e o aproveitamento.

Art. 47. A freqüência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

§ 1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha freqüência de, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas;

§ 2º. A verificação e o registro da freqüência são de responsabilidade do Professor, e seu controle, para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Geral.

Art. 48. Haverá em cada período letivo, obrigatoriamente, duas avaliações da aprendizagem (uma em cada UNIDADE / BIMESTRE) e uma prova final (PF), para os casos de não alcance de média ao longo do semestre;

§ 1º. Incumbirá ao Professor da disciplina a elaboração, aplicação e julgamento das avaliações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade;

§ 2º. O Professor, a seu critério, ou a critério do Coordenador do Curso, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extra-classe, que podem ser computados nas notas ou conceitos das avaliações parciais, nos limites definidos pela Coordenadoria de Curso e Colegiado.

Art. 49. A cada avaliação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a dez pontos, permitindo-se o fracionamento do inteiro em décimos.

§ 1º. Atribui-se nota zero ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela se utilizar de meio fraudulento;

§ 2º. O aluno que deixar de comparecer à avaliação na data fixada, poderá requerer prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o Calendário Acadêmico, desde que requerido no prazo de até setenta e duas (72) horas contadas da data em que ocorreu a falta. Deferida a solicitação, essa prova será aplicada ao final do bimestre em que ocorreu a falta e abrangerá toda a matéria dada no período;

§ 3º. Pode ser concedida revisão da nota atribuída à verificação de aproveitamento, quando requerida no prazo de três dias de sua divulgação;

§ 4º. O Professor responsável pela revisão da nota poderá mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão;

§ 5º. Não concordando com a decisão do Professor, o aluno, desde que justifique, poderá solicitar ao Coordenador de Curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de dois outros Professores do Curso e da mesma área disciplinar, se possível;

§ 6º. Se ambos concordarem em alterar a nota, essa decisão é a que prevalecerá, mas não havendo unanimidade, prevalecerá a nota atribuída pelo Professor da disciplina que avaliou a prova;

§ 7º. As datas de verificação de provas finais (PF) serão designadas pela Coordenadoria do Curso e Colegiado, constando do Calendário Acadêmico.

Art. 50. Em cada disciplina, a média aritmética obtida entre as notas dos trabalhos escolares realizados no período, calculada conforme indicada no Art. 48 deste Regimento, forma a média semestral da disciplina respectiva.

Art. 51. Atendida em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e demais atividades escolares, justifica aprovação na disciplina, desde que os casos sejam julgados pela Coordenadoria de Curso e Colegiado, a saber que:

I - independentemente de exame final, o aluno que obtiver média semestral, que é média aritmética das duas avaliações da aprendizagem referentes ao período letivo, igual ou superior a sete;

II - mediante prova final, o aluno que tendo obtido a média final (MF) igual ou superior a cinco;

III – entende-se por média final (MF) a média aritmética entre a média semestral (MS) e a prova final (PF).

§ 1º. O aluno poderá avançar para o período seguinte cumprindo até duas dependências;

§ 2º. No caso de não lograr êxito na dependência, o aluno deverá cumprir aquela(s) disciplina(s) nos semestres em que forem oferecidas.

Art. 52. Considerar-se-á reprovado o aluno que:

I - não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas da disciplina;

II – Não obtiver, na disciplina, média semestral (MS) igual ou superior a sete;

III - não obtiver, na disciplina, média final (MF) igual ou superior a cinco, após estudos de Recuperação.

Art. 53. O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas exigidas, repetirá a disciplina em regime de dependência.

Art. 54. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pela Coordenadoria de Curso e Colegiado, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a Legislação e normas vigentes.

CAPÍTULO V

Do regime especial

Art. 55. São merecedores de tratamento especial os alunos matriculados nos cursos Seqüenciais de Graduação, Pós-graduação ou Extensão, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por incapacidade física

relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novas modalidades.

Art. 56. O regime excepcional estende-se à mulher em estado de gravidez, a partir do nono mês de gestação, e, estende-se durante três ou quatro meses.

Parágrafo Único. Em casos excepcionais, comprovados mediante atestado médico, pode ser ampliado o período de repouso, antes e depois do parto.

Art. 57. A ausência às atividades escolares, durante o regime especial, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento de Professor, designado pelo Coordenador do Curso respectivo, realizados de acordo com o plano fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

Parágrafo único. Ao elaborar o plano de estudo, a que se refere este artigo, o Professor leva em conta a sua duração, para que a execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psicopedagógico de aprendizagem neste regime.

Art. 58. Os requerimentos relativos ao regime especial, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo firmado por Profissional legalmente habilitado.

Parágrafo Único. É da competência do Diretor Acadêmico, ouvida a Coordenadoria de Curso e Colegiado, a decisão nos pedidos de regime especial.

CAPÍTULO VI

Dos estágios supervisionados

Art. 59. O Estágio Supervisionado, legalmente integrante dos currículos dos Cursos Seqüenciais e de Graduação, consta de atividades de prática pré-profissional, exercida em situações simuladas de trabalho, sem vínculo empregatício.

Parágrafo Único. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio, prevista no Currículo do Curso, nela se podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

Art. 60. O Estágio Supervisionado é regulamentado pela Legislação em vigor e deverá ter um Programa Específico elaborado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo Único. As atividades de Estágio Supervisionado serão coordenadas por Professor da disciplina de prática profissional constante do Currículo dos Cursos.

CAPÍTULO VII

Dos trabalhos de conclusão de curso - TCC

Art. 61. O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Seqüencial - TCC, sob a forma de projeto de investigação científica, experimental ou bibliográfica, deve ser exigido como uma das condições para conclusão do Curso de Graduação e Seqüencial.

§ 1º. Cabe à Coordenadoria de Curso e Colegiado fixar as normas para a escolha do tema de acordo com as linhas de estudo em que os Professores Orientadores têm formação, a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho referido neste artigo, ouvida a Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;

§ 2º. As atividades do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Seqüencial serão coordenadas por Professor designado pelo Diretor Acadêmico, ouvido o Coordenador de Curso.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I

Do corpo docente

Art. 62. O Corpo Docente é constituído por todos os Professores da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

Art. 63. Os Professores são contratados pela Entidade Mantenedora, segundo o regime das Leis trabalhistas, na seguinte escala:

I - Professores Especialistas;

II - Professores Mestres;

III - Professores Doutores.

Parágrafo Único. A título eventual e por tempo estritamente determinado, a FACULDADE DE EDUCAÇÃO pode dispor da contratação de Professores visitantes ou colaboradores, aos quais ficam resguardados os direitos e deveres da Legislação trabalhista.

Art. 64. A admissão de Professor é feita mediante seleção procedida pelo Coordenador do Curso e homologada pelo Diretor Acadêmico da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, observados os seguintes critérios:

I - além da idoneidade moral do candidato são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada;

II - constitui requisito básico o Diploma de Graduação e Pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Parágrafo Único. Os demais critérios são os constantes do Plano de Carreira Docente e os fixados pelo MEC.

Art. 65. São atribuições do Professor:

I – conhecer o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso em que atue;

II - elaborar o Programa Pedagógico de Disciplina - PPD ou projetos de Atividades relacionadas à docência e à sua prática, submetendo-o à apreciação do Coordenador de Curso;

III - orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;

IV - registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;

V - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;

VI – fornecer à Secretaria Acadêmica e aos demais setores competentes, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pelo Calendário Acadêmico;

VII - observar o regime disciplinar da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

VIII - participar das reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

IX - comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção Acadêmica e seus Órgãos Colegiados;

X - responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;

XI - orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;

XIII - planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;

IVX - conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico;

XV - não defender idéias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem este Regimento e às leis;

XVI - comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da Coordenadoria de Curso e Colegiado ou do Diretor Acadêmico da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

XVII - elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;

XVIII - exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em Lei e neste Regimento.

Parágrafo Único. É obrigatória a freqüência dos Professores às aulas, atividades e programas aprovados pelos Órgãos Colegiados e Executivos da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

CAPÍTULO II

Do corpo docente

Art. 66. Constituem o Corpo Docente da FACULDADE DE EDUCAÇÃO os alunos regulares e os alunos especiais, duas categorias que se distinguem pela natureza dos cursos a que estão vinculados.

§ 1º. Aluno regular é o matriculado em Curso Sequencial, de Graduação e Pós-graduação.

§ 2º. Aluno especial é o inscrito em disciplinas isoladas nos Cursos Sequenciais e de Graduação.

Art. 67. São direitos e deveres dos membros do Corpo Docente:

I - cumprir o Calendário Acadêmico;

II - frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;

III - utilizar os serviços da Biblioteca, Laboratórios e outros serviços administrativos e técnicos oferecidos pela FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

IV - votar e poder ser votado nas eleições de representação estudantil;

V - observar o regime disciplinar e comportar-se, dentro e fora da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, de acordo com princípios éticos condizentes;

VI - zelar pelo patrimônio da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, colocado à disposição desta pela Mantenedora;

VII - efetuar o pagamento nos prazos fixados, dos encargos educacionais.

Art. 68. O Corpo Discente tem como Órgão de Representação o Representante de Turma, eleito por seus pares com eleição registrada em Ata, assistida e assinada por todos os alunos da turma.

Art. 69. Os alunos podem ainda, eleger um Vice-representante que poderá substituir o Representante de Turma quando este precisar se ausentar.

Art. 70. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada e aprovada pelo Conselho Superior - CONSU.

Art. 71. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO pode instituir monitoria, sendo os monitores selecionados pelo Coordenador de Curso e designados pelo Diretor Acadêmico .

Parágrafo único. No processo de seleção deve ser levado em consideração o rendimento satisfatório do candidato na disciplina ou área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO III

Do corpo técnico-administrativo

Art. 72. O Corpo Técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessário ao normal funcionamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

Art. 73. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

Art. 74. Os servidores não-docentes são contratados sob o regime da Legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento, no Estatuto da Mantenedora e nas demais normas expedidas pelo Conselho Superior - CONSU.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I Do regime disciplinar geral

Art. 75. O ato de matrícula de aluno e de investidura de profissional em cargo ou função docente ou técnico-administrativa, importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a Educação, à dignidade acadêmica, às normas contidas na Legislação de Ensino, neste Regimento e, complementarmente baixadas pelos Órgãos competentes e pelas Autoridades que deles emanam.

Art. 76. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1º. Na aplicação das sanções disciplinares é considerada gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- a)** primariedade do infrator;
- b)** dolo ou culpa;
- c)** valor do bem moral, cultural ou material atingido;

d) grau de autoridade ofendida.

§ 2º. Ao acusado é assegurado, sempre, o amplo direito de defesa;

§ 3º. **A aplicação a aluno, docente ou pessoal não-docente, de penalidade que implique afastamento temporário ou definitivo das atividades acadêmicas, é precedida de inquérito administrativo, mandado instaurar pela Diretoria Geral.**

§ 4º. Em caso de dano material ao patrimônio da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator está obrigado ao ressarcimento.

Art. 77. Os membros da Comunidade Acadêmica devem cooperar, ativamente, para o cumprimento da Legislação Educacional e deste Regimento, contribuindo para a manutenção da ordem disciplinar.

CAPÍTULO II

Do regime disciplinar do corpo docente

Art. 78. Os membros do Corpo Docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

I - advertência oral e sigilosa por negligência no exercício da função docente;

II - repreensão, por escrito, por falta de cumprimento dos deveres docentes;

III - suspensão, no caso de dolo ou culpa, na falta de cumprimento dos deveres, bem como na reincidência em falta punida com repreensão;

IV - dispensa por:

a) incompetência didático-científica;

b) ausência a vinte e cinco por cento ou mais das aulas e exercícios programados;

c) descumprimento do Programa da Disciplina a seu cargo;

- d) desídia no desempenho das respectivas atribuições;
- e) prática de ato incompatível com a ética, a moral e os bons costumes;
- f) reincidência nas faltas previstas no item III deste artigo;
- g) faltas previstas na Legislação pertinente.

§ 1º. São competentes para aplicação das penalidades:

- a) de advertência, o Coordenador do Curso;
- b) de repreensão e suspensão, o Diretor Acadêmico;
- c) de dispensa de Professor ou Pessoal não-docente, a Mantenedora, por proposta do Diretor Administrativo.

§ 2º. Da aplicação das penas de repreensão e suspensão, bem como de desligamento de Professor, cabe recurso, com efeito, suspensivo ao Conselho Superior - CONSU.

CAPÍTULO III

Do regime disciplinar do corpo discente

Art. 79. Os Discentes ficam sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I - advertência;
- II - repreensão;
- III - suspensão;
- IV - desligamento.

Parágrafo Único. A pena de suspensão implica a consignação de ausência do aluno durante o período em que perdurar a punição, ficando impedido de freqüentar as dependências da Faculdade.

Art. 80. Na aplicação de sanções disciplinares, são considerados os seguintes elementos:

I - primariedade do infrator;

II - dolo ou culpa;

III - valor e utilidade de bens atingidos;

IV - grau de autoridade ofendida.

Parágrafo Único. Conforme a gravidade da infração, as penas de suspensão e desligamento podem ser aplicadas independente da primariedade do infrator.

Art. 81. São competentes para aplicação das penalidades:

I - de advertência, o Coordenador do Curso;

II - de repreensão, suspensão e desligamento, o Diretor Acadêmico;

§ 1º. A aplicação de sanção, que implique desligamento das atividades acadêmicas, é precedida de processo disciplinar.

§ 2º. A comissão de processo disciplinar é formada de, no mínimo, três membros da Comunidade Acadêmica, sendo dois Professores e um funcionário não-docente, designados pelo Diretor Acadêmico.

§ 3º. A autoridade competente para a imposição de penalidade pode agir pelo critério da verdade sabida, nos casos em que o membro do Corpo Docente tiver sido apanhado em flagrante, pelo seu Professor ou outro Superior hierárquico, na prática de falta disciplinar e desde que a pena a ser aplicada seja de advertência, repreensão ou suspensão.

Art. 82. É cancelado o registro das sanções previstas neste Regimento se, no prazo de um ano da aplicação, o Discente não tiver incorrido em reincidência, nem mesmo genérica.

Art. 83. Ao aluno, cujo comportamento estiver sendo objeto de processo disciplinar, ou tiver interposto algum recurso, bem como o que estiver cumprindo alguma penalidade, não pode ser deferido pedido de transferência ou trancamento de matrícula, durante esse tempo.

Art. 84. As penas previstas neste Regimento são aplicadas da forma seguinte:

I - advertência, na presença de duas testemunhas:

a) por desrespeito a qualquer membro da Direção e Administração da FACULDADE DE EDUCAÇÃO ou da Mantenedora;

b) por perturbação da ordem no recinto da Faculdade;

c) por desobediência às determinações de qualquer membro do Corpo Docente, ou da Administração da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

d) por prejuízo material ao patrimônio da Mantenedora, da Faculdade ou das Salas de Aula além da obrigatoriedade de ressarcimento dos danos.

II - repreensão, por escrito:

a) na reincidência em qualquer dos itens anteriores;

b) por ofensa ou agressão a membros da comunidade acadêmica;

c) por injúria a qualquer membro da comunidade acadêmica;

d) por referências descorteses, desairosas ou desabonadoras a colegas, aos Dirigentes, Professores e Funcionários da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

III - suspensão:

a) na reincidência em qualquer dos itens anteriores;

b) por ofensa ou agressão grave a membro da Comunidade Acadêmica;

c) pelo uso de meio fraudulento nos atos escolares;

d) por aplicação de trotes a alunos novos, que importem em danos físicos ou morais, ou humilhação e vexames pessoais;

e) por arrancar, inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em Editais e avisos afixados pela Administração, no local próprio;

f) por desobediência a este Regimento ou Atos Normativos baixados pelo Órgão competente, ou a ordens emanadas pelos Diretores, Coordenadores ou Professores no exercício de suas funções.

IV - desligamento:

a) na reincidência em qualquer das alíneas do Inciso anterior;

b) por ofensa grave ou agressão aos Dirigentes, Autoridades e Funcionários da FACULDADE DE EDUCAÇÃO ou a qualquer membro do Corpo Docente e Discente, da Mantenedora ou Autoridades Constituídas;

c) por atos desonestos ou delitos sujeitos à ação penal;

d) por improbidade, considerada grave, na execução dos trabalhos acadêmicos, devidamente comprovada em processo disciplinar;

e) por aliciamento ou incitação à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação das atividades escolares ou participação neste movimento;

f) por participação em passeatas, desfiles, assembléias ou comícios que possam caracterizar calúnia, injúria ou difamação aos Dirigentes ou Integrantes da FACULDADE DE EDUCAÇÃO ou da Mantenedora ou perturbação do processo educacional.

Parágrafo Único. Havendo suspeita de prática de crime, a Diretoria Geral deve providenciar, desde logo, a comunicação do fato à Autoridade Policial competente.

Art. 85. O Diretor Acadêmico pode indeferir o pedido de renovação de matrícula ao aluno que, durante o período letivo anterior, tiver incorrido nas faltas a que se refere o artigo anterior, devidamente comprovadas.

CAPÍTULO IV

Do regime disciplinar do corpo técnico administrativo

Art. 86. Aos membros do Corpo Técnico-administrativo aplicam-se as penalidades previstas na Legislação trabalhista e, no que couber, o disposto no Capítulo II, deste Título.

§ 1º. A aplicação das penalidades é de competência do Diretor Administrativo, ressalvada a de dispensa ou rescisão contratual, de competência da Mantenedora, por proposta do Diretor Administrativo.

§ 2º. É vedado a membro do Corpo Técnico-administrativo fazer qualquer pronunciamento envolvendo responsabilidade da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, sem autorização do Diretor Administrativo desta.

TÍTULO VII

DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 87. Ao concluinte de Curso de Graduação, de Pós-graduação, e Seqüenciais de formação específica é conferido o respectivo Grau e expedido o Diploma correspondente.

Parágrafo Único: Ao Concluinte de Curso Seqüencial de Complementação de Estudos, de Pós-graduação, em níveis de Especialização ou Aperfeiçoamento, e de Extensão, é expedido Certificado.

Art. 88. Os Graus acadêmicos são conferidos pelo Diretor Acadêmico, em sessão conjunta, pública e solene, do Conselho Superior - CONSU, na qual os diplomados prestarão o compromisso de praxe.

Parágrafo Único. Ao concluinte que o requerer, o Grau pode ser conferido em ato simples, na presença de três Professores, em local e data determinados pelo Diretor Acadêmico.

Art. 89. À FACULDADE DE EDUCAÇÃO confere a seguinte dignidade:

I - Professor Emérito.

Parágrafo Único. Os títulos honoríficos, uma vez aprovados pelo Conselho Superior – CONSU são conferidos em sessão solene e pública daquele Colegiado, mediante entrega do respectivo Diploma.

TÍTULO VIII

DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E A FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Art. 90. A Mantenedora é responsável pela FACULDADE DE EDUCAÇÃO, perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbido-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica do Corpo Docente e Discente e a autoridade própria de seus Órgãos Deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Art. 91. Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes fatores humanos e recursos financeiros.

§ 1º. À Mantenedora reserva-se as administrações financeiras, contábeis e patrimoniais da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

§ 2º. Dependem de aprovação da Mantenedora:

a) o orçamento anual da FACULDADE DE EDUCAÇÃO;

b) a assinatura de convênios, contratos ou acordos;

c) as decisões dos Órgãos Colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita;

d) a admissão, punição ou dispensa de Pessoal Técnico-administrativo;

e) a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais;

f) alterações regimentais.

Art. 92. Compete à Mantenedora designar, na forma deste Regimento, o Diretor Acadêmico e o Diretor Administrativo, competindo-lhe, ainda, a contratação do Pessoal Docente e Técnico-administrativo da Faculdade.

Parágrafo Único. Cabe ao Presidente da Mantenedora a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de Direção, Gerenciamento, Coordenação ou Assessoramento.

TÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 93. Salvo disposição em contrário, o prazo para interposição de recursos é de seis dias letivos, contado da data da divulgação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 94. Os encargos educacionais, referentes às mensalidades, taxas e demais contribuições escolares, são fixados e arrecadados pela Mantenedora, atendida a Legislação vigente.

Parágrafo Único. As relações entre o Aluno, a Faculdade e sua Mantenedora, no que se refere à prestação de serviços educacionais, são disciplinadas em Contrato, assinado entre o Aluno ou seu Responsável Legal e a Mantenedora, obedecidos este Regimento e a Legislação pertinente.

Art. 95. Este Regimento só pode ser alterado com a aprovação de dois terços dos membros do Conselho Superior – CONSU e essa alteração só se efetiva após aprovação do Órgão Federal competente - MEC.

§ 1º. As alterações ou reformas do Regimento são de iniciativa do Diretor Acadêmico ou mediante proposta fundamentada de dois terços dos membros do Conselho Superior - CONSU.

§ 2º. As alterações ou reformas do Currículo de Curso de Graduação, da avaliação do processo ensino-aprendizagem ou do regime escolar somente podem ser aplicadas no período letivo seguinte à data da sua aprovação.

Art. 96. Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo MEC.

Vitória (ES), 14 de dezembro de 2007.

Anexo II: REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICO E CULTURAL.

RESOLUÇÃO 001/2008

O CONSELHO SUPERIOR - CONSU da FDE no uso de suas atribuições vem por meio desta apresentar **A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICO E CULTURAL DO CURSO DE LICENCIATURA DE PEDAGOGIA.**

Esta regulamentação está em consonância com a implementação das **Alterações Curriculares (2003/1)**, ao **CURSO DE PEDAGOGIA** já adequada à **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB** (Lei 9394 de 20/12/1996), nos seguintes termos:

Art. 1º - Respeitada a legislação vigente, ficam regulamentadas as Atividades Acadêmicas, Científico e Cultural da Faculdade de Educação - ISECUB com atribuição de créditos que contemplam o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante regularmente matriculado, através de estudos e práticas independentes, presenciais.

§1º - Os créditos a que se refere o *caput* deste artigo devem corresponder à modalidade de atividade curricular prevista para os curso de Licenciatura de Pedagogia.

§2º - O total de créditos atribuídos às Atividades Acadêmicas, Científico e Cultural **não será inferior ao número de 8 (oito)**, não podendo exceder a 10% do total de créditos do curso.

§3º - Para os alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia serão exigidas 120 horas de Atividades Complementares.

Art. 2º - À Coordenação Acadêmica do Curso caberá implementar, coordenar e administrar o desenvolvimento de Atividades Complementares, de acordo com as especificidades do curso.

§1º - As propostas, os projetos e/ou relatórios de Atividades Complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia da FDE-ISECUB deverão ser apresentadas pelo aluno à Coordenação Acadêmica do curso, acompanhados de documentação comprobatória, obedecido o prazo estabelecido pela mesma.

§2º - O parecer do Conselho Superior - CONSU deverá contemplar:

- a) o mérito acadêmico para o aluno e para o curso;
- b) o item desta regulamentação em que se enquadra o pedido;
- c) o tempo de duração da atividade;
- d) o número de horas concedidos.

Art. 3º - Poderão ser consideradas Atividades Complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia da FDE-ISECUB (vide a seguir):

Regulamentação da AACC do curso de Licenciatura em Pedagogia da FDE-ISECUB

ATIVIDADE TIPO	CRÉDITOS
1 – Voluntário de extensão da FDE com o devido registro na Coordenação Acadêmica da FDE.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 60 horas de atividades.

2 – Participação em comissão coordenadora ou executora de evento de extensão isolado, devidamente registrada na Coordenação Acadêmica da FDE.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 60 horas de atividades.
3 – Iniciação Científica realizada no âmbito da FDE com o devido registro na Coordenação Acadêmica da FDE.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 60 horas de atividades.
4 – Monitoria em disciplinas da FDE, afetas a seu currículo, com a devida comprovação da Coordenação Acadêmica da FDE. ou do professor responsável e registro pela Secretaria Acadêmica da FDE	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 60 horas de atividades.
5 – Representação discente junto a órgãos da FDE, com comprovação de, no mínimo, 75% de participação efetiva.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
6 – Participação – como agente passivo – em cursos, seminários e demais atividades de extensão universitária organizadas pela FDE com carga horária definida e que incluam avaliação de frequência e de desempenho.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
7 – Disciplinas eletivas, quando excedentes ao número de créditos eletivos exigidos pelo Curso, cursadas com aproveitamento.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
8 – Disciplinas obrigatórias alternativas excedentes às exigidas pelo currículo, cursadas com aproveitamento.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
9 – Disciplinas adicionais cursadas com aproveitamento.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
10 – Disciplinas de outros cursos (de outras IES) cursadas com aproveitamento (inclusive cursos de pós-graduação).	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 15 horas de atividades.
11 – Estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela FDE.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 240 horas de atividades.
12 – Participação efetiva e comprovada em semanas acadêmicas, programas de treinamento, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, atividades artísticas, promovidos pela FDE e registrados na Coordenação Acadêmica.	Será atribuído 01(um) crédito a cada 30 horas de atividades.
13 – Participação efetiva e comprovada em semanas acadêmicas, programas de treinamento, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, atividades artísticas, promovidos por outras IES ou por órgão público, conselho ou associação de classe.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 30 horas de atividades.
14 – Apresentação de trabalhos em eventos de natureza acadêmica.	Será atribuído 01 (um) crédito por apresentação.
15 – Participação em cursos financiados pelo próprio aluno em estabelecimentos de ensino de línguas no exterior, com o devido registro de aproveitamento e de frequência.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada 30 horas.
16 – Publicação de artigos e estudos em periódicos científicos, revistas especializadas e jornais.	Será atribuído 01 (um) crédito por publicação.

17 – Participação em viagens de estudo para o exterior organizadas pela FDE, ou por outra IES.	Será atribuído 01 (um) crédito a cada dia de atividades nas instituições visitadas.
18 – Outras atividades propostas pelo discente, em qualquer campo do conhecimento afim ao universo acadêmico, sujeitas à avaliação da Coordenação Acadêmica quanto ao mérito para o discente e para o curso e ao tempo de duração.	A ser definido de acordo com a atividade avaliada.

§1º - Individualmente, qualquer das atividades fica limitada a, no máximo, 1/3 (um terço) do total, em número de créditos, das Atividades -Acadêmico-Científico-Culturais - AACC.

Art. 4º - A concessão de créditos para as Atividades-Acadêmico-Científico-Culturais - AACC no curso de Licenciatura em Pedagogia realizadas pelo aluno será retroativa a 13 de março de 2002, quando da publicação das diretrizes curriculares pelo MEC, conforme Resolução do CNE/CES nº 14, da mesma data.

Art. 5º - Esta Resolução terá validade para todos os alunos ingressantes no curso de Licenciatura de Pedagogia a partir de 2007/1.

Casos específicos e omissos estão sujeitos a avaliação e deliberação do Conselho Superior - CONSU, conforme rege a legislação e fundamenta Plano Pedagógico do Curso de Licenciatura de Pedagogia.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Vitória- ES, __ de __ de 2008.

Prof. _____

Presidente do CONSU da FDE

Anexo III: Disciplinas Optativas da ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CUMPRIDA A PARTIR DE 2003/1 ATÉ 2010/2

REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o oferecimento, a matrícula nas disciplinas optativas, o aproveitamento e a validação do núcleo flexível da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FDE_ISECUB, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau.

Art. 2º O Núcleo Flexível do Curso de Administração compreende disciplinas optativas e atividades complementares.

CAPÍTULO II

DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Art. 3º Para integralizar o currículo do curso, o aluno deve cursar 03 disciplinas optativas de 04 créditos, sugeridas na matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, e 02 disciplinas optativas livres, totalizando uma carga horária de 280 horas/aula, equivalentes a 20 créditos.

§ 1º Nas disciplinas optativas livres (120 horas/aula e 8 créditos), o acadêmico poderá propor à apreciação da Coordenação do Curso de afins à área de Administração, ofertadas em cursos de graduação ou por departamentos da FDE_ISECUB.

§ 2º A oferta de disciplinas optativas sugeridas na matriz curricular do curso, aprovados pelo Colegiado de Curso, quando não oferecidas em outros cursos, somente ocorrerão se tiverem, no mínimo, 20 alunos matriculados.

Art. 4º Quando da oferta das disciplinas optativas listadas na matriz curricular do curso, os alunos devem manifestar à Coordenação do Curso, no semestre anterior ao oferecimento, sua intenção em cursar determinada disciplina optativa.

§ 1º A Coordenação do Curso seleciona as disciplinas a serem oferecidas, de acordo com o número de interessados, e comunica aos departamentos para que providenciem a indicação de docentes qualificados.

§ 2º Não completando o número mínimo de vinte alunos, podem os matriculados optar por outra disciplina ou cancelar a matrícula.

Art. 5º Embora constando seu oferecimento em semestres específicos na grade curricular, as disciplinas optativas podem ser cursadas em qualquer fase do Curso, desde que cumpridos os pré-requisitos.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º O acadêmico deve comprovar sua participação em atividades complementares, previamente autorizadas ou validadas pelo Coordenador do Curso, num total de 180 horas-aula (12 créditos).

Parágrafo único. A validação das horas-aula e a comunicação à secretaria geral da UNISC, para fins de lançamento no histórico escolar, são de competência da Coordenação do Curso, que pode ser assessorado pelo Colegiado de Curso no exame de cada caso.

Art. 7º As atividades complementares, realizadas enquanto aluno do curso, devem estar vinculadas aos objetivos do Curso e ao perfil do egresso do curso de Administração.

Art. 8º As atividades complementares, com respectiva carga horária, são contabilizadas conforme grade anexa, que é parte integrante deste Regulamento.

Art. 9º Cumpre ao Colegiado de Curso, mediante requerimento do aluno, aproveitar atividades complementares não previstas no quadro, bem como atribuir a respectiva carga horária a ser aproveitada.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.10. Compete ao Colegiado Superior da FDE-ISECUB dirimir dúvidas em relação a este regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 11. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Superior – CONSU em reunião do dia 12 de setembro de 2000, alterado em reunião do dia 19 de junho de 2007 e alterado pelo CONSU de 25 de setembro de 2007.

Anexo

1 - Atividades de Ensino - Disciplinas Eletivas	Comprovação	Carga horária
Disciplinas eletivas	Histórico Escolar ou Atestado fornecido pela IES	Até 180 horas
2 - Outras Atividades de ensino	Comprovação	Carga horária
Cursos de certificação (aperfeiçoamento, complementação ou outros afins)	Certificado da entidade	Até 120 horas
Cursos de língua estrangeira	Certificado de conclusão acompanhado do conteúdo programático (cada 2 horas aproveitam 1 hora nas atividades complementares).	Até 120 horas
Assistência de bancas de estágios, dissertações ou teses, na área de Pedagogia.	Certificado fornecido pela IES	Até 60 horas
3 - Atividades de Extensão	Comprovação	Carga horária
Monitoria, bolsa ou projeto de extensão	Atestado da IES (cada participação equivale a 30 horas)	Até 120 horas
Monitoria voluntária	Atestado da IES (cada participação equivale a 30 horas)	Até 60 horas
Participação em eventos de acadêmica e profissional como: palestras, seminários, oficinas, congressos, simpósios, workshops e similares.	Certificado da entidade promotora indicando o número de horas	Até 60 horas
Representação estudantil e/ou representação discente em reuniões de Colegiados da FDE-ISECUB.	Cópia das atas das reuniões (1 hora por reunião)	Até 30 horas
Estágios não-obrigatórios desenvolvidos em entidades conveniadas com a FDE-ISECUB.	Atestado fornecido pela entidade conveniada (cada 2 horas aproveitam 1 hora nas atividades complementares)	Até 90 horas
Participação em projetos de Eventos da FDE-ISECUB.	Certificado (cada projeto equivale a 10 horas)	Até 60 horas
Ações comunitárias institucionais e similares	Certificado de realização (1 hora por atividade)	Até 30 horas
4 - Atividades de Pesquisa	Comprovação	Carga horária
Apresentação de trabalhos científicos em eventos acadêmicos	Certificado (10 horas por trabalho)	Até 60 horas
Publicações em periódicos científicos e capítulos de livros	Exemplar da publicação (30 horas por artigo ou capítulo)	Até 60 horas
Projetos de pesquisa: monitoria ou bolsa	Atestado da IES (1 hora para cada 10 horas destinadas ao projeto)	Até 120 horas
Iniciação científica voluntária	Atestado de realização (10 horas)	Até 60 horas
Artigos de revistas ou anais de eventos nacionais e internacionais	Cópia da publicação (10 horas por trabalho)	Até 60 horas
Monografias em concursos	Certificado da entidade (10 horas por trabalho)	Até 30 horas

Anexo IV: Ementas para disciplinas Complementares Eletivas

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES					
Objetivo: Complementar e enriquecer a formação acadêmica e científica do aluno oferecendo maior aprofundamento conceitual e permitindo ao aluno a construção teórica que fundamentará um maior conhecimento na sua formação.					
OBSERVAÇÕES					
Os objetivos de cada disciplina optativa, bem como sua relação com as demais disciplinas do currículo-pleno, deverão estar especificados na proposta curricular.					

Disciplinas Optativas oferecidas

TURMA A	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP1	40	Psicologia da Aprendizagem			
EMENTA: Fundamentos psicológicos concernentes ao processo de constituição do conhecimento. Relações sociais e afetivas. Implicações educacionais. A práxis pedagógica e a compreensão do comportamento humano.					
OP1	40	Ética e Diversidade:	5ª. Feira		
EMENTA: O princípio do respeito à diversidade como pressuposto ético essencial para a atuação docente. A escola que se pretende democrática e inclusiva. O educador diante das metodologias de ensino e o respeito à diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural e socioeconômica presentes no cotidiano escolar.					
OP1	40	Folclore Regional e Nacional	4ª. Feira		
EMENTA: Iniciação ao estudo de matrizes de movimento de danças brasileiras de raízes populares, tradicionais e religiosas. Utilização de recursos específicos da dança na compreensão e expressão desse vocabulário. Análise e releitura cênica de uma manifestação específica.					
OP1	40	Relações Humanas na Escola			
EMENTA.: Estudo crítico do comportamento humano nas organizações educacionais. Características da mentalidade burocrática. Condicionantes estruturais para a gestão proativa de equipes multifuncionais na educação. Gestão por competência e desenvolvimento de pessoas.					

TURMA B	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP2	40	Educação da Criança de 0 a 6 anos	3ª. Feira		
EMENTA.: Infância, políticas educacionais e ação educativa. Creche e pré-escola: lugar social da infância. Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Identidade pedagógica: educar e cuidar das crianças de 0 a 6 anos. Projeto educativo, saberes e práticas na educação infantil.					
OP2	40	Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano	3ª. Feira 19:00-22:10		
EMENTA. Estudo dos processos de desenvolvimento e aquisição da linguagem escrita na criança: aspectos sócio históricos e psicopedagógicos. Estudo do viver cultural e social como expressões e linguagens da arte e da ciência.					
OP2	40	Práticas de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	3ª. Feira		
EMENTA: Perspectiva interdisciplinar nas séries iniciais do ensino fundamental. Planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino. Aspectos da atividade docente na comunidade escolar. Levantamento e estudo de hipóteses explicativas de fenômenos do processo educativo; exame de alternativas de solução. Reflexão sobre "ser educador" e a tomada de posição no enfrentamento da realidade pedagógica.					

TURMA C	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP3	40	Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio	5ª. Feira 19:00-22:10		
EMENTA: Estudo crítico dos pressupostos e metas da estrutura e funcionamento do ensino médio. Legislação aplicada ao ensino médio.					
OP3	40	Língua(gem), poder e práticas educacionais	5ª. Feira 19:00-22:10		
EMENTA: História da Língua Portuguesa: origem, formação, expansão e contribuições para o léxico português. Língua, linguagem e fala: conceitos e relações. Signo linguístico. A importância do ensino da Língua Portuguesa. 50 anos de Ensino da Língua Portuguesa. O Ensino da Língua Portuguesa nas Escolas. Possibilidades do Uso da Informática no ensino da Língua Portuguesa. Artigo "Uma Experiência Gratificante do Ensino da Língua Portuguesa". Reformulação do método do ensino de Língua Portuguesa. Tipologia de textos. Língua Escrita – para além do ensino, uma questão de mentalidade. Refletindo sobre a Linguagem. Ensino de Língua Portuguesa: trabalho-conhecimento-cidadania. A Língua na Mídia.					
OP3	40	Literatura e Educação	3ª. Feira 19:00-22:10		
EMENTA: A linguagem humana, pensamento e cultura. A arte e a literatura. Gêneros literários. Implicações do livro e dos diferentes portadores de textos para o trabalho com leitura e literatura para a criança e o adolescente. Elementos estruturais da narrativa e do poema. Literatura Infantil: origem, evolução, fantasia, realidade, funções, características e personagens. A poesia, o folclore e a história da literatura. O conto de fadas tradicional e moderno. Critérios de seleção de textos e livros. Atualização bibliográfica: teórica e literária.					
OP3	40	Pensamento Histórico e Educação:	5ª. Feira 19:00-22:10		
EMENTA: Reflexão conceitual de "pensamento histórico" e "educação". Relação contextualizada entre o pensamento histórico e a educação. Reflexão sobre a prática das instituições escolares particulares e públicas acerca da relação entre pensamento histórico e educação no contexto material da sociedade brasileira; construção do estado da arte.					

TURMA D	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP4	40	Arte na Educação			
EMENTA: Estudo sobre as formas artísticas e as técnicas utilizadas na Arte-Educação como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e para a educação estética, seu papel no desenvolvimento do ser humano e as implicações para a prática educativa. Atividades e recursos adequados a diferentes idades e contextos escolares.					
OP4	40	Dificuldades de Aprendizagem			
EMENTA: Padrões evolutivos normais e patológicos da motricidade, percepção, atenção, memória, pensamento e linguagem e sua relação com a aprendizagem. Impacto produzido pelas representações sociais e seus dispositivos na dinâmica emocional das comunicações intra e extrafamiliares. Fatores envolvidos: biológicos, psicológicos, familiares, pedagógicos, e sociais. Percepção da dificuldade de aprendizagem e postura do educador. O atendimento à criança/ao adolescente com dificuldades escolares: trabalho com a família e a escola.					
OP4	40	Educação Comparada			
EMENTA: Sistemas educacionais dos diversos povos em tempos diferentes: comparação e crítica. Tendências históricas e atuais do desenvolvimento da educação no Brasil.					

TURMA E	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP5	40	Educação e Tecnologias Contemporâneas			
EMENTA: Utilização das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Enfoque teórico-prático sobre o uso do computador e da tecnologia digital na educação. As implicações pedagógicas e sociais desse uso. Elaboração de material audiovisual.					
OP5	40	Educação Física e Recreação			
EMENTA: Exercícios de imitação e dramatização para crianças. Rodas e brinquedos cantados. Exercícios educativos, aplicações. Exercícios naturais. Exercícios corretivos. Recreação: fundamentos da atividade recreativa. Iniciação aos jogos.					
OP5	40	Educação não Formal			
EMENTA: Natureza dos processos de educação não formal, do ponto de vista teórico e histórico-conjuntural. Estratégias pedagógicas utilizadas pelos agentes mediadores desses processos no desenvolvimento de seus trabalhos. Atividades formais desenvolvidas por outras instituições sociais: associações de classe, de gênero, de etnia, igreja, sindicato e outras.					

TURMA F	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP6	40	Planejamento e Administração Escolar			
EMENTA: Fundamentos sociais e políticos das teorias clássicas e modernas de gestão. Análise das práticas de adaptação destas teorias à chamada gestão escolar/administração escolar e as reflexões sobre o estado da arte nesta área.					
OP6	40	Temas Transversais em Educação			
EMENTA: Disciplina temática aberta a qualquer tópico emergente em educação. Os objetivos, ementa, conteúdos programáticos, metodologia e bibliografia serão elaborados para cada tópico escolhido, o qual poderá pertencer a qualquer campo do saber pedagógico.					

TURMA G	CH	DISCIPLINA	DIA HORÁRIO	SALA	PROFESSOR (A)
OP7	40	Ensino a Distância			
EMENTA: Conceito de ensino a distância, características gerais, funções essenciais e legislação pertinente. As bases teóricas do ensino a distância e seu funcionamento didático instrucional. Contribuições do ensino a distância para o processo de mudança social. A organização e administração do ensino a distância e as relações custo-benefício.					
OP7	40	Arte e Educação			
EMENTA: Estudo sobre as formas artísticas e as técnicas utilizadas na Arte-Educação como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e para a educação estética, seu papel no desenvolvimento do ser humano e as implicações para a prática educativa. Atividades e recursos adequados a diferentes idades e contextos escolares.					

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I
Objetivo: Conhecer a contextualização histórica dos trabalhos de projetos e sua importância para a formação do educando num mundo globalizado.
EMENTA - Contextualização histórica de concepções de ensino interdisciplinar, enfatizando os projetos de trabalhos e a necessidade de transformar e escola em tempos de globalização.
Bibliografia Básica
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. ISBN: 85-219-0014-7
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Monteserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. ISBN: 85-7307-366-7
HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação – os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998. ISBN: 85-7307-440-x
Bibliografia Complementar
FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade; Qual sentido? São Paulo: Paulus, 2003.
FAZENDA, Ivani. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. 5ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. ISBN: 85-15-00506-9
SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: ArtMed, 1998. ISBN: 85-7307-313-3

5: SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES II – 60h.
Objetivo: Desenvolver conhecimentos, atitudes e práticas que possibilitem aos alunos a construção de uma postura interdisciplinar e pesquisadora.
EMENTA - Problemas educacionais contemporâneas: análise decorrente de novas teorias e práticas pedagógicas. Atualidades da pesquisa em Educação.
Bibliografia Básica
COSTA, M.V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.
DEMO, P. Educar pela pesquisa: uma abordagem para o desenvolvimento. São Paulo: Autores Associados, 1997. ISBN: 85-85701-21-8
FAZENDA I. Práticas Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001. ISBN: 85-249-0322-8
Bibliografia Complementar
ARANHA M. L.A. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. ISBN: 85-16-00393-0
BARROS A. J. P. LEHFELD N.A.S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo, 1996.
DAVIS C., OLIVEIRA Z. Psicologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.
OLIVEIRA J. B. A. Tecnologia Educacional: teorias da instrução. Petrópolis: Vozes, 1984.
MORINE. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo. Cortez, 2004. ISBN: 85-249-0741-x

Disciplina: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Compreender e refletir criticamente sobre a organização do ensino a distância e sua legislação. • Possibilitar a discussão sobre as perspectivas do ensino a distância. • Viabilizar a reflexão sobre a importância do ensino a distância no contexto da educação atual.
EMENTA - Conceito de ensino a distância, características gerais, funções essenciais e legislação pertinente. As bases teóricas do ensino a distância e seu funcionamento didático instrucional. Contribuições do ensino a distância para o processo de mudança social. A organização e administração do ensino a distância e as relações custo-benefício.
Bibliografia Básica
MORAES, Maria Cândida (org.). Educação a Distância Fundamentos e Práticas. Campinas, Unicamp, 1995.
LITWIN, Lynn, org. Educação a Distância. Temas para o Debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001. ISBN: 85-7307-805-7
BRASIL, Educação a Distância. Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1996
Bibliografia Complementar

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. ISBN: 85-86584-34-7
.BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 1999. ISBN: 85-85701-77-3
LOBO, Francisco S. Educação a Distância: regulamentação. Brasília: Plano, 2000.
LOYOLLA, W.P.D. e PRATES, M. Educação a distância,
www.ffclrp.usp.br/disciplinas/pedagogia-inicioem2005/5941053

Disciplina: ARTE E EDUCAÇÃO – 40h.

Objetivo: Oportunizar o acesso à Arte como linguagem expressiva e forma de conhecimento, oferecendo aos alunos condições para que compreenda o que ocorre no plano da expressão e no plano do significado ao interagir com as Artes,

Bibliografia Básica

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis (RJ):, Vozes, 1997.
BUORO. O olha em construção: uma aprendizagem de ensino e aprendizagem da arte na escola.
Barbosa, Ana Mae. *Inquietações e mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

Barbosa. Arte Educação no Brasil.
Duarte Jr, J. F. *Fundamentos estéticos da educação*. São Paulo: Papirus, 1988.
PCN. *Parâmetros Curriculares Nacionais: arte*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
FUSARI. Arte na educação escolar.
Stainback, Susan. Stainback, Willian. *Inclusão, um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Disciplina: RELAÇÕES HUMANAS NA ESCOLA– 40h.

Objetivo: Refletir sobre as relações humanas buscando, para isso, discutir seu desenvolvimento no trabalho em equipe na escola.

EMENTA - Estudo crítico do comportamento nas organizações educacionais. Gestão por competência e desenvolvimento de pessoas. Identificação e análise das relações nos pequenos grupos.

Bibliografia Básica

ALARCÃO, I. Gerir uma escola reflexiva. In: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. SP: Cortez, 2003.
FREIRE, Paulo. A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1993.
MENDES, C. B. Dinâmicas de grupo. RJ: FIS, 2000.
O trabalho na escola. In: BRITO, J.; ATHAIDE, M.; NEVES, M. Y. (Orgs.). Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas. João Pessoa: UFPB, 2003.
RAMOS, Cosete. A qualidade em cada pessoa/indivíduo da escola. In: RAMOS, Cosete. *Pedagogia da qualidade total*. RJ: Qualiymark, 1994.
YUNES, Alberto Wagner. Reengenharia de pessoas. O Globo, São Paulo, p.12, 27 out. 1996.
WEIL, P. Relações humanas na família e no trabalho. Petrópolis, RJ; Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar

A escola: In: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. AP: Saraiva, 2001.
Escola das relações humanas. Disponível em: <www.professorcezar.adm.br>. Disponível em: 19 set. 2005.
GERLIN, M. N. M. A utilização da biblioterapia como recurso no cotidiano da escola. 2001. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Faculdades Integradas de Vitória, Saberes Instituto de Ensino, Espírito Santo, Vitória, 2001.
KASTRUP, V. A invenção de si e do mundo. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
Psicologia institucional e processo grupal: In: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. AP: Saraiva, 2001.
WITTMANN, L. C. A gestão compartilhada na escola. Disponível em: <www.ufpe.br/daepe/revista>. Acesso em: 19 set. 2005.

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO

Objetivo: Proporcionar uma experiência que possa vir a lhes facilitar o futuro ingresso no mercado, seja como licenciados ou bacharéis; Contribuir no desenvolvimento da capacidade

científica, política, filosófica e criativa na área de conhecimento, desenvolver competências e habilidades individuais e coletivas e educando para cidadania, capaz de história própria. Contribuir para uma formação humanística aliada ao domínio das técnicas de diagnóstico, planejamento, execução, controle e avaliação relacionados ao tipo de aprofundamento escolhido na área de Educação Física.

EMENTA - Grandes temas em debate. Relação entre a Educação Física e o conhecimento científico. Educação Física e: educação, esportes e atividade física. Educação Física e Esportes enquanto fenômenos culturais da sociedade moderna. A sociedade industrial e a construção do conceito de tempo livre. Análise do pensamento historiográfico na Educação Física e nos esportes no Brasil. Estudo da Educação Física e dos esportes face às políticas governamentais. Estudo da estruturação das Instituições formadoras dos profissionais em Educação Física e esportes. Estudo da categoria profissional, seu processo organizativo, suas entidades, suas formas de luta: análise e perspectiva.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Paulo Nunes, Dinâmica Lúdica: Técnicas e Jogos Pedagógicos São Paulo, Loyola.
CAVALLARI, Vinicius Ricardo. ZACHARIAS, Vany, Trabalhando com Recreação São Paulo, Ícone. ISBN: 85-274-0313
FERREIRA, Solange, Recreação. Rio de Janeiro, Sprint
MELO, V.A , História da Educação Física e do Esporte no Brasil, São Paulo: Ibrasa, 1993. ISBN: 85-348-0145-0
CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1988

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Paulo de Salles, O que é Brinquedo. São Paulo, Brasiliense.
PCNS, Educação Infantil
SANTOS, Santa Marly Pires (org), Lúdico na Formação do Educador. Rio de Janeiro, Vozes
SOUZA, Liliane Carvalho, Movimentar é Bom, Rio de Janeiro, SENAI.
MEDINA, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo e mente. 7. ed. Campinas: Papyrus. 1987. ISBN: 85-308-0293-4

5: PENSAMENTO, LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivos:

- Compreender os processos de desenvolvimento da linguagem e da escrita na criança;
- Conhecer a evolução da linguagem;
- Conhecer a evolução da escrita;
- Identificar os processos do desenvolvimento humano;
- Compreender a linguagem e a escrita como expressões da arte e da ciência.

EMENTA - Estudo dos processos de desenvolvimento e aquisição da linguagem escrita na criança: Aspectos sócio históricos e psicopedagógicos. Estudo do viver cultural e social como expressões e linguagens da arte e da ciência.

Bibliografia Básica

BALDWIN, Alfred L. Teorias de desenvolvimento da criança. 1973. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
BAHIA, Ana M. Bock et.al. Psicologias Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 1995. São Paulo. Ed. Moderna.
BARRY, J. Wadsworth. Inteligência e afetividade. 1995. São Paulo. Ed Pioneira.
MATUI, Jiron. Construtivismo. Teoria Construtivista Sócio – Histórica Aplicada ao ensino. 1995. São Paulo. Ed moderna. ISBN: 85-16-1313-8

Bibliografia Complementar

Revistas pedagógicas.

METODOLOGIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: Promover a reflexão sobre os elementos conceituais e teóricos metodológicos destinados à investigação da natureza do saber-ensinar, focalizando o estudo da competência no ensino no contexto dos saberes na base da prática docente.

EMENTA - Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa das escolas públicas de Ensino Fundamental. Análise do conjunto de determinantes mais amplas a que estão submetidos. Reflexões, a partir da prática das escolas, sobre as metodologias específicas aplicadas ao Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. Rio de Janeiro: Vozes . 1988 p.97 – 104. ISBN: 85-326-0434-x
 CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria ea prática. Petropolis: Vozes. 2005.
 LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez 1994 p. 149 – 176. ISBN: 85-249-0298-1
 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad. 2002.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Práticas Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez. 2001. ISBN: 85-249-0322-8
 FUSARI, José Cerchi. O planejamento educacional e a prática dos educadores. Revista da Associação Nacional de Educação. Perdizes, ano 4, nº 8, 33 – 35, 1984.
 GROSSI, Esther Pillar (org.). Paixão de Aprender. Petrópolis. RJ:Vozes.1992. ISBN: 85-326-0899-X
 PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005. ISBN: 85-249-0787-8
 ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica – desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez.1999. ISBN: 85-249-0684-7
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF.1997
 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad. 2006.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6.

Objetivo: Compreender o processo teórico-metodológico da Educação Infantil, aliada ao conhecimento dos conteúdos, objetivos e orientações didáticas propostas no referencial curricular para a Educação Infantil.

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. RJ: LTC, 1981.
 BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 KUHLMANN JR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil. In Caderno de Pesquisa (78). São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1991.
 MUNIZ, Luciana. Naturalmente criança: a Educação Infantil de uma perspectiva sociocultural. In. KRAMER, S.; LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. (org.) Infância e educação Infantil. Campinas: Papyrus, 1999. ISBN: 85-308-0571-2

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. Infância e Educação inclusiva. Perspectiva, Florianópolis, v.23, n.01, p.65-77, jan./jul. 2005.
 CONDONÓ, F.T. História da criança no Brasil. São Paulo: contexto, 1999.
 FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo. RJ: Paz e terra. ISBN: 85-219-006-6
 LA TAILLER, Yves de. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. SP: Summus, 1992.
 SARMENTO, Manoel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J. ; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: Perspectiva sócio pedagógica da infância e educação. Porto: Edição Asa, 2004.
 SOUSA, Solange Jobim e. PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (org.) Infância e produção cultural. Campinas: Papyrus, 1998.

PENSAMENTO, LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivos:

- Compreender os processos de desenvolvimento da linguagem e da escrita na criança;
- Conhecer a evolução da linguagem;
- Conhecer a evolução da escrita;
- Identificar os processos do desenvolvimento humano;
- Compreender a linguagem e a escrita como expressões da arte e da ciência.

EMENTA - Estudo dos processos de desenvolvimento e aquisição da linguagem escrita na criança: Aspectos sócio históricos e psicopedagógicos. Estudo do viver cultural e social como expressões e linguagens da arte e da ciência.

Bibliografia Básica

BALDWIN, Alfred L. Teorias de desenvolvimento da criança. 1973. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. BAHIA, Ana M. Bock et.al. .Psicologias Uma Introdução ao Estudo da Psicologia.1995. São Paulo. Ed. Moderna. BARRY, J. Wadsworth. Inteligência e afetividade.1995 .São Paulo .Ed Pioneira. MATUI, Jiron. Construtivismo. Teoria Construtivista Sócio – Histórica Aplicada ao ensino. 1995. São Paulo .Ed moderna. ISBN: 85-16-1313-8
Bibliografia Complementar
Revistas pedagógicas.

1: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO – 60h.
Objetivo: Conhecer a fundamentação dos conceitos fundamentais da estatística com a finalidade de compreender suas influências em seu cotidiano;
EMENTA - Conceitos fundamentais de estatística. As áreas de emprego da estatística na educação. Gráficos. Distribuição de frequência. Representação gráfica. Indicadores de desempenho da dinâmica do fluxo escolar (evasão, repetência, aprovação, etc.). A estatística como instrumento de pesquisa educacional.
Bibliografia Básica
FONSECA, Jairo Simon da. MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística. 6ªed., São Paulo: Atlas, 1996. ISBN: 85-224-1471-8 MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios da Estatística. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1990. NAZARETH, Helena Resende de Souza. Curso Básico de Estatística. 10ª ed., São Paulo: Ática, 1998.
Bibliografia Complementar
AKAMINE, Carlos Takeo. Estudo Dirigido de Estatística Descritiva, São Paulo: Érica. 1998. ISBN: 85-7194-528-4

METODOLOGIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Objetivo: Promover a reflexão sobre os elementos conceituais e teóricos metodológicos destinados à investigação da natureza do saber-ensinar, focalizando o estudo da competência no ensino no contexto dos saberes na base da prática docente.
EMENTA - Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa das escolas públicas de Ensino Fundamental. Análise do conjunto de determinantes mais amplas a que estão submetidos. Reflexões, a partir da prática das escolas, sobre as metodologias específicas aplicadas ao Ensino Fundamental.
Bibliografia Básica
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. Rio de Janeiro: Vozes . 1988 p.97 – 104. ISBN: 85-326-0434-x CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria ea prática. Petropolis: Vozes. 2005. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez 1994 p. 149 – 176. ISBN: 85-249-0298-1 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad. 2002.
Bibliografia Complementar
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Práticas Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez. 2001. ISBN: 85-249-0322-8 FUSARI, José Cerchi. O planejamento educacional e a prática dos educadores. Revista da Associação Nacional de Educação. Perdizes, ano 4, nº 8, 33 – 35, 1984. GROSSI, Esther Pillar (org.). Paixão de Aprender. Petrópolis. RJ:Vozes.1992. ISBN: 85-326-0899-X PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005. ISBN: 85-249-0787-8 ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica – desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez.1999. ISBN: 85-249-0684-7 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF.1997 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad. 2006.

